

# LISBOA

BOLETIM DO  
GRUPO

"AMIGOS DE  
LISBOA"



ANO X  
N.º 40

OUTUBRO  
1947





# COURAÇA

TORNA OS DENTES BONITOS





## AMIGOS DE LISBOA

Para efectuaem os seus Seguros, prefiram a conhecida Companhia Inglesa

# LEGAL & GENERAL

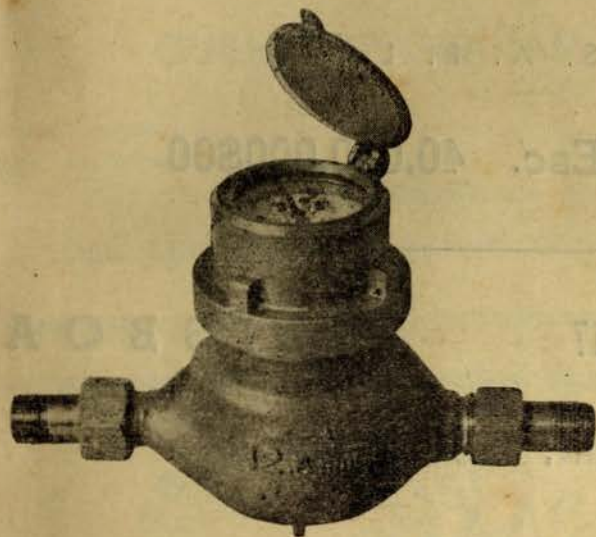
com Sede em Portugal na

Avenida dos Aliados, 58 — PORTO

Delegação em LISBOA

Rua dos Fanqueiros, 15-2.º

**FOGO — ACIDENTES PESSOAIS — CRISTAIS**



# TAGUS

O primeiro  
contador de  
água da  
Indústria  
Portuguesa  
oficialmente  
aprovado

**Engenheiro BRUNO JANZ**

LISBOA

FÁBRICA — Travessa das Baldracas, 5 ★ Telef. 53016 // Teleg. ELCO

## VIDROS E CRISTAIS

Especializada no fabrico de vidros para iluminação  
e de frascaria para perfumaria e laboratórios

# GAIVOTAS, L.<sup>DA</sup>

FABRICA FUNDADA EM 1811

Rua das Gaivotas, 10 a 24

Telefone P. B. X. { 63177  
63178



# "SACOR"

---

---

Sociedade Anónima Concessionária  
da Refinação de Petróleos em Portugal

S. A. R. L.

Capital Esc. 40.000.000\$00

---

Sede: Rua do Alecrim, 57

L I S B O A

Refinaria: CABO RUIVO

*Refinação de petróleo bruto para a obtenção de:*

**GASOLINA**

**PETRÓLEO**

**WHITE SPIRIT**

**GASOLEO**

**DIESEL-OIL**

**FUEL-OIL**

**ÓLEOS LUBRIFICANTES**



# VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

« Emperor »  
« Five Crowns »  
« Six Grapes »  
« Imperial Dry »

— « Tawny » Velhíssimo  
— Muito velho e sêco  
— « Vintage » Velho do casco  
— « Ruby » Leve



**GUILHERME GRAHAM JNR. & C.<sup>A</sup>**

Rua dos Fanqueiros, 7  
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6  
Porto Tel. 880-1

*Distribuidores no Sul*

**JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA**

EXPOSIÇÕES



GRÁFICOS

Recortes, letras em madeira e cortiça  
Trabalhos de Carpintaria e Marceneria

**Tel. 21483**



**42, RUA DA VINHA, 42-A**



**LISBOA**



CAFÉ-RESTAURANTE  
**MARTINHO  
DA ARCADA**

FUNDADO EM 1782



O mais antigo estabelecimento  
do género.

Primoroso serviço de  
**ALMOÇOS e JANTARES**



**Arcada da Praça do Comércio**  
(Esquina da R. da Prata)  
Telef. **2 2259**

A maior Fábrica de Cerâmica Fina da Península

**Fábrica de Loiça**

DE

**Sacavém, Limitada**

(FUNDADA EM 1850)

GERENCIA — SEDE — CONTABILIDADE  
LISBOA — Av. da Liberdade, 53-1.º  
FÁBRICA E ESCRITÓRIO DE EXPEDIENTE  
SACAVÉM

**SALÃO DE EXPOSIÇÃO E VENDAS**

LISBOA — Av. da Liberdade, 49/57

**FILIAL NO PORTO**

Rua das Carmelitas, 40

**FILIAL EM COIMBRA**

Rua Dr. Manuel Rodrigues, 9/13

Loiça doméstica e de fantasia // Azulejos  
e mosaicos cerâmicos // Loiça sanitária  
e de grez cerâmico // Tijolos refractários

TELEFONES:

24958 / 23902 P. B. X.

24 — Sacavém

22033 — Porto

3546 — Coimbra

TELEGRAMAS:

Loiça — Lisboa

Loiça — Porto

Loiça — Coimbra

Tinta de cimento **MEDUSA**  
Cimentos brancos  
Tintas metálicas para cimento  
Pasta impermeabilizadora  
**CASTOR**  
Endurecedor **LAPIDOLITH**

**Aguiar & Melo, L. da**

**PRAÇA DO MUNICÍPIO, N.º 13, Loja**  
Telefones 21151/2 **LISBOA**

**Fábrica de Porcelana  
de Vista Alegre, L. da**

FUNDADA EM 1824

Sede: Largo da Biblioteca, 17

**LISBOA**

Fabrica em **ILHAVO — AVEIRO**

Porcelanas para usos domésticos  
e industriais, decorativas e eléctricas

A' venda em todos os bons estabelecimentos  
da especialidade e nos Depósitos

Largo do Chiado, 18 Rua Candido dos Reis, 18

**LISBOA**

**PORTO**



# Companhia Colonial de Navegação

*Serviço de carga e passageiros*

**LINHA DA COSTA ORIENTAL** — Saídas mensais, com escala por Funchal, S. Tomé, Sazaire, Luanda, Lobito, Moçâmedes, Lourenço Marques, Beira, e Moçambique e para os demais portos da Costa Ocidental e Oriental, sujeito a baldeação.

**LINHA DA COSTA OCIDENTAL** — Saídas mensais, com escala por S. Tomé, Sazaire, Luanda e Lobito e mais portos da Costa Ocidental, sujeito a baldeação.

**LINHA DA GUINÉ** — Saídas mensais, com escala, por Funchal, S. Vicente, Praia e Bissau.

**LINHA DA AMÉRICA** — Para Filadélfia.

**LINHA DO BRAZIL** — Para Rio de Janeiro e Santos.

**VAPORES DE PASSAGEIROS:**

«Serpa Pinto» .	8.267 ton.
«Mousinho» ....	8.374 »
«Colonial» .....	8.309 »
«João Belo» ....	7.540 »
«Guiné» .....	3.200 »



## FROTA

**VAPORES DE CARGA:**

«Benguela» .....	9.000 ton.
«Lugela» .....	8.340 »
«Huambo» .....	7.060 »
«Luongo» .....	7.056 »
«Pungue» .....	6.290 »
«Bailundo» .....	5.650 »
«Malange» .....	5.050 »
«Lobito» .....	4.200 »
«Buzi» .....	2.160 »
«Sena» .....	1.420 »

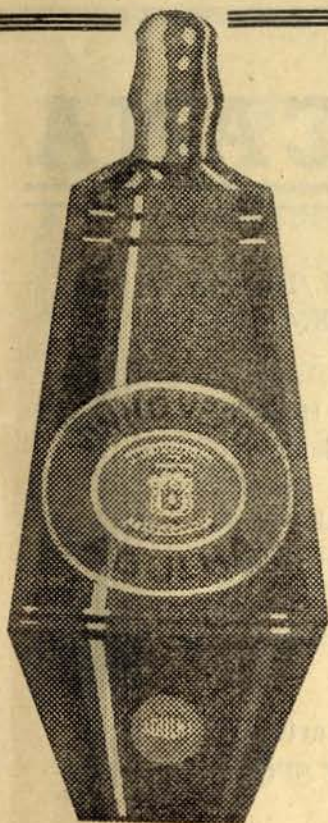


**ESCRITÓRIOS**

**LISBOA**  
Rua do Instituto Virgílio Machado, 14  
(à Rua da Alfândega)  
Telefone 3 0131

**PORTO**

R. Infante D. Henrique, 9  
Telefone 2324



*Vinho delicioso, que pica na língua, aviva o paladar, completa uma boa mesa, estimulando o apetite e a boa disposição!*

# VINHO VERDE

## “AGULHA”

Não é uma agulha em palheiro.

Vende-se em toda a parte

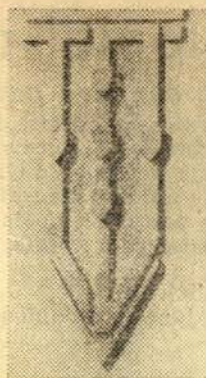
REAL COMPANHIA VINICOLA DO NORTE DE PORTUGAL

FILIAL EM LISBOA:

RUA DO ALECRIM, 117 a 121 — Telefone 2 2556



CAPTAÇÕES  
DE ÁGUA  
SUBTERRÂNEA



FUNDAÇÕES  
DE TODOS  
OS GÊNEROS

(Um quarto de século de especialização técnica)

Empresa de Sondagens e Fundações

TEIXEIRA DUARTE, L.<sup>DA</sup>

Rua da Betesga, 57, 3.º, Esq.

LISBOA

# CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA  
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos  
ON PARLE FRANÇAIS      ENGLISH SPOKEN



# E. PINTO BASTO & C.<sup>A</sup> L.<sup>DA</sup>

L I S B O A

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS  
CARVÃO — SEGUROS  
REPRESENTAÇÕES (Industriais, etc.)  
EXPORTAÇÕES — TRANSITÁRIOS  
E T C . — E T C .



NO PORTO

*Kendall, Pinto Basto & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup>*

## ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA / EXCELENTE ESTRADA MARGINAL  
Rápido serviço de comboios eléctricos — Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante — Magnífica situação.

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado.

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico. Análises Clínicas — Gimnástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar. Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA de ARMAS  
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STANDS DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano  
Cinema — Concertos — Festas  
Dancing — Restaurante — Bars  
Jogos autorizados

Informações: — Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL



# EST. HEROLD LDA.

CASA FUNDADA EM 1791

## ACTIVIDADES PRINCIPAIS

### SECÇÃO DE CORTIÇAS

*Cortiça em prancha—Aparas (diversas qualidades)—Refugos  
— Rolhas (cilíndricas e farmácia)—Quadros*

### SECÇÃO DE CARVÕES

*Carvões para caldeira—Coke de fundição e de cozinha—  
Antracite para aquecimento e motores a gás—Carvão especial  
para forja—Briquetes*

### SECÇÃO AGRICOLA

*Máquinas agrícolas—Adubos para todas as culturas—Insecticidas e Fungicidas—Sementes  
— Farinhas alimentares para animais—Preparados veterinários—Batata para semente e  
consumo—Consultas e análises pelos nossos serviços médico-veterinários, agrónomicos  
e químico-analíticos*

### SECÇÃO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

*Belume asfáltico—Produtos químicos—Tintas e corantes—Produtos  
coloniais—Arame e arco de ferro—Ferro para cimento—  
Tripa seca e salgada*



### SECÇÃO TÉCNICA

*Acessórios para T. S. F.—Cinema—Motores Diesel—Material  
eléctrico—Máquinas, ferramentas  
—Maquinaria industrial e de  
minas para todos os fins*

### SECÇÃO DE CORTICITE «CHÃO SEM FENDAS»

*Material de isolamento de calor, frio e som—Polymármora e cimentos coloridos—Imuniza-  
dores e endurecedores de cimento—Colas para fixação de tacos para o chão*

### SECÇÃO FARMACÊUTICA

*Especialidades farmacêuticas para Medicina Humana e Veterinária*

**Fábricas próprias e associadas em LISBOA, PORTO, SANTAREM e BARREIRO**

**AGENTES E DEPÓSITOS EM VÁRIOS PONTOS DO PAÍS**

ESCRITÓRIOS CENTRAIS

Rua dos Douradores, 7

LISBOA

ESTABELECIMENTOS  
**Herold**  
Lda  
LISBOA

RUA DOS DOURADORES, 7

Telegramas: HEROLD

Telefone 2 4221

5 llnhas

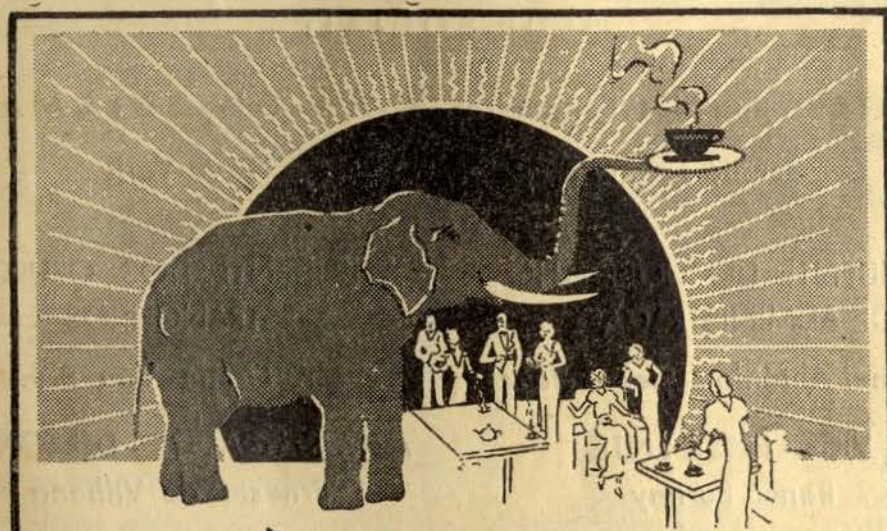


Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

# IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa



## CHÁ CELESTE

*preto e verde, uma delicia!*



# Companhia de Diamantes de Angola

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada com o capital  
de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Colónia de Angola  
em regime de exclusivo

## SEDE SOCIAL:

**LISBOA** — Rua dos Fanqueiros, 12-2.º — Teleg. **DIAMANG**  
Escritórios em Bruxelas, Londres e Nova York

PRESIDENTE DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

*Coronel António Lopes Mateus*

VICE - PRESIDENTE  
*Banco Burnay*

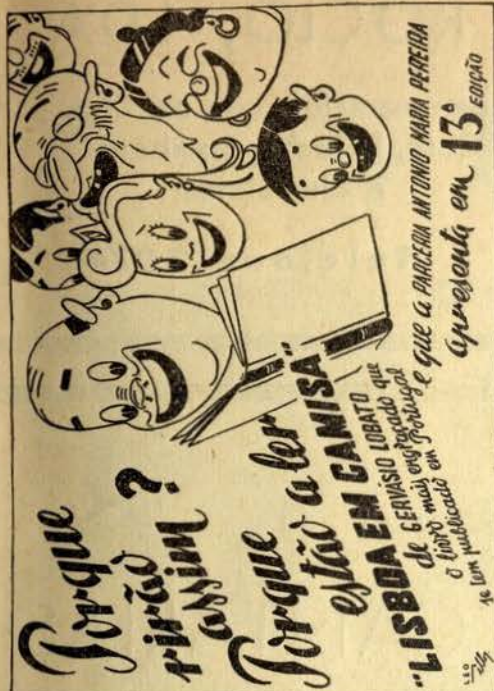
PRESIDENTE DOS GRUPOS  
ESTRANGEIROS

*Mr. Firmin Van Brée*

ADMINISTRADOR - DELEGADO  
*Ernesto de Vilhena*

Direcção Geral na LUNDA & Representação em LUANDA





COMO CONVENCER  
A VISITAR A

## GALERIA A. MOLDER?

As nossas últimas aquisições merecem  
—em toda a parte do Mundo—ser classifica-  
das como boas obras de ARTE!  
Novos trabalhos de:

**ALBERTO SOUZA**  
**ALFREDO MORAIS**  
**VARELA ALDEMIRA**  
**CARLOS PINTO RAMOS**  
**MARIO SALVADOR**  
**MARIA ADELAIDE LIMA CRUZ**  
**ATTILA MENDLY**  
etc, etc.

Por preços muito acessíveis, poderá  
V. Ex.<sup>a</sup> adquirir lindos quadros para  
decorar a sua casa

**GALERIA A. MOLDER**

**R. Primeiro de Dezembro, 101, 3.º**

Telefone 2 1514

(POR CIMA DO DO CAFÉ RESTAURAÇÃO)

**Eduardo Gomes Cardoso**

**CONSTRUTOR MECÂNICO**

**AVENIDA 24 DE JULHO, 26**

End. tel.: EDGARD Tel. 80239

**LISBOA**

Máquinas para a indústria corticeira.  
Máquinas para a Indústria de con-  
servas. Geradores de gás pobre  
para lenha, desperdícios de madei-  
ras, antracites e carvões vegetais.

**Bombas centrífugas e rotativas**

Transmissões: veios, uniões rígidas e  
de fricção (embreagem), chumacei-  
ras de rolamentos esféricos, auto-  
máticas e de tipo Sellers

**Construções e reparações  
mecânicas**

**DESENHOS E ORÇAMENTOS**

Telef. 2 0244 Teleg. PAPELCAR

*Papelaria*

**CARLOS**

de Carlos Ferreira, Lda.

**34, RUA DO OURO, 38  
LISBOA**

Especialidade em livros para  
**ESCRITURAÇÃO COMERCIAL**

Grande sortido de artigos para  
**DESENHO E ESCRITÓRIO**



# PEROLA DO ROCIO, LDA.

ENVIO DE ENCOMENDAS

Para todo o País e Estrangeiro

**Rocio, 105-Lisboa**

Casa especializada em Chá,  
Café, Bolacha, Bombons  
e Chocolates

**Telefone 2 0744**

## MÁRMORES E CANTARIAS DE PERO PINHEIRO-ESTREMOZ, L.<sup>DA</sup>

SEDE:  
**PERO PINHEIRO**  
Telef. PP 55

ESCRITÓRIO EM LISBOA  
**P. RESTAURADORES, 65-1.º D.º**  
Telef. 24184

## **TÉCNICA AUTOMOBILÍSTICA**

POR

**EUGÉNIO MIGUEIS GONÇALVES**

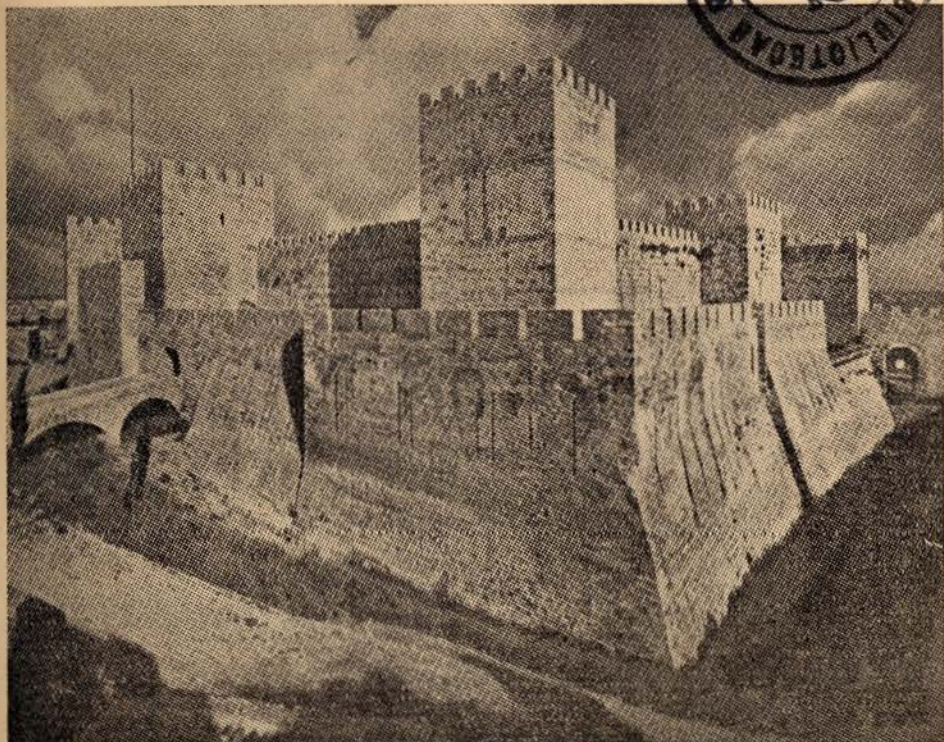
Nova edição (1947), contendo: manobras de direcção e mecânica. Código de Estrada, Posturas Municipais. O exame, suas condições, o que se deve saber e as perguntas a que estão sujeitos os candidatos. Motores a gasolina, petróleo, óleos pesados e a gás pobre. Convenção Internacional de Sinalização. — Preço 15\$00. *A' venda em todas as livrarias*

**Pedidos à depositária:**

**Livraria Albano de Sousa & Barbosa, Lda.**  
145, R. da Palma, 147      **LISBOA**      Telefone 31456



1 1 4 7



1 9 4 7



# OLISIPO

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

— REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 25711 —  
 COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA»-R. DO SALITRE, 153-TELEF. 53173-LISBOA

## SUMARIO

- A CRISTIANIZAÇÃO DE LISBOA, pelo *Eng. A. Vieira da Silva*
- UMA FIGURA TRISTEMENTE CÉLEBRE, por *Luís Pastor de Macedo*
- AS CASAS DE LISBOA, por *Matos Sequeira*
- O «PASSO» DA MOURARIA E A LÁPIDE DA CERCA FERNANDINA, por *Norberto de Araújo*
- DOIS TEATROS POPULARES DO MEU BAIRRO, por *Acúrcio Pereira*
- O CULTO DE S. SEBASTIÃO EM LISBOA, pelo *Prof. Luís Chaves*
- A BEMPOSTA — O PAÇO DA RAINHA, por *Luís Moita*.
- A IGREJA DA GRAÇA JAZIDA DE QUATRO GOVERNADORES DA INDIA, pelo *P.º Ernesto Sales*
- CHAFARIZ DO LORETO E A ESTÁTUA DO CHIADO, pelo *Eng. A. Vieira da Silva*
- ALGUNAS TRADICIONES LISBOETAS (Recogidas al margen de un Congreso Médico), por el *Dr. Castillo de Lucas*
- PRAÇA DA FIGUEIRA — Marçano de Lisboa — Amor a Lisboa, por *Sidónio Miguel*
- QUADRAS ALFACINHAS, por *M. S.*
- 1.º CONFERÊNCIA BIENAL DOS «AMIGOS DE LISBOA»
  - A MARCENARIA PORTUGUESA, tese apresentada por *Hugo Raposo*
  - DOS AÇACAIS A ESCADA «MAGYRUS», tese apresentada por *Ferreira de Andrade*

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS SÓCIOS  
 OS ARTIGOS AQUI PUBLICADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES







## O OITAVO CENTENÁRIO DE LISBOA

---

**O**S «AMIGOS DE LISBOA», VIRAM, COM INTENSO PRAZER, O INTERESSE QUE A CAPITAL TOMOU PELAS FESTAS CENTENÁRIAS E A ACÇÃO BRILHANTE DO MUNICÍPIO QUE AS SOUBE LEVAR A CABO. O PRIMEIRO CICLO DECORREU COM LUZIMENTO SINGULAR. TANTO AS COMEMORAÇÕES PARA O PEQUENO PÚBLICO DAS EXPOSIÇÕES E DAS CONFERÊNCIAS, COMO AS QUE SE DESTINAVAM AO GRANDE PÚBLICO, DADAS EM PLENA RUA, ALCANÇARAM UM ÊXITO BEM DEFINIDO. A CIDADE SENTIU-AS, E COLABOROU NELAS COM ENTUSIASMO. LISBOA TEVE UMA AGITAÇÃO DESUSADA. A COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES, E AS PERSONALIDADES ESCOLHIDAS PARA REALIZADORES DOS DIFERENTES NÚMEROS, NÃO SÓ TRABALHARAM, COMO SOBERAM TRABALHAR COM AMOR E INTELIGÊNCIA, O QUE É MAIS ALGUMA COISA. LISBOA, QUE É JÁ UM ASSUNTO DOMINANTE E A QUE SE REVIGOROU A INDIVIDUALIDADE URBANA, NÃO TEM SENÃO QUE BENEFICIAR DESTE MOVIMENTO DE ATENÇÃO QUE SE LHE ESTÁ DANDO E DE APLAUSO QUE SE LHE PRESTA.

O PRÓXIMO SEGUNDO CICLO DAS FESTAS, CONTINUARÁ, DECERTO PELO MESMO CAMINHO SEGURO. OS NÚMEROS DO PROGRAMA QUE AINDA FALTAM CUMPRIR, ESTÃO DE ANTEMÃO PRESTIGIADOS PELO ÊXITO DOS ANTERIORES, E AS COMEMORAÇÕES FECHARÃO BRILHANTEMENTE, NO SOLENE 25 DE OUTUBRO QUE MARCA A DATA VENERÁVEL COM QUE SE INICIOU O PRIMEIRO DIA DE VIDA DA LISBOA CRISTÁ E PORTUGUESA.







# A CRISTIANIZAÇÃO DE LISBOA

pelo Eng. A. VIEIRA DA SILVA

Quando, há muitos séculos, Lisboa se restringia ao povoado no alto e nas encostas do monte que actualmente se chama *do Castelo de S. Jorge*, havia aí naturalmente, como nas sociedades primitivas, o culto dos deuses então comuns a outros povos ou regiões, e o de alguns privativos deste extremo ocidental da Península Ibérica.

Tendó os romanos conquistado a península trouxeram consigo os seus deuses, que aqui passaram a ser objecto de culto mais ou menos generalizado, simultâneamente com o de algumas divindades indígenas que subsistiram, com o nome latinizado. De todos este casos há documentos epigráficos, cuja memória chegou até aos nossos dias.

Havia um antiquíssimo caminho ou estrada, que pelo lado ocidental do monte do Castelo punha em comunicação o povoado com os arrabaldes do norte. Pode admitir-se que esse caminho nascia no actual Largo de St.<sup>o</sup> António da Sé, onde mais tarde se construíram umas portas da cidade chamadas *Porta de Ferro*; contornava pelo ocidente a base do monte, seguindo aproximadamente pelo sítio das Ruas da Prata e dos Fanqueiros, e pelo Arco do Marquês de Alegrete, para as bandas de Arroios.

Nas beiras deste caminho, e servidos por ele, construíram os romanos vários edificios importantes.

a) Um estabelecimento de banhos termais, designado hoje por *termas dos Augustais*, por haver sido doado ao município por dois Augustais ou sacerdotes do culto de Augusto, e onde se venerava o deus Esculápio, divindade tutelar da saúde.

Ficava situado no sítio do cruzamento das actuais Ruas da Prata e dos Retrozeiros, e os seus restos, que ainda se conservam, foram descobertos no ano 1770.

b) Um templo, de estilo jónico, dedicado, segundo todas as probabilidades, a Cíbele, Mãe dos Deuses, que ficava situado no local do grande prédio que forma actualmente quase todo o lado norte do Largo da Madalena.

Os vestígios desse templo, consistindo em colunas, pedras trabalhadas e inscrições lapidares, foram descobertos quando em 1753 se



construiu o mencionado prédio, e imediatamente desapareceram quase todos, enterrados no próprio local.

c) Mais adiante, no mesmo caminho, no sítio onde existiu a primitiva igreja de S. Nicolau, que é aproximadamente o mesmo onde se acha a actual, levantava-se um outro templo romano, dedicado, com



OS SANTOS MÁRTIRES, VERÍSSIMO, MÁXIMA E JÚLIA  
*Pintura a óleo de autor desconhecido — Século XVI*

verosimilhança, à deusa Thétis, do que no século XVII ainda existia no local o documento epigráfico.

Para o lado do nascente, esse caminho que supusemos que nascia no Largo de St.<sup>o</sup> António da Sé, bifurcava-se aí, dando um ramal de nível ou a meia encosta, que pela banda de baixo da Sé, R. de S. João da Praça e L. de S. Rafael, seguia para os arrabaldes orientais da cidade.



O outro ramal caminhava pela encosta acima, pelo lado norte da Sé, até ao Largo das Portas do Sol, e aí inseria-se numa outra estrada que, a meia encosta, mas num nível mais elevado, circundava o monte do Castelo, por S. Tiago e Loios, Costa do Castelo, Largo Rodrigues de Freitas e Rua do Infante D. Henrique. Desta estrada nasciam outras vias públicas que punham em comunicação o povoado com os seus arrabaldes setentrionais e orientais.

Parece que era aqui a região mais povoada e mais nobre de Oli-



ERMIDA DE NOSSA SENHORA DO MONTE DE S. GENS

sipo, onde se encontrava um teatro dedicado a Nero, no alto da actual Rua de S. Mamede; outro estabelecimento termal, conhecido por termas dos Cassios, seus fundadores, na Rua das Pedras Negras; porventura o *forum* da cidade, no sítio da Igreja da Sé; e vários monumentos votivos a imperadores romanos.

Durante o domínio romano propagou-se o cristianismo na Península Ibérica, e chegou até à Lusitânia e à sua capital *Olisipo*.

Várias lendas ficaram da existência da religião cristã nessa época:



É a primeira a do Bispo S. Gens, que se diz que nos fins do século III prégava a lei do Crucificado no seu ermitério sito no monte hoje chamado de S. Gens.

Ao tempo do Imperador Romano Diocleciano atribui-se o martírio de S. Felix, e Marinho de Azevedo fixou a lenda da sepultura do corpo deste, e dos de St.<sup>o</sup> Adrião e St.<sup>a</sup> Natália, no local onde ele fantasiou ter havido um templo romano de Vestais, no qual se edificou depois uma igreja dedicada àqueles mártires, e mais tarde o mosteiro de freiras dominicanas, de Chelas.

Uma terceira lenda é a do martírio dos Santos Veríssimo, Máxima e Júlia, na praia de Santos, na época do domínio do mencionado Imperador romano.

Estes três mártires, já canonizados, são citados pelo cruzado Osberno, eclesiástico muito douto, e um dos cronistas da conquista de Lisboa em 1147, que veio com os exércitos de guerreiros ingleses, flamengos e colonenses, cooperadores de D. Afonso Henriques nas operações do cerco e tomada da cidade.

A sua crónica tem sido ultimamente muito divulgada, estudada e criticada, e sendo ela o melhor documento da história da conquista, supomos que não pode deixar de ser conhecida de todos os nossos leitores, estudiosos da cidade.

Sabido é que nas lendas há sempre um fundo de verdade, e o facto, simples ou notável em que elas se fundam, transmitido oralmente de geração em geração, vai sendo sucessivamente deturpado, até ao momento em que se fixa, engrandecido ou glorificado.

A este respeito diz Luís Marinho de Azevedo, na sua obra sobre as antiguidades de Lisboa: «sendo os corações dos fieis livros e anais em que todas (*as verdades católicas*) se escreviam com a pena do Espírito Santo, que movia as línguas com que se publicavam».

Por isso, conquanto não haja documento coevo a comprová-lo, é de supor que quaisquer episódios de natureza religiosa houve em que os santos mencionados foram os protagonistas, devendo, porém, inferir-se deles que no século III da nossa era, ainda em pleno paganismo, a religião cristã já também era aqui praticada.

Povos designados por *bárbaros do norte*, entre os quais os visigodos, invadiram a Península Ibérica nos princípios do século V, e assenhorearam-se da cidade de Lisboa, que mantiveram em seu poder durante cerca de 300 anos.

Como estes povos professavam o cristianismo, é provável, conquanto não haja documentação, que os íncolas, habitantes da cidade de Lisboa e seus arredores, adoptassem esta religião, que começava a dominar em grande parte do Mundo, e que vários bispos, cujos nomes,



verdadeiros ou supostos, são mencionados pelos historiadores, regessem a igreja cristã de Lisboa durante esse domínio.

É natural conjecturar que seria nessa época que os templos e outras edículas romanas foram demolidas, e que para as substituir e fazer esquecer os ídolos do paganismo, e ao mesmo tempo a necessidade de edifícios para a celebração das cerimónias do novo culto religioso, tivessem sido erigidas várias igrejas, que passaram a constituir núcleos de fiéis ou paróquias.

As necessidades da defesa contra os piratas normandos que, saídos das regiões do Báltico, em incursões arrojadas, subiam os principais rios da Europa Ocidental, atacando as cidades e outras povoações, levou os habitantes de Olisipo, provavelmente os visigodos, a construir a forte linha de muralhas que envolvia o povoado, depois conhecida por cerca *velha* e também por cerca *moura*, a qual está hoje muito bem conhecida. As necessidades construtivas, assim como o empenho de fazerem desaparecer todos os vestígios da idolatria, levariam estes povos a enterrarem nos alicerces da cerca, assim como a incorporar nos muros sobre eles erigidos, as numerosas lápides funerárias e dos monumentos consagrados a divindades, a imperadores romanos, e outros, que enxameavam por todo o povoado; e a tal ponto levaram essa destruição, que nem uma única estátua ou busto de monumento votivo ou comemorativo, de origem romana da região de Olisipo, chegou até aos nossos dias.

Esta cerca abrangia a região de mais densa população, que subsistia da antiga cidade romana, mas deixava de fora edifícios e monumentos importantes, já citados, como eram as termas dos Augustais, os dois templos conhecidos, e porventura também monumentos a imperadores romanos, como o de Lúcio Aurélio Cómodo. Para eles, cristãos, tais edifícios e monumentos, recordando o paganismo, não eram dignos de respeito; e como tinham em mira prover às conveniências da sua defesa própria, fizeram o traçado da cerca por onde melhor satisfazia a essas conveniências, sem preocupação de considerações de ordem sentimental.

Julgamos pouco verosímil atribuir a construção da cerca ao período romano, porque não é de admitir que este povo, respeitador estrénuo do culto dos mortos, tivesse ido enterrar nos alicerces e encastrar nas muralhas do Castelo, nas da Porta do Ferro, nas do lanço ao longo do Tejo e noutros pontos, como vulgares pedras de alvenaria, as lápides que recordavam os nomes das suas pessoas queridas, os seus deuses e os monumentos erigidos aos seus imperadores.

Outras pedras romanas trabalhadas foram também pelos visigodos aproveitadas na sua cerca, tais como duas ou quatro colunas das que existiam no templo de Cibele, por eles provavelmente destruído,



como dissemos, sendo levadas para a construção da Porta do Ferro, uma das mais, ou talvez a mais importante da cerca moura, e distante daquele templo uns escassos 100 metros, para que essa entrada da cidade tivesse, senão um aspecto monumental, ao menos um ar luxuoso.

Se não existem documentos que demonstrem que as coisas se passaram como presumimos, também não há provas do contrário, e por isso a razão recorre a hipóteses que o prosseguimento dos acontecimentos nos autoriza a formular.

Vemos então que ao longo do mesmo caminho ou estrada que mencionámos, de ligação do povoado com os arrabaldes do norte, e em cujas beiras exitiram as termas dos Augustais e os dois templos romanos, de Cibele e de Thétis, foram construídas as seguintes igrejas paroquiais:

da Madalena, ainda existente, mas reconstruída;

de S. Nicolau, idem;

de Santas Justa e Rufina, reconstruída próximo do seu primitivo local;

e perto delas, mas do lado ocidental do esteiro do Tejo que penetrava pelo vale da Baixa de Lisboa, e que era então relativamente vasto, a primeira igreja de S. Julião.

Ao longo das outras estradas que mencionámos, que ligavam o povoado com os arrabaldes do norte e orientais, vemos que também foram construídas, além da Sé, as igrejas paroquiais seguintes:

S. Pedro, de Alfama, desaparecida;

S. João da Praça, ainda existente, mas reconstrução;

S. Jorge, demolida;

S. Martinho, idem;

S. Tiago, ainda existente;

S. Bartolomeu, demolida;

S. Tomé, idem;

St.<sup>o</sup> André, actualmente irreconhecível;

e perto delas as de St.<sup>a</sup> Marinha, S. Miguel, St.<sup>o</sup> Estevão, S. Cristovão, S. Lourenço e St.<sup>a</sup> Cruz, que provavelmente tinha anteriormente a invocação de St.<sup>a</sup> Maria da Alcáçova.

As primitivas igrejas, tendo por objectivo convidarem e concentrarem os fiéis para as cerimónias do culto, eram naturalmente edificios pequenos, de construção provisória ou ordinária, e por isso de limitada duração. As datas das suas fundações são evidentemente desconhecidas, apesar do que nos dizem a tal respeito os nossos escritores desde o século XVII, que se baseavam em tradições orais, ou em fantasias por eles criadas.



Nos tempos antigos não se lavravam autos de fundação ou de inauguração de edifícios, nem havia escritores que tivessem a curiosidade de consignar e de transmitir esses factos, nem os construtores se lembravam de perpetuar em inscrições lapidares as datas referentes às suas construções.

Por isso as datas por aqueles nossos antigos escritores mencionadas como as das fundações das igrejas, se não eram simples produto das suas imaginações, são porventura as de documentos por eles vistos, em que se faz referência às mesmas igrejas, ou a factos com elas relacionados, e dos quais concluíram artificialmente que eram as das fundações.

Além disso, admitido como está, que a duração média dos templos antigos era de 3 séculos, e que para o seu aniquilamento ainda mais rápido concorriam por vezes os terremotos que em todos os tempos tem havido em Portugal, é natural presumir que as antigas igrejas, quando arruinadas, fossem reconstruídas nos mesmos locais, mantendo as suas invocações pelos séculos adiante, com a continuidade das suas situações.

Estabelecida a hierarquia na organização eclesiástica, é natural que houvesse uma sede do magistrado supremo da igreja, onde ele exercesse o seu ministério, sendo possível que tal edifício se achasse em Lisboa no local da nossa actual Sé.

Não pensamos em repetir todas as considerações e argumentos que levaram os nossos escritores a fixar a origem da Sé de Lisboa, ou no periodo visigótico, ou no muçulmânico, ou logo em seguida à conquista de Lisboa em 1147. Esse estudo está feito por eruditos e brilhantes escritores, e sintetizado no volume V da *Lisboa Antiga*, por J. de Castilho, *Bairros Orientais*, 2.<sup>a</sup> edição.

Deixaremos porém aqui consignada a nossa opinião sobre este assunto, adquirida depois de muitos anos de cogitar nele, conjecturando que devemos fazer remontar à época romana, a primeira origem dum edificio nesse local, que, por sucessivas transformações, adaptações e reedificações, como mostraremos adiante, é hoje a nossa igreja da Sé.

O cruzado Osberno, em 1147, na sua crónica, dá explicitamente a entender que houvera na cidade um antigo templo cristão, sede de Bispado, que os muçulmanos depois adaptaram às cerimónias do seu culto.

Vieram os povos mouros ou de origem muçulmânica, que de Africa passaram à Península Ibérica no ano 707, invadindo a Lusitânia, e apoderando-se de Lisboa.



Não é razoável acreditar que estes povos tenham exterminado a população cristã da cidade, pois nunca um povo invasor passa a fio de espada o que ele venceu. Pelo contrário, os vencedores têm o maior interesse em poupar os vencidos, não só porque, aureolados com os louros da glória, preferem descansar e mostrar que são eles os senhores e dominadores, mas porque encontram nos vencidos mão de obra como escravos ou servidores, e matéria colectável como contribuintes ou rendeiros, convindo-lhes por isso aproveitar ao máximo estas duas fontes de riqueza.

É portanto racional admitir que a população cristã foi a dominante na cidade, pelo menos nos primeiros tempos da conquista pelos mouros, estando estes representados, ao princípio, apenas pela guarnição guerreira, e depois pelas famílias que pouco a pouco se lhe foram ajuntando, atraídas pelas afeições do sangue, comodidades da vida, benignidade do clima e facilidades da alimentação.

Por outro lado, os muçulmanos, possuidores duma civilização mais adiantada, é natural que permitissem à população cristã, convertida em mozárabe, continuar a viver no meio deles, com a sua religião, o seu culto, as suas igrejas e os seus bispos.

É o que aconteceu, como se sabe, em Beja, Braga, Coimbra, Lamego, Porto e Viseu, cujos bispados permaneceram durante o domínio muçulmano; e deveria Lisboa, cidade importante, encravada em território com uma população em que entravam mozárabes, constituir uma excepção?

Mas se os muçulmanos toleravam os cristãos, não lhes convinha deixá-los tomar alento, e se consentiam as suas antigas igrejas, não lhes permitiam erigir outras novas, e é esta uma das razões porque somos levados a admitir que foram construídas durante o domínio visigótico a Igreja da Sé e as outras que deviam existir em Lisboa por ocasião da conquista em 1147.

Nessa época, devido à sua excelente situação, nos confins do mundo então conhecido, e na rota da navegação entre os portos do Mediterrâneo e do norte da Europa, e ao seu extenso e seguro porto, era Lisboa não só um rico empório comercial, mas também uma cidade de prazer, habitada por uma população vinda de todas as partes do Mundo, viveiro de toda a licenciosidade e imundície, como diz o cronista Osberno, em que não havia nenhuma religião nem lei obrigatória.

É portanto de admitir que no meio de tamanha anarquia social e religiosa, exacerbado como andava, na Idade Média, o sentimento cristão, que ainda se conservassem na cidade, por ocasião da conquista em 1147, restos do culto que antes dos muçulmanos havia sido nela o exclusivo, ou pelo menos, o dominante.



Durante o período do domínio muçulmano as crónicas dizem-nos que em 1093, algumas décadas antes da conquista definitiva por D. Afonso Henriques, foi Lisboa tomada por Afonso VI, rei de Leão, que a manteve em sua posse cerca de 2 anos, o que não pode ter deixado de influir na organização e costumes da cidade.

Afora este facto, a história conserva-se muda relativamente a acontecimentos de Lisboa, não havendo escritores, nem cristãos nem árabes, que nos tenham deixado qualquer notícia sobre este assunto.

Não é por isso de admirar que não tivesse ficado qualquer vestígio dos bispos que governaram a igreja de Lisboa, nem que não apareçam os nomes desses bispos nos vários concílios que na Península se efectuaram no período muçulmano.

Mas o que é incontestável, porque o diz o cruzado Osberno, contemporâneo e colaborador no cerco de Lisboa, é que existia então na cidade um *episcopus*, certamente mozárabe, cujo nome se esqueceu de citar, e que foi porventura, pelo seu conhecimento da língua latina, então quase que exclusivamente apanágio das pessoas da classe eclesiástica e dos escribas, o intérprete ou tradutor, nas conversações havidas entre os parlamentários eclesiásticos dos exércitos do rei D. Afonso Henriques e dos cruzados, e os mouros habitantes da cidade sitiada.

Osberno chama-lhe claramente *episcopus*, e se este bispo fosse, ao contrário, algum sacerdote da religião dos mouros, o cronista, inteligente e ilustrado como era, não deixaria de o nomear, ou por qualquer expressão equivalente a *sacerdos maximus*, ou pelo nome árabe ou latinizado da sua profissão, como procedeu com o governador da cidade, chamando-o *alcaie, id est principe*, e nunca o equipararia à categoria dos religiosos, seus companheiros de armas, e partidários da causa por que eles combatiam.

Quando o mesmo cruzado exproba, cheio de indignação, os actos de pilhagem e de assassínio dos muçulmanos, praticados pelas indisciplinadas hordas dos cruzados flamengos e colonenses, destaca, entre a massa anónima dos habitantes, o velho *bispo da cidade*, dizendo que lhe cortaram a cabeça, contra o que era justo e legítimo, *contra jus et fas*, lamentando assim a sorte daquele que naturalmente era da sua grei.

Se não se lembrou o cruzado inglês de citar o nome do bispo mozárabe, não se esqueceu todavia de aludir ao caso de alguns desgraçados beijarem ostensivamente o crucifixo, o que dá implicitamente a entender, na nossa opinião, a existência da religião cristã entre os vencidos. É certo que este facto poderia ser revelador de que os muçulmanos pretendiam assim mover à piedade o coração dos



vencedores. Mas entre esta intenção e a confissão de que entre os vencidos havia gente que professava o cristianismo, fica o campo livre para cada um julgar o que lhe parecer mais verosímil.

O facto de o cruzado Osberno não se referir explicitamente na sua crónica, à religião e população mozárabe da cidade, não julgamos motivo suficiente para negar a existência destas. Bem se pode admitir que houvesse impedimentos que obstassem à saída de Lisboa dos bispos mozárabes, para assistirem aos concílios; e por outro lado, devemos recordar que aquele cronista, preocupado com exaltar os feitos dos seus conterrâneos, mencionou principalmente na sua narrativa os factos que tinham ligação mais ou menos directa com as acções militares, deixando, ainda assim, de se referir a alguns de que tratam outros cronistas que igualmente estiveram presentes no cerco de Lisboa; e também que ele se limitou, o que é de acentuar, a fazer apenas ligeiras referências, e como por incidente, ao papel muito activo e preponderante que na preparação e nas operações da conquista teve o rei D. Afonso Henriques, e o exército que ele comandava.

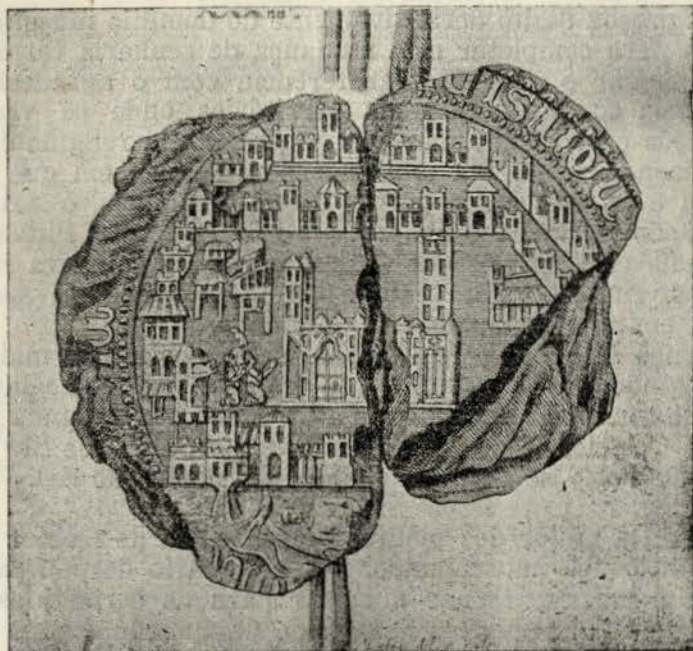
Todas estas considerações mostram, no nosso entender, que a religião cristã se manteve, com fervor porventura diminuído, enquanto a cidade esteve na posse dos povos muçulmanos.

Os mouros trataram naturalmente de melhorar as condições de defesa da cidade, e geralmente é-lhes mesmo atribuída a construção da chamada *cerca velha* ou *moura*, a qual, pelas considerações atrás expostas, deve ser, na nossa opinião, atribuída aos povos visigóticos, que antecederam os mouros.

O que é incontestável, todavia, é a existência desta cerca em 1147, por ocasião da tomada da cidade, em que, pelo seu bom traçado e grande fortaleza, teve o efeito importante de tornar excessivamente demoradas as operações do cerco, com todos os seus prejuízos em perdas de vidas e acção desmoralizadora das tropas.

D. Afonso Henriques, depois de tomar Santarém em Março de 1147, deliberou apoderar-se de Lisboa, e tendo convidado para o ajudar nessa empreza, uma armada de cruzados que se dirigia para a Terra Santa, veio pôr cerco a Lisboa, o qual principiou no dia 1.º de Julho do referido ano, e terminou pela rendição dos sitiados, no dia 21 de Outubro, em que o exército aliado fez baixar sobre uma torre da muralha da cerca moura, situada aproximadamente no local da capela-mór da actual Igreja da Conceição Velha, a ponte duma torre móvel de madeira, que os ingleses e os portugueses das províncias do norte, a que o cronista Osberno chama galegos, haviam construído na praia do Tejo, nas vizinhanças da mencionada torre da cerca.





A SÊ, A CERCA MOURA E A ALÇAÇOVA DE  
LISBOA EM 1352

Selo de cera escura, da Câmara Municipal de Lisboa, do tempo de D. Afonso IV, pendente de um documento datado de 9 de Novembro de 1390 (A. D. 1352):

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo

*Reproduzido da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, por D. António Caetano de Sousa, tomo IV, 1788, estampa I. A documentação está em pág. 28 do mesmo volume. Desde há muito tempo que este selo desapareceu do Arquivo. — Veja-se Dissertações Chronológicas por João Pedro Ribeiro, tomo I, 1860, pág. 109, nota.*

Esta operação militar levou os mouros sitiados a deporem as armas, e a decidi-los a pedirem a paz.

As operações militares cessaram. A cidade estava tomada. Estabeleceu-se o armistício para se combinarem as condições da rendição, e a posse oficial da cidade pelos conquistadores realizou-se no dia 25 de Outubro, em que a Igreja celebra a festa de S. Crispim e S. Crispiniano.



Lisboa passou assim definitivamente do domínio muçulmano para o cristão, e para completar esta mudança de senhoria tornava-se necessário solenizar o acto da transferência com o agradecimento ao Altíssimo pela conquista de mais territórios onde se venerasse o nome de Deus e de mais almas para o gremio da religião cristã.

Organizou-se nesse dia uma solene procissão, em que se incorporou o rei e os chefes dos outros exércitos aliados, o Arcebispo de Braga D. João Peculiar, o Bispo do Porto D. Pedro Pitões e outros bispos e mais eclesiásticos que faziam parte da comitiva régia, hasteando-se por fim o estandarte da cruz no ponto mais elevado e visível do Castelo, em sinal de submissão da cidade.

D. Afonso Henriques deu a volta, a pé, aos muros mais altos do Castelo, segundo refere Osberno, e o trajecto que ele seguiu pode figurar-se que seria pela estrada que a meia encosta circunda pelo norte o monte do Castelo, desde as Portas de Alfôfa até à de St.<sup>a</sup> Maria da Alcçova (no Pátio de D. Fradique) ou às Portas do Sol.

A Mesquita maior dos mouros estava cheia de mortos e feridos, exalando um cheiro nauseabundo. Foi necessário despejá-la e purificá-la, para o edificio tornar a servir para as cerimónias do culto cristão, do qual pelos mouros havia sido desapossada.

Onde seria esta mesquita?

Noutros tempos, mais ainda do que actualmente, as ideias estavam como que apegadas aos locais.

Por outro lado, diz-nos a história que o espírito de uma nova religião sente a necessidade, e mesmo prazer, em fazer adorar o seu deus nos próprios recintos e altares onde se veneravam os deuses destronados.

É demolido o templo romano de Thétis, e no seu lugar constrói-se um outro templo, este cristão, que é a Igreja de S. Nicolau. Termina, nos fins do século XV, a existência da comuna judaica em Lisboa, e a sua sinagoga é adaptada a templo cristão, dedicado a N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição. Ruem pelo terremoto de 1755 as igrejas da Baixa de Lisboa, e as novas igrejas e ermidas reconstruídas procuram, e conseguem geralmente, fixar-se no local das suas antecessoras, ou próximo dele.

Fora de Lisboa encontramos também muitos exemplos de adaptação de templos a novas religiões, como sucedeu à mesquita moura de Tavira, que foi purificada e benzida depois da conquista em 1242, a fim de servir para o culto cristão, com a invocação de Santa Maria, constando mesmo que antes de ser mesquita dos mouros já havia sido templo cristão.

Postas estas premissas, vamos deixar trabalhar a fantasia, com o fim de tentar perscrutar, através do nevoeiro dos tempos, o que



possivelmente teriam sido os antecedentes da nossa Igreja da Sé, e dos locais onde ela se acha situada, desde onde a nossa imaginação pode atingir, até à conquista da cidade por D. Afonso Henriques.

Parece-nos confusamente divisar na cidade de Olisipo,—no centro de um bairro aristocrático, ou de grande densidade de população, perto dum templo consagrado a Cíbele (cerca de 250 m.), dum teatro dedicado a Nero (cerca de 100 m.), dum estabelecimento termal construído por uns romanos chamados Cássios, (cerca de 250 m.), contíguo a uma via de grande circulação, que atravessava o povoado desde o local do actual Largo de St.<sup>o</sup> António da Sé até ao Largo das Portas do Sol, enfim, no sítio onde está agora a cerca ou crasta da Igreja da Sé — um mercado descoberto e centro de reunião e de comércio dos habitantes de Olisipo, ou o seu *forum*, à semelhança do que existia em Roma.

Nem água própria lhe faltava, que era proveniente duma bica ou poço que existia e ainda existe entulhado, no recinto da crasta da Sé, e provavelmente alimentado pelo mesmo lençol de águas que abastecia também as Termas dos Cássios, que ficavam sensivelmente ao mesmo nível, e a um quarto de quilómetro de distância. Essas águas são ainda hoje aproveitadas numa bica situada na Alfândega, seguindo por uma galeria subterrânea, que tem uma entrada no alto da Rua Afonso de Albuquerque, quase em frente do começo superior do Arco da Conceição.

No mesmo local encontraram-se há tempos, além de vestígios de origem céltica (?), alguns restos de cerâmica e de outros artigos de procedência romana, que se guardam actualmente no Museu do Dr. José Leite de Vasconcelos, em Belém. Isto mostra ter sido o sítio frequentado por gente daqueles povos.

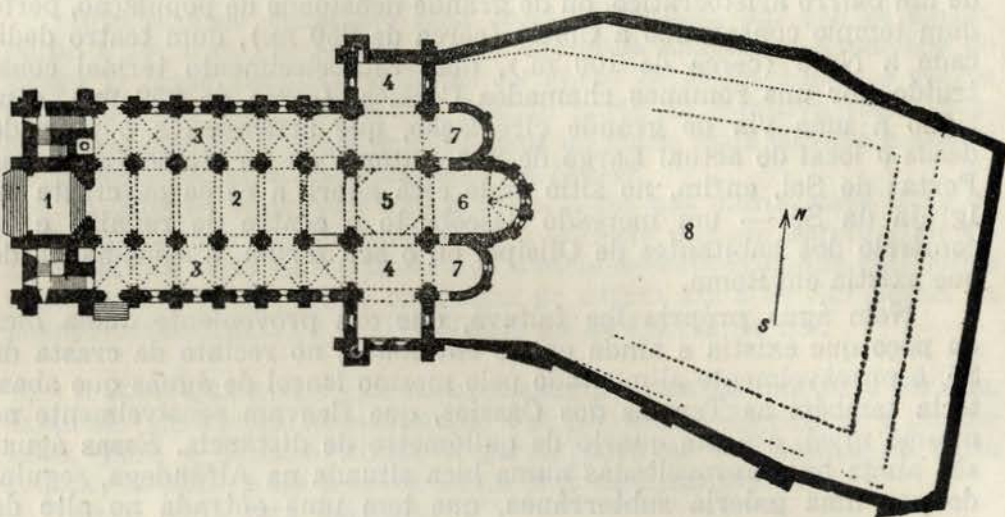
Contíguo ao *forum*, no seu lado ocidental, entrevemos um edifício coberto, destinado aos comerciantes, magistrados judiciais, banqueiros, ociosos e passeantes.

Era uma basílica romana, com o feitiço rectangular em planta, ocupando aproximadamente o local do corpo da nossa Igreja da Sé, dividida em 3 naves por 2 filas de colunas, e tendo galerias por cima das naves laterais, tudo coberto por um telhado com o madeiramento à vista. Num dos topos do edifício avistamos uma ábside semi-circular, destinada ao magistrado da justiça.

Podia também suceder que, em lugar duma basílica romana, existisse nesse local um templo de estilo jónico, que parece ser o que naquele tempo predominava em Olisipo.



Notaremos aqui a coincidência de perto deste local (a cerca de 250 m. de distância), na rotunda da Rua de S. Mamede, onde existiu a igreja desta invocação, haver sido encontrada uma ara romana dedicada à deusa Concórdia, a mesma a quem era consagrado um templo que em Roma existia junto do seu *forum*.



PLANTA DA SÉ NA ÉPOCA DE D. AFONSO HENRIQUES  
(2.ª METADE DO SÉCULO XII)

Escala 1:1.000

Reconstituição conjectural

*Legenda:*

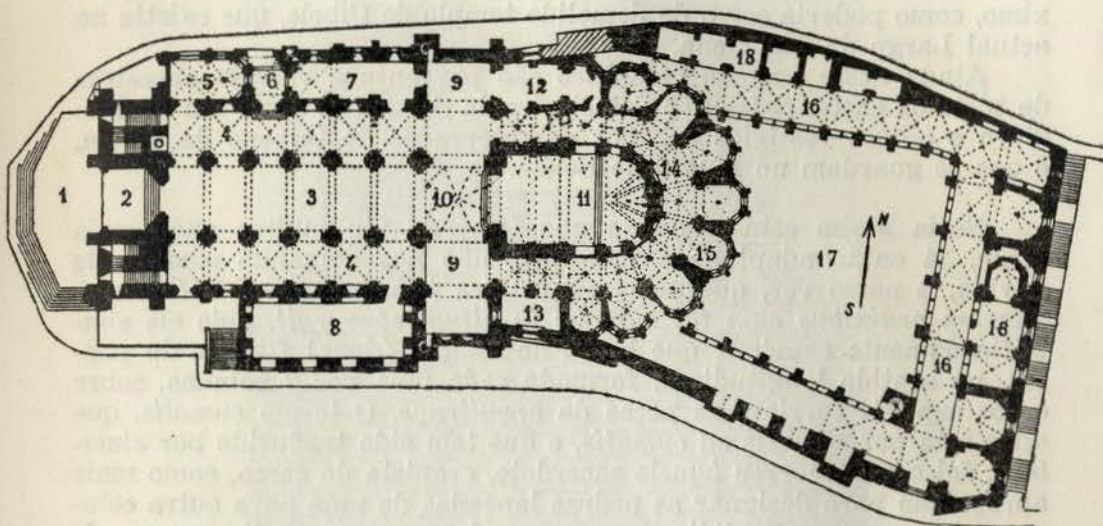
- 1 — Átrio, galilé ou *narthex*
- 2 — Nave central
- 3 — 3 — Naves laterais
- 4 — 4 — Braços do transepto
- 5 — Cruzeiro
- 6 — Ábside
- 7 — Absidiolos
- 8 — Crasta ou cerca

Em qualquer dos casos, visionamos essa basílica ou templo romano, com o rodar dos tempos, e especialmente depois da chegada dos povos visigóticos, que professavam o cristianismo, convertido em basílica cristã, porque a planta e disposições das basílicas pagãs pouco necessitavam para se adaptarem às necessidades do novo culto.

Essa basílica cristã, antecessora directa da nossa Sé, já a di-



visamos menos nebulosamente, como um edificio ainda um tanto abarracado, rectangular em planta, com um pórtico orientado para poente, apoiado sobre colunas, e no qual se abrem 3 portas para o interior.



#### PLANTA DA SÉ EM MARÇO DE 1936

Rectificada e actualizada pelo architecto António do Couto

Escala 1:1.000

*Legenda:*

- |   |                                |
|---|--------------------------------|
| 1 — Adro                                  | 10 — Cruzeiro                  |
| 2 — Átrio da porta principal              | 11 — Capela-mor                |
| 3 — Nave central                          | 12 — Capela do SS. Sacramento  |
| 4 — 4 — Naves laterais do corpo da igreja | 13 — Capela de S. Vicente      |
| 5 — Capela de S. Bartolomeu               | 14 — Deambulatório             |
| 6 — Átrio da porta lateral                | 15 — Capelas absidais          |
| 7 — Camarim do patriarca                  | 16 — 16 — Galerias do claustro |
| 8 — Sacristia                             | 17 — Pátio do claustro         |
| 9 — 9 — Braços do transepto               | 18 — 18 — Capelas do claustro  |

Interiormente entrevemos o templo dividido por 2 filas de colunas, as mesmas do anterior, em 3 naves, e ao fundo, em frente delas, uma ábside central e dois absídiolos laterais, a primeira com o feitiço dum hemiciclo com meia cúpula, destinado à cátedra do bispo, substituindo o nicho ou ábside, onde na anterior basílica romana tomava assento o juiz. Sobre as naves laterais corriam duas galerias, à altura



dum primeiro andar baixo, ficando a nave central franca e aberta até à cobertura, feita de telhado de madeira, de duas águas.

As colunas seriam porventura aproveitadas do primitivo templo ou basílica romana ali existente, ou trazidas de outro edifício próximo, como poderia ser o do demolido templo de Cibele, que existiu no actual Largo da Madalena.

Ainda desse período visigótico são porventura várias cabeceiras de túmulos encontradas nas demolições da Sé, assim como um anel de vidro e outros vestígios cristãos desenterrados do terreno da crasta, e que se guardam no Museu de Belém.

Seria assim esta a igreja que Osberno viu muitos anos mais tarde, já então adaptada a mesquita, não nos deixando sombra de dúvida, a nosso ver, que pelas expressões *templum quod VII columnarum ordinibus cum tot cumalis in altum consurgit*, quis ele simplesmente exprimir que havia no templo (*duas*) fileiras de pilares, no sentido longitudinal, formada cada uma por 7 colunas, sobre cujos capitéis corriam as peças da *arquitrave*. O termo *cumalis*, que aliás está por *cumatis* ou *cymatis*, e que tem sido traduzido por *cimalhas*, foi o que ocorreu àquele sacerdote, cronista do cerco, como mais apropriado para designar as pedras lançadas de uma para outra coluna, sobre os seus capitéis, e corresponde ao que, em linguagem de arquitectura, se chama *entablamento*, ou, se preferirmos, somente *arquitrave* ou *lintel*; e pondo de lado, por absurda, a questão das 7 naves tão discutida, revela-nos ainda, com evidência, que, no sentido longitudinal do templo, os 7 pilares das fileiras não eram ligados por arcos, como na actual Sé, mas sim por linteis direitos ou rectilíneos.

O templo romano, adaptado pelos visigodos, ficou servindo de primeira Sé episcopal da Cidade, do que os muçulmanos depois o privaram, como explicitamente nos diz o cruzado Osberno, o que leva lógicamente a admitir, como dissemos, a existência de núcleos paroquiais na época visigótica.

Os povos muçulmanos, tomando conta da cidade, aproveitariam o templo que nela acharam, para a celebração das funções do seu culto, adaptando-o a mesquita, sem lhe alterar a planta, nem a disposição interna das colunas e naves, e assim o conservaram enquanto dominaram em Lixbona; e com a mesma forma o encontrou D. Afonso Henriques quando tomou a cidade, em 1147.

O templo existente na ocasião da conquista foi, segundo as descobertas e os estudos críticos modernos, demolido no tempo do nosso primeiro rei, quase, ou em partes, até aos alicerces, a fim de no seu





#### FACHADA PRINCIPAL DA SÉ

Como a deixaram as obras realizadas no século XVII e primeira metade do XVIII, e permaneceu até aos grandes trabalhos de restauro iniciados nos princípios do século XX

local se construir um edifício mais imponente e mais consentâneo com as ideias religiosas que novamente se impunham ao nascente reino, tornando-se todavia hoje muito difícil definir a linha divisória entre a obra antiga aproveitada, e a novamente construída.

Manteve-se o plano primitivo rectangular do edifício, assim como



a divisão em 3 naves, separadas por 2 filas de 6 pilares livres e 2 adossados, não constituídos agora por colunas singelas de estilo jónico, mas por feixes ou grupos compactos de altas colunas românicas.

Seis pilares ficariam nos mesmos sítios dos primitivos, e o sétimo, do lado do nascente, distanciar-se-ia dos outros, para dar lugar à nave do transepto, que então se originaria, e sobre cujo cruzeiro se levantou a grande torre quadrada, com dois andares de sineiras, que o terremoto de 1755 derrubou. No muro do fundo foi construída uma nova ábside, mais profunda do que a primitiva, e lateralmente dois absidiolos, também maiores, nos topos das naves laterais, sobre as quais se correram as galerias do trifório.

Esta Sé construída por D. Afonso Henriques já não é exactamente a que lá vemos, porquanto no decurso de 8 séculos tem-se lá feito tanta obra, tantos acrescentes, tantas mafeitorias, que é quase impossível não só imaginar como seria a igreja reconstruída pelo rei, mas reconstitui-la referida ao estilo architectónico puro de qualquer daquelas remotas eras.

A reconstrução, no mesmo local, da igreja episcopal, ordenada por D. Afonso Henriques, foi sugerida porventura pelo bispo inglês D. Gilberto, que fazia parte dos exércitos anglo-normandos auxiliares do rei português, segundo plano do mesmo bispo, ou de algum architecto por ele indicado, que também viesse na armada, e a architectura da nova Igreja da Sé obedeceu por isso às regras e estilo construtivo então em uso na Europa Occidental.

Foi a mesquita moura purificada e benzida no dia 1 de Novembro de 1147, pelo Arcebispo e quatro Bispos que se achavam no exército do rei, sendo desta forma, e nesta ocasião, *restituída* às suas funções de sede episcopal, que noutro tempo tinha exercido, como já dissemos que o dá claramente a entender o cruzado Osberno.

Estas providências de ordem religiosa foram completadas pela escolha e nomeação do mencionado Bispo D. Gilberto para Bispo de Lisboa, que foi sagrado pelo Arcebispo de Braga D. João Peculiar, da comitiva do rei D. Afonso; pela delimitação do território e castellos que ficavam na área da sua jurisdição; pela criação do Cabido; e pela determinação do ritual litúrgico que devia ser observado nas cerimónias do culto.

Ainda D. Afonso Henriques fundou em Lisboa, nessa ocasião, duas igrejas, sedes de paróquias; uma na banda oriental da cidade: a *Igreja de S. Vicente*, com um convento anexo, no local onde havia sido o cemitério dos cruzados flamengos e colonenses. Esta igreja,



era e é chamada de S. Vicente de Fora, não por ficar situada fora dos muros da cerca moura, como geralmente se escreve, mas por estarem a igreja e o convento *fora* ou isentos da jurisdição do prelado de Lisboa.

A outra igreja foi a *dos Mártires*, edificada no sítio onde havia sido o cemitério dos cruzados ingleses, no monte de S. Francisco, fronteiro ao Castelo de S. Jorge, do lado ocidental.

Nada mais se sabe com respeito à criação de outras freguesias por D. Afonso Henriques, apesar do que nos dizem os nossos antigos historiadores, sendo provável que apenas fossem admitidas tácitamente ou confirmadas as paróquias então já existentes, e incorporadas na jurisdição episcopal então novamente criada.

A conquista de Lisboa aos Mouros em 1147 teve uma grande ressonância em toda a Europa, não só pela grandeza do feito em si mesmo, divulgado pelas narrativas que dele fizeram vários guerreiros que na empresa intervieram, e que o comunicaram para os seus respectivos países, mas porque veio pôr um dique, ou mesmo fazer retroceder, a onda muçulmana que ameaçava invadir a Europa.

Para o bom êxito da empresa, além do valioso auxílio prestado pelos exércitos aliados, contribuiu principalmente, não só a valentia do chefe português, o rei D. Afonso Henriques, mas a sua fé cristã, os seus incontestáveis conhecimentos de tática e de estratégia, e o seu apurado tino diplomático.

Resumindo a evolução cristã da cidade, vemos que o cristianismo foi implantado em Lisboa na época romana; desenvolveu-se durante o domínio dos povos bárbaros (3 séculos); permaneceu estacionário durante o período muçulmano (4 séculos); e reviveu com grande fulgor logo após a tomada da cidade e a construção da Igreja da Sé e de outras igrejas, por D. Afonso Henriques.

São o Castelo de S. Jorge, com o que resta das muralhas da Cerca Moura, e a Igreja da Sé, os monumentos incontestavelmente mais antigos de Lisboa, e ambos nos recordam o memorável facto das operações para a sua conquista em 1147, conduzida superiormente por D. Afonso Henriques.

Os primeiros tiveram uma parte importantíssima nas operações militares, na defesa dos sitiados; o segundo, representante do templo episcopal seu antecessor, de que é uma remodelação completa ou reconstrução, teve um papel mais passivo nos serviços da guerra, e aquele que lá vemos é uma consequência da conquista, e testemunho da fé que a inspirou.



Ambos chegaram até aos nossos dias, bem que deformados e mutilados; mas ao contemplá-los devemos recordar-nos respeitosamente que são eles testemunhos de feitos de grandes heróis, que conseguiram criar um reino independente, e o país cristão que nós hoje felizmente disfrutamos.

NOTA — Poderão os leitores taxar-nos de arrojados improvisadores, e dizer que grande parte desta narrativa é romanceada, porque não existem documentos a comprová-la.

É certo, mas unicamente no que respeita à Igreja da Sé.

Porém ela não tem a pretensão de investigação histórica, mas somente o intuito de propaganda e divulgação da crónica religiosa cristã da nossa cidade, e do seu mais antigo edifício, a Sé, até à conquista cristã.

Baseia-se ela, porém, em factos históricos intervalados, cujas lacunas pretendemos preencher segundo o encadeamento dos sucessos e os ensinamentos da história, da forma que a razão e a lógica nos indicaram como mais verosímil.

As coisas poderiam ter-se passado da forma que conjecturámos, mas podiam também ter sucedido de maneira diversa e mesmo oposta. Ao leitor fica a liberdade de escolher, e de ser o árbitro do assunto.

Lisboa, Março de 1947.



# UMA FIGURA TRISTEMENTE CÉLEBRE

por LUÍS PASTOR DE MACEDO

D. Miguel I foi o último rei popular de Portugal. Espelho das qualidades e dos defeitos dos seus súbditos, pode-se dizer que até teve os seus defeitos admirados como qualidades, e as suas qualidades exalçadas como dons especialíssimos. É dos documentos, já que não é dos livros que o regime liberal pôs a correr depois de se ver alcandorado à responsabilidade da governança da nau. E a causa do dilecto filho de D. Carlota Joaquina era tão sagrada para os seus defensores, que hoje — vá lá, isto é bonito! — a mais de um século de distância, ainda há *miguelistas*, famílias *miguelistas*, que estariam na disposição, ou melhor, que em consciência se sentiriam obrigadas a defender os direitos do seu rei ou da sua descendência ao trono de Portugal, se fosse preciso ou possível defendê-los. Ora tendo D. Miguel a nação consigo, é evidente que entre os seus partidários haveria o que a nação tinha de bom e de mau. A lógica tem o mérito de convencer.

Isto vem a propósito do *Troca*, um miguelista *dos quatro costados*, mas também um patife de marca maior e um dos habitantes desta Lisboa que gozou de maior popularidade.

O seu nome era João Ferreira, o *Troca*, e a alcunha, depois usada como apelido, viera-lhe do modo de negócio que adoptara — a troca de cavalos, a par da compra e venda que, com sagacidade para espantar meia dúzia de ciganos, deles fazia. Os seus princípios — rosnava-se entre os da sua condição — decorreram agitadamente no contrabando e depois é que se fez alquilador e marchante *honrado*, com contrato à vista do freguês. Nas horas vagas, porém, na intenção louvável de ajudar o próximo, dera em receptor de roubos.

José Agostinho de Macedo, sem qualquer reбуço, honra-o com a qualificação de larápio, «empalmador de duros», e todos que o conheceram e a ele se referiram, apontam-no como homem de baixos procedimentos. O *Troca*? O alquilador do *Passeio*? Oh! que grande patife!

Mas acabou-se. A sua fama de *cigano* manhoso enraizara-se no meio próprio, a todos dava sota e ás em negócio de trocas e baldrocas, e a sua popularidade, bem triste por sinal, foi tão grande, que deixou a perder de vista a do *Atraca*, o célebre tendeiro de Belém, cuja nomeada de homem de bastos teres e haveres extravasara do histórico e quieto lugar arrabaldino e inundara a cidade baixa e os seus bairros



falaciosos. E já agora digamos também que a sua popularidade lhe adviera, é certo, do negócio de cavalos, mas foi aumentada e mantida nas culminâncias da murmuração, pela posição de peso que gozava noutros negócios, também mais ou menos escuros.

Por exemplo: — quem se interessava, com melhor resultado, junto dos poderes judiciais, a favor dos delinquentes de certas quadrilhas de salteadores, era ele; quem passava os salvo-condutos aos bem avisados viandantes que procuravam obtê-los, para passarem, sem ser com o Credo na boca, com o seu pé de meia, pelo Alentejo, livres das amáveis intimações dos meliantes, era ele também; quem — chegou-se a afirmar — tinha influência para fazer sair do Limoeiro os criminosos que por interpostas pessoas bem falantes e *bem sonantes*, faziam tilintar nos bolsos algumas moedas, era ainda ele. E lá que o *Troca* mantinha relações de certa intimidade com alguns dos presos da cadeia, parece não haver dúvida. Pelo menos, em 1818, foi ele o padrinho de baptismo de uma filha de um dos reclusos do Limoeiro — Francisco Leite Sodré da Gama, casado com D. Mariana Cabral Calheiros, ambos de Santarém.

Em 1812, João Ferreira *Troca*, já tinha um filho homem. Nesse ano, na *Gazeta* de 17 de Junho, declara António Ferreira, filho do alquilador, que pretende «sublocar as redízimas de Santarém, Porto de Mós e Ourém», as quais compreendiam «trinta e tantas igrejas pertencentes à Basílica de Santa Maria Maior». Por essa ocasião, o pai, anunciava a venda de coiros verdes. A casa prosperava a olhos vistos, e, em 1816, o *Troca* não tem qualquer dúvida em requerer ao Senado Municipal a arrematação do fornecimento de carne de porco, para consumo da população de Lisboa, pelo preço de cento e vinte e cinco réis o arrátel. Isto, desde Novembro daquele ano até ao Entrudo de 1817. (A cento e vinte e cinco réis o arrátel! E adquirida pelo consumidor — garantimo-lo — sem dificuldade! Como deveria esta carne ser saborosa!)

No fim desse ano de 1817, abalança-se a comprar ao padre Salvador Caetano Lopes, um prazo em Massamá, na freguesia de Belas, e em 1819 encontramos-lo senhor da arrematação dos talhos de Belém, pelo que, pede ao Senado a faculdade de poder ele ajustar cortadores para aqueles talhos. E apesar de não saber ler nem escrever e assinando portanto sempre de cruz, as suas actividades, a legal e a ilegal, não param. Em 1821 é ele o arrematante do fornecimento de carnes verdes, em 1824 reconhece à Câmara o senhorio directo de um armazém e respectivo cais, por ele aforados na praia do Grilo, e em 1827 o Infante D. Miguel concede-lhe autorização para «abrir hum talho no sítio mais conveniente para provimento dos Navios da Armada Real e do Hospital Real da Marinha». Ao certo, até quando teve o exclusivo deste fornecimento dos navios e do hospital, não sabemos, mas três



anos depois ainda ele o tinha, e possivelmente teria continuado a gozar aquele privilégio até ao advento do regime liberal.

Depois, evidentemente, as coisas teriam mudado muito. Os do Mindelo sabiam bem quem ele era, tiveram perfeito conhecimento do seu exaltado facciosismo miguelista e todos tinham ainda bem presente o caso passado com o Renduffe e que Luz Soriano deixou registado em letra de forma, caso que se resume à atitude heróica de ter-lhe ele dado asilo na sua casa e em seguida tê-lo denunciado aos agentes da Intendência.

Quando morreu o *Troca*? Se tivemos o seu registo de óbito sob os nossos olhos, passou-nos despercebido. Mas em 1837 ainda vivia e em Outubro desse ano era intimado pela Câmara a reedificar a casa que possuía — sabe o leitor onde? — onde hoje se ergue o *Avenida Palace*, ao sul do largo do Passeio, superfície actualmente compreendida na praça dos Restauradores. O edifício, rodeado de barracas, tinha serventia por um pátio, o qual, durante muitos anos e pelo menos desde 1812, usufruiu a denominação de *pátio do Troca* (1).

Mas tivesse falecido pouco depois de 1837, ou muito depois desse ano, e em qualquer dos casos quando Deus entendeu dever chamá-lo à sua divina presença, sempre nos aventuramos a dizer que à data da sua morte deveria ter o respeito e a consideração da praça de Lisboa. As *ciganices*, os contrabandos, as compras de roubos por tuta e meia, o negócio dos salvo-condutos e da soltura dos presos, tudo isso teria esquecido. E por quê? Porque o *Troca* quando faleceu era proprietário de um grande número de edifícios em Lisboa, principalmente na rua das Portas de Santo Antão; porque era riquíssimo; porque os seus rendimentos seriam a fortuna de muitos. E o dinheiro, seja em que altura do dia esteja o Sol, tem influências do *arco da velha*.

Além do filho já mencionado, teve o *Troca*, pelo menos, mais uma filha, que foi casada com um senhor de apelido Cró. Deste casamento, segundo Tinop, em *Lisboa de Outros Tempos*, viviam no fim do século passado, em Lisboa, alguns descendentes, um dos quais era um médico conhecido. O nome guardou-o para si e nós fazemos o mesmo.

Aí tem o leitor o que, a mais de um século de distância, até nós chegou do famigerado *Troca* e dos seus negócios de trocas e baldroças.

---

(1) Outro *pátio do Troca* houve, em 1836, na freguesia do Sacramento, na antiga rua dos Galegos, hoje rua do Duque. E' muito possível — íamos a dizer que era certo — que o seu nome lhe fosse também dado pelo famoso alquilador.



# AS CASAS DE LISBOA

por MATOS SEQUEIRA

Lemos outro dia um artigo sobre as construções alfacinhas, em que se condenava o vício da «mesmice», o costume vulgar de repetir, de copiar, de imitar qualquer coisa que momentaneamente agrada na construção. Aos prédios de cimento-armado, em estilo «caixote», a chover para a rua, depois da chuva ter parado, pelas biqueiras das suas varandas de balanço, que sucederam às fachadas rotas de vãos sem ombreiras e com mansardas pelintras (vestígios dos antigos Chalets que Deus haja), seguiram-se os grandes imóveis pintados de cor de rosa, com arrebiques de sardinheiras nos parapeitos das janelas, um ou outro baixo-relevo decorativo, e aplicações de ferros forjados em gradarias, exageradamente torcidos em florações de couve lombarda. Os primeiros que apareceram agradaram pela novidade, e pelo combate que vinham dar ao detestável «cimento armado» e às architecturas avariadas e disformes que se tinham inventado à sombra dos ensinos dos álbuns nórdicos. Eram riscados por artistas, tinham certo ar, campavam entre a caixotaria abastardada que os precedera. Apenas, porém, o mestrado de obras alfacinha os viu na Avenida António Augusto de Aguiar, animado pelos justos louvores que se lhe deram, vá de iniciar a «mesmice», como disse o articulista, é, às duas ou três, Lisboa foi invadida por prédios cor de rosa, plétóricos de sardinheiras, couves-flor de ferro e o mais que se sabe e está à vista.

A moda tem destes inconvenientes — a repetição, a repetição que dá o cansaço e acaba em banalidades aflitivas. Eu que já não posso ver sardinheiras, como não posso suportar os contraplacados (que os plásticos estão agora a substituir), nem ouvir falar nas irmãs Meireles (aliás umas excelentes e simpáticas raparigas), estou na hora alta de detestar os imóveis cor de rosa. A cópia é um movimento prejudicial à estética.

E vamos a saber: — Terão lógica construtiva, em Lisboa, estas obras subordinadas à tentação da série fácil, em pleno esquecimento das necessidades, dos costumes, das ocupações e das tendências da população?

Estou em crer que não. A habitação cidadã, portuguesa, não tem é certo um tipo e um carácter definidos, no tocante a gosto. Do passado ficaram-nos, apenas, os exemplos dos grandes casarões-palácios e de uma ou outra construção popular, que ao acaso deixaram pas-



sar, acrescentando-as, com o pitoresco da raridade. O que ficou dos velhos solares citadinos, mutilados pelos aproveitamentos e pelas adaptações, é pouco mais do que uma desluzida grandeza, salvo duas ou três excepções ocasionais. Unidade característica tradicional, não há. Uma traça típica, uma repartição interior geradora da fachada, uma identidade decorativa, não existem. Lisboa, no período novecentista da sua comopolitização, não se desenvolvia guiada por arquitectos e estetas, acrescentava-se com a novidade ilógica, com a moda do «lá de fora». Ela que era branca — *noiva deitada na sua alcova nupcial*, como lhe chamou um poeta árabe — branca como Évora, foi-se pouco a pouco pintando de cores, e os vermelhos, os azuis, os verdes, os castanhos, os amarelos, entraram a gritar-lhe nas fachadas, esquecida já de que o Palácio Azul, a Casa Amarela, a Varanda Verde, tinham sido nela raridades de mencionar com intuitos toponímicos.

Lisboa, cujas casas se cobriram com telhados moiriscos de leve inclinação, entrou a experimentar as coberturas de grande pendor para uma neve que não cai, o tipo suíço do Chalet emadeirado, de grelhas de ferro historiado, a ardósia negra, de escamas, e, nos interiores, a «boiserie» e outras francesices descabidas. Veio a seguir uma tentativa de ressurgimento de uma habitação de elementos arquitectónicos tradicionais, com telheiros, escadas exteriores, beirais de grande balanço, alpendres e azulejaria em registos de Santos protectores, mas os gaioleiros, na fúria da «mesmice», e não a entendendo, de tal maneira a acrescentaram, com beirais debaixo de beirais, e outras extravagâncias, que a estupidificaram irremediavelmente.

A casa, expressão convergente de variados motivos e necessidades, destinada a satisfazer em primeiro lugar o «cómodo» e depois a estética, há que derivar-se das condições da terra, dos seus recursos, das suas generosidades de material, do clima dominante, do relevo do solo, e de todas as imposições do local. Disto é que deriva a sua fisionomia natural. A beleza vem a seguir, da sábia utilização dos elementos construtivos, da graça que se lhes insufla, do jeito que se lhes dá. Nada de cimento, nada de bêtôn.

Em Lisboa não falta a pedra, nem a cal, nem o tijolo, nem o azulejo. Sejam estes os materiais a usar. Em Lisboa onde o sol queima nos verões, abram-se arcos que protejam dele os moradores e os livrem das chuvadas, construa-se sem que deixe de se averiguar dos ventos dominantes; quando houver espaço, abram-se pátios interiores, não se exagere no numero dos vãos, e, não havendo aquecimento, tenha-se em atenção à grossura das paredes.

E nada de rebuscar velhos estilos (que em geral se não sabem reproduzir), manuelinos e barrocos de pacotilha, gizados a contento de alguns ansiosos de botar figura, que se não satisfazem com uma



simples sugestão do estilo, e querem tudo ali «pão pão, queijo queijo», para que possam pavonear-se de ter uma casa «toda em arquitectura», como eles dizem.

Cada um tem a sua mania, o seu gosto, a sua *tineta*. Eu gostaria de ver Lisboa toda branca, gritante de cal, recheada de bons prédios modernos, sim, mas com lógica arquitectural, sem colunas a servir de ornato, sem telhados para a neve, sem os envidraçados que queimam os moradores, sem os exageros decorativos que geram o apetite das imitações, sem a preocupação de copiar o que há lá fora, que não presta nada para cá, onde o Termómetro e o Pluviómetro falam de outra maneira, e onde o solo empenado, a cal e a pedra em barda, o tijolo à farta, aconselham outra coisa.

Não maquilhem Lisboa, nem a pintem tanto. Deixem-na com a sua face própria, as suas feições de família, o seu ar português.

Acreditem que é muito mais bonita assim.



# O «PASSO» DA MOURARIA E A LÁPIDE DA CERCA FERNANDINA

por NORBERTO DE ARAUJO

Fez há pouco quarenta anos que foi ordenada a demolição do Passo da Mouraria, um dos da procissão do Senhor dos Passos, da Graça. Serve de pretexto a estas notas, que nenhuma novidade conterão, uma fotografia que possuímos, e na qual o «passo» se vê tal qual ele era no final do século passado. A estampa é inédita, e deve-se, segundo cremos, a Alberto de Oliveira, um dos fundadores do «Grupo do Leão» (1887), senão o seu principal organizador, e que cultivava as curiosidades e os tipos de Lisboa, interessando-se por assuntos de arte ligados aos progressos gráficos. Alberto de Oliveira, que figura na famosa tela de Columbano, de cujos pares hoje não resta um só, foi daquela gente da boémia do talento e do espírito o primeiro a desaparecer da vida. Já não viu demolir o velho «passo» da Mouraria, cuja fotografia teria feito há cerca de sessenta anos. O pormenor não interessa demasiadamente; pela leitura do título de uma peça que se representava ao tempo no Teatro do Príncipe Real, e que se pode ler num cartaz que a fotografia reproduz, apurar-se-ia o ano que corresponde ao cenário.

Está hoje na posse de um particular a colecção de milhares de provas fotográficas, algumas valiosíssimas, devidas àquele rapaz, que seria, a existir, um dos sócios dos «Amigos de Lisboa».

Ao «Passo da Mouraria» está ligada a história do sítio da Saúde ou da Guia. Na conhecida gravura — e belo documento — do «Arquivo Pitoresco», volume V, pág. 377, aparecem em desenho o «passo», o recanto do Alegrete, o Arco, rasgado num prédio dos Taroucas, o resto de um ângulo da muralha de D. Fernando, e a lápide de mármore, com inscrição em caracteres góticos maiúsculos, que atesta a construção (1373-1375) da muralha fernandina.

Este pedaço de sítio da Mouraria-Alegrete está hoje irreconhecível. Na fotografia à qual nos reportamos não aparece o recanto, mas distintamente se vê a lápide, aposta no lanço da muralha contígua ao «passo», ao lado superior de um porta que tinha o n.º 12.

1907 foi o ano da condenação do «Passo da Mouraria», que, em reconstrução, datava de 1780; o Terramoto destruiu o primitivo, que vinha de 1698-1702, e era sensivelmente da mesma idade do palácio do Conde de Vilar Maior, antecessor da Casa dos Alegretes, depois Penalvas e Taroucas. Este palácio, dito dos Marqueses do Alegrete,



cujo título passou para o arco e para a rua, foi demolido neste ano corrente de 1947, sem que houvesse razão para o prantear.

Duas das relíquias do pequenino sítio desapareceram, pois, quarenta anos uma atrás da outra. Está de pé apenas o Arco, teimosamente a recordar a Porta de S. Vicente da Mouraria, que leva 574 anos



O «Passo» da Mouraria e a lápide da Cerca de D. Fernando.

(Fotografia do século passado)

de Porta, e 273 de Arco, pois foi transformada em 1674, para facilitar o trânsito dos coches.

A lápide relativa à construção da cerca de D. Fernando passou, depois de 1908, quando foi construído o grande prédio n.º 8 a 16, à esquina das Escadinhas do Marquês de Ponte de Lima, para a fachada desse prédio, onde ainda se encontra. É venerando documento da Lisboa do Rei Formoso, talvez o único de vulto, assim como o Arco, tão escarnejado e desrespeitado na sua memória, é a última das portas de Lisboa da Cerca do século XIV.



Não sabemos se será em nossos dias que o Arco desaparecerá. Se assim acontecer, em sacrifício ao urbanismo, não choraremos. Se for por mero capricho estético — revoltamo-nos.

O «Passo da Mouraria» desapareceu em 1907-1908, como dizemos. A Câmara ofereceu à irmandade do Senhor dos Passos da Graça, à qual o «passo» pertencia, uma indemnização de quinhentos mil réis, que a irmandade aceitou. Dos cinco «passos» de rua da procissão dos Passos da Graça subsistem hoje apenas dois: o da «Verónica», no largo do Terreirinho n.º 119 do começo da Calçada de Santo André, que data de 1765, e substituiu um que existiu antes na Rua do Boi Formoso (1673-1675), como este substituiu um ao cimo da Rua dos Cavaleiros; e o de Santo André, místico com o desaparecido Arco de Santo André, ampliado em 1688-1702, sito no começo da Costa do Castelo, porta n.º 106.

O famoso «passo» do Rossio, que datava de 1702, fôra apeado em 1759, e reedificado em 1782 em terrenos da Casa dos Duques de Cadaval, novamentee demolido em 1839 por ordem da Câmara, que, por sentença, teve que reedificar logo em 1841, sendo inaugurado em 1843. Pouco depois construiu-se o grande prédio Cadaval que esquina para o actual largo de D. João da Câmara, anteriormente «Pátio do Duque». E o «passo» ficou nele encravado até 1913, ano em que a Casa Cadaval logrou, por sentença, que a irmandade o entregasse, para demolição. E' hoje «O Passo», pequena leitaria tipo Rossio.

O «Passo de S. Roque» estava embebido na face da Torre de Alvaro Pais, que se situava, como é sabido, no largo de S. Roque; o Terramoto destruiu-o e foi reedificado em 1780-1781, durante até 1827, ano em que a Câmara regularizou o largo para a abertura da Rua Nova da Trindade.

A arquitectura exterior destes «passos» era sensivelmente igual: portada de volta perfeita sobre cuja cornija assenta o frontão, constituindo duas volutas a envolver um medalhão central, coroado por uma cruz simples.

Estas evocações (apoiadas no estudo histórico do ilustre Padre Ernesto Sales) servem apenas de ilustração ao insignificante mas curioso documento que é a fotografia do «Passo da Mouraria». Falta somente assinalar que a história de três dos «passos» referidos está ligada por situação à Cerca de D. Fernando: os de S. Roque, da Mouraria e de Santo André.



# DOIS TEATROS POPULARES DO MEU BAIRRO

por ACÚRCIO PEREIRA

Estava para começar assim este artigo: «Era no tempo em que ainda não havia animatógrafos». Mudei de opinião com receio de que supusessem tratar-se de uma fábula. Como quem diz: «Era no tempo em que os animais falavam» — expressão tão agradável que nos situa para lá de Homero, nos confins maravilhosos do tempo em que os séculos ainda não eram históricos e o homem não passava de um brutamontes grunhidor monossilábico, para apoiar as doutrinas do inglês Darwin. Com efeito, porém, Lisboa, há cinquenta anos, ignorava o animatógrafo, e uma ida ao teatro revolucionava um lar. Era anunciada solenemente com antecedência de dias, e toda a vida de uma casa tendia para esse ponto luminoso — em tal noite, a família, enroupada para os domingos, desandava a pé em busca das comédias do Ginásio ou dos dramas tétricos do Príncipe Real, do circo dos Cavalinhos ou das mágicas do Trindade. O acontecimento ocorria, por norma, aos sábados. A manhã de domingo passava-se regaladamente na cama. A manhã? Até às 9 horas, não mais. «Deus ajuda a quem muito madruga». Ignoravam-se as 8 horas de trabalho e outras quejandas conquistas sociais. Também o *Diário do Governo* estava virgem de leis sobre o descanso dominical.

Lisboa — aquela Lisboa ousada dos descobrimentos e conquistas — deitava-se cedo. Às 10 horas, tudo na cama. Nas ruas apenas algum censurável noctívago e as patrulhas sonolentas da Guarda Municipal. As portas e janelas de muitas casas eram chapeadas de ferro e, em regra, antes de a família se recolher, passava-se cuidadosa revista a todos os aposentos, não fosse algum meliante ter-se escondido no guarda-vestidos ou em recanto mais escuso. Contavam-se histórias tenebrosas de famílias surpreendidas em pleno sono pelos antepassados dos *gangsters*. Nas mesas de cabeceira, um copo de chá, um pequeno açucareiro e uma lamparina de azeite. Lisboa dormia de longas camisas brancas e de barrete de malha com uma borla na ponta ou de touca de folhados de renda vendida ao domicílio por espanhóis de boina basca e metro de madeira enfiado na argola de pesada trouxa.

Mas, se não havia animatógrafos, os teatros de amadores proliferavam. Eu ouvia falar muito do Taborda, na Costa do Castelo, (que até tinha camarotes!) — e do das Trinas. Esses, porém, eram os ja-



notas. No meu bairro — as divisões administrativas da cidade surgiam unicamente na vida de relação com o Estado — conheci dois. O meu bairro era o do Castelo, o aglomerado de prédios que se encostavam à velha colina cidadã, rematada no topo pelas desalinhadas edificações, no local onde se concentravam os guerreiros sanhudos de Ordonho III, de Leão, os bronzeados mouros, e a turba-multa babélica e voraz que acompanhou o *Conquistador*.

Havia, com efeito, dois teatros populares — o de Rafael Croner, um famoso clarinetista, que morreu chefe da banda de Caçadores 5, — na rua do Recolhimento; e o do Pisão, à entrada da rua do Milagre de Santo António, numa esplanada que se debruçava sobre as escadinhas de S. Crispim, e apoiada nas seculares muralhas da cerca moura.

Vivo as minhas recordações da meninice até onde chegam os primórdios da minha memória. A sala do primeiro tinha por tecto o mais decorativo dos tectos — o céu estrelado ou não estrelado, muito lá em cima. Pavimento térreo, bancos corridos, tão simples que as tábuas se apoiavam em troncos roliços, enterrados no solo. A iluminação era quase tão primitiva como a dos pátios seiscentistas — uma meia dúzia de lampiões com a configuração dos dos arruamentos públicos, suspensos de arames corridos à largura, e, lá dentro, modestos candeeiros de petróleo. Nem a prosápia de frisas ou camarotes. Na própria sala (?) — creio não errar — à direita, um balcão para a venda de vinhos e refrescos, — bufete embrionário.

Ah! a ansiedade com que se aguardava o começo do espectáculo! O público ia entrando, barulhento, discutidor, largados os cobres dos bilhetes. As pessoas conhecidas agrupavam-se. Os actores, já vestidos e caracterizados, vinham cá fora tomar dois do tinto ou um capilé, pedir um «paivante» a um amigo, sem receio do ridículo do anacronismo indumentário e de destruírem um pouco a ingénua expectativa da sala. Afinal, uma boa parte da *mise en scène* e da guarda-roupa — em cenário medieval ou modernista — era entregue à imaginação da assistência, sempre pronta a demonstrar boa vontade. E esta boa vontade era tanta que, nas noites um pouco frescas, não reclamava aquecimento e limitava-se a recorrer a sobretudos, gabões, capas à espanhola, casacos de abafar e outras peças de roupa exterior inverniça.

Lembro-me nitidamente de ter assistido à representação de um drama — *Orgulho da raça ou A tomada da Bastilha*. Era o choque de dois mundos, desfiado à maneira romântica, com bombásticas tiradas. Os arranques da burguesia contra a decrépita nobreza dos Capetos tinham o agrado da sala, onde a vida, arfando, se resumia aos olhos e aos ouvidos. O essencial era não perder uma palavra ou um gesto. Na distribuição havia uma amadora a caminhar para a idade madura, que interpretava um papel de Duquesa, e, como representante da alta



aristocracia, envergava um vestido de veludo preto, coçado, com vidrilhos, que lhe vincava o porte senhoril. De vez em quando, travava-se diálogo aceso entre os nobres refugiados nos seus privilégios e os homens do povo, fartos de os aturar, e que, em grandes gestos e sonoro palavreado, reclamavam os seus direitos.

—Ora toma! Agora, responde a essa!

—Apanha para o teu tabaco!

Os espectadores rejubilavam quando a Duquesa, emaranhada em discussão com os seus antagonistas, se via obrigada a ceder terreno perante a lógica dos argumentos. A plateia estava toda da banda do povo, como estava sempre a favor dos fracos e das donzelas. Lá no fundo, seu quê de tímido D. Quixote, conservando na memória a grandiloquência das *Lendas e Narrativas*, de Herculano. Os pobres diabos que desempenhavam papéis de cínico arriscavam a pele quanto mais carregassem a personagem e quanto mais a ingénua guinchasse os seus sofrimentos. E, por muito feliz podia dar-se se a antipatia que provocava ficasse apenas por uma frase mais dura saída da meia penumbra da sala, ou, nos finais dos actos, por uma pateada furiosa, homenagem que agradecia tão satisfeito como os seus colegas as calorosas salvas de palmas. Não seria o primeiro que, terminada a récita, despreocupadamente a caminho de casa, veria surgir da treva um valente bengalão a vingar as desgraças da «pobre menina», a essa hora sentada com regalo à mesa da ceia, aconchegando o estomago com a sopinha de feijão que ficara do jantar.

As cançonetas e os monólogos enchiam um acto de encanto. Uma orquestrazinha de guitarras e violas fazia os acompanhamentos quando necessários. As vozes dos artistas tomavam sonoridades sombrias e arrepiantes ou pomposas ao recitarem *A Morte*, o *Estudante Alsaciano* e *O Fiel*, de Guerra Junqueiro, aquele que voltava...

*«arquejante, exânime, molhado,  
a gemer, a uivar, num último estertor  
e que caia ali por terra, inanimado,  
largando da sua boca o gorro do pintor»*

Ai, Santo Deus! o que aquela gente cortava, depois, na pele do pintor, por ter lançado a afogar o rafeiro, que «não usava coleira e não pagava imposto!» As cançonetas deliciavam. Lembro-me de um actor de rosto moreno, sobrancelhas espessas e barba forte, que tinha a sua coroa no *Mazalipatão*, um fradalhás brejeiro. Riam-se às escâncaras, como se fossem inéditas, mesmo que já tivessem ouvido uma dúzia de vezes as cançonetas *Meu amigo banana*, *Axim... axim...*, *Só de uma*



*banda, Não acha, minha senhora?* que o Franco, da Travessa de S. Domingos, vendia entre 60, e 100 réis.

Concluído o espectáculo, as velhas ruas do Castelo enchiam-se por curtos instantes dos rumores de pés a arrastar e da falácia em que se comentava o drama ou a comédia: «E quando ele vem de espada na mão!...» «Mas que grande maroto o tal fidalgo...!» «Coitadinha da D. Emília a sofrer as brutalidades do marido!...» «Ah! tinha muita graça o que fazia de Eleutério!... Ri a perder!...» Entretanto eu e os petizes da minha idade, os olhos inchados de sono e as pernas trôpegas, lá nos arrastávamos, silenciosos, beijudos, para a camita que nos estendia os braços alvos dos lençóis.

O teatro do Pisão era um grande barracão coberto. Creio não errar dizendo que servia de oficina nos dias normais. O palco dava costas para a banda do Tejo. A cena, uma sala, um cor-de-rosa a desbotado, era quase sempre a mesma. Ali se desenvolviam o drama arrepiante das peças trágicas e as facécias pueris das comédias para quatro homens e duas senhoras. O filho do Pisão, alto e magro, não faltava a impingir, com voz magoada, a sua plangente cantiga

*Sou bom escritor  
Sabem todos bem  
Mas por mais que escreva  
Não vejo vintém.*

Tudo isso se desfez como névoa! Onde foram parar esses teatrinhos e esses «furiosos»? Onde esse público simples e ingénuo, sensível à lágrima e ao riso, interessado honestamente no que o palco lhe oferecia? Vida patriarcal e sã, vida fechada, sem grandes ambições, bocejante, possivelmente! À claridade do petróleo, enquanto a senhora da casa costurava numa cadeira alta e as criadas, concluída a tarefa na cozinha, se sentavam junto dela em banquitos baixos ou no chão e iam remendando as peúgas ou pregando botões de osso na roupa branca, o senhor lia alto, comovida ou arrebatadamente, as páginas intermináveis do *Rocamboles* ou as atribulações amorosas do *Ferreiro da Abadia*, de Ponson du Terrail, que todas as semanas chegava em fascículos a dez réis e a vintém. Contemplo, emocionado, esse grupo encantador da minha infância, chorando sinceramente as desditas da ingénua e erguendo exclamações de cólera contra o tirano.

Meus queridos soldaditos de chumbo, escarranchados em cavali-nhos castanhos ou brancos, rutilantes espadas em continência, capacetes guerreiros, onde estais que quero ver-vos outra vez?



# O CULTO DE S. SEBASTIÃO EM LISBOA

Pelo prof. LUÍS CHAVES

Houve em Lisboa dois templos dedicados a S. Sebastião, — um na Cidade, em plena Mouraria, — outro nos subúrbios, ao Poente, a caminho de Sintra. Ambos serviram de sede paroquial, no lugar onde estavam: — a primeira, com a invocação de *S. Sebastião da Mouraria*, — a segunda, com a de *S. Sebastião da Pedreira*.

Quando, em 1596, era Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro (1585-1625), foi desmembrada a freguesia de Santa Justa, para ser fundada então a de *S. Sebastião da Mouraria*. Em 1654 tinha este bairro citadino quatro freguesias: S. Sebastião, Santana, Anjos e S. José (1).

A ermida, a servir de matriz, pertencia à Confraria formada pelos artilheiros de Lisboa, que a dedicaram a S. Sebastião, seu patrono. Foi este que deu o nome ao templo e, depois, à freguesia. Apesar de em 1646 a sede da freguesia ter sido transferida para a igreja do Socorro, nem por isso a ermida deixou de ter o mesmo nome; só em 1662, quando a Confraria dos nobres, instalada na vizinha capela quinhentista do Colégio dos Meninos Órfãos, com o título de Irmandade de Nossa Senhora da Saude, passou a convite dos artilheiros, para a ermida da Confraria destes, o templo recebeu a invocação sugerida pela imagem da Senhora.

Deesde então ficou a imagem da Senhora da Saude a par da de S. Sebastião. E toda a gente conhece hoje a ermida histórica pelo nome que do século XVII tomou. A «Procissão dos Artilheiros», que foi das três ou quatro mais características da Cidade, acompanhou sempre os andores da Senhora da Saude e de S. Sebastião, associados no culto histórico e nas homenagens públicas.



A ermida de *S. Sebastião da Pedreira* provém, como a da Mouraria, do século XVI. Atribui-se-lhe a fundação aos carpinteiros da Rua das Arcas, na Baixa anterior ao Terramoto. Já existia em 1559, quando regressou do Oriente o célebre Patriarca de Alexandria e da Etiópia, que foi D. João Bermudes (2), e veio viver numas casas ao pé dela. Criou aí fama de bondoso e esmoler, como a tinha de largo saber e prudência.



Aí também o visitava, e lhe pedia conselho, D. Sebastião, quando lhe chegou ao conhecimento a nomeada atraente do Patriarca. E nestes lugares esteve onze anos, até que morreu em 1570. Como determinara, foi sepultado à porta da ermida, a que tanto quisera e deu a imagem de Nossa Senhora da Saude, trazida de Roma por muita devoção. A igreja nova, da mesma invocação da ermida, foi construída no mesmo lugar, com esmolas dos devotos e auxílio de D. João IV.

Terminaram as obras no dia 16 de Outubro de 1652, e, um ano depois, os ossos do Patriarca foram trasladados por ordem de D. Felipa de Távora, sua sobrinha, para o cruzeiro da capela-mor, em campa rasa, onde lhe mandou esculpir as armas e lavrar esta legenda simples: — Sepultura do Patriarca Da Lexandria Dom João Bermudes (3).

A freguesia de S. Sebastião da Pedreira foi estabelecida em 1652, e a igreja paroquial, desde 1654, é a que tem os ossos do Patriarca. De origem quinhentista, a construção do século XVII foi ampliada no século XVIII (1740); em 20 de Setembro de 1812 foi resolvido em sessão da Confraria de S. Sebastião (4) construir a capela do Santíssimo com as pedras do cemitério anexo à igreja, e segundo o risco do entalhador Tomás de Aquino. O tesoureiro António José de Sequeira ofereceu toda a obra, as paredes, assim como os trabalhos de pedreiro; o resto fez-se por esmolas. Em 10 de Janeiro de 1813, a Confraria deu por empreitada a Mestre João da Cruz a obra e a decoração da capela (5).

A freguesia seiscentista ia até ao Chafariz do Andaluz, Palhavã, Cruz da Pedra, Ponte Velha, Laranjeiras, Palma de Baixo, Palma de Cima, Rego, Campo Pequeno, Picoas, parte da Ribeira de Alcântara, lugar de S. João dos Bem Casados, o de Pai Silva, e Vale de Pereiro; abrangia as quintas nobres dos Duques de Aveiro e de Cadaval, Marqueses de Távora, e Condes de Sarzedas.

Pouco sofreu a igreja com o Terremoto de 1755, mas a freguesia, que tinha 900 fogos, ficou reduzida a 862 (6).



As pestes devastavam Lisboa e o Reino. A Corte abandonava a Capital. Quem podia afastar-se, afastava-se. S. Sebastião era o Santo advogado dos homens contra a peste, a fome e a guerra. Quando foi da «peste grande», em 1598, o Senado da Câmara de Lisboa tomou por padroeiro e protector da Cidade este Santo (7).

Nos arredores de Lisboa, já no concelho de Loures, e sobranceira a esta vila, existe uma relíquia, verdadeira memória desta época, ali deixada por voto de pessoas fugidas da Cidade. É a capela de



Nossa Senhora da Saude, em Montemor, de que deu notícia Fr. Agostinho de Santa Maria no *Santuário Mariano* (8), e Vergílio Correia revelou em *Azulejos Datados* (9). Os azulejos, interiores e exteriores, da capela mostram datas sucessivas e tipos artísticos do século XVII e XVIII.

Alguns azulejos, em forma de «registos» parietais na fachada das casas de Lisboa, têm a imagem de S. Sebastião. As que dominam, porém, nessa iconografia lisbonense, são as de S. Marçal (contra incêndios) e de Santo António (o taumaturgo de todas as necessidades), associadas à de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino, desde o meio do séc. XVII: os «registos», embora alguns sem data, são quase todos de 1750 para cá; um de S. Sebastião, na Estrada do Paço do Lumiar, é mais antigo, com a data de 1722 (10).

## NOTAS

(1) Referindo-se às freguesias de Lisboa, a «Cidade das Sete Colinas», e para dar a sugestão da grandeza, Luís Marinho de Azevedo afirma: — «Consta toda esta grande povoação de quarenta e huma freguesias, que erão as de S. Lourenço de Carnide, N. Senhora dos Olivaeas, e da Ajuda, e os Reys de Alvalade...» *Fundação, Antiguidades e Grandezas da mui insigne Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1753, Livro. I, cap. XXIX, págs. 120.

(2) Patriarca de Alexandria e da Etiópia, por nomeação de David, imperador etiope, no ano de 1536, quando este na sua Corte, ainda como secular, conhecido pelo nome de Mestre João, em companhia do embaixador de Portugal D. Rodrigo de Lima; foi confirmado pelo Papa Paulo III, e sagrado em Roma no ano de 1538. Voltou para a Etiópia, em 1541, com os soldados de D. Cristóvão da Gama, que o Vice-rei da Índia mandara em socorro do Imperador, e a pedido deste, contra os ataques dos Muçulmanos, que o inquietavam. Demorou-se ali mais de dez anos, com grandes sofrimentos. Canaes, *Estudos Biográficos*, págs. 89; Manuel de Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, II, P. IV, Cap. 80, n.ºs 4 e 42.

(3) Cfr. Franc. Álvares, *Verdadeira Informação das Terras de Preste João das Índias*, (1.ª ed. Lisboa, 1540); António Brandão, *Monarquia Lusitana*, Liv.º 18, cap. 15; Ant.º Carvalho da Costa, *Corographia Portuguesa* (1869), vol. III, p. 300; J. Baptista de Castro, *Mappa de Portugal* (3.ª ed. 1870), vol. III, p. 255; Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VI, p. 529.

(4) A *Confraria* foi formada em 1704 de acordo com a Bula do Santo Padre Paulo III, e teve seus estatutos: — «Estatutos da Confraria do Santíssimo da Freguesia de S. Sebastião».

(5) A *empreitada* custou 800\$00 reis, mais 750\$00 em metal corrente, e 50\$000 em apólices de papel moeda. Há na igreja milhares de azulejos com passos da vida de S. Sebastião, cuja origem é atribuída a feitura na Holanda; teriam sido aprisionados um barco espanhol, em 1705, durante a Guerra da Sucessão de Espanha, e trazidos para Portugal em 1713. Diz-se que D. Pedro II os deu à capela de Nossa Senhora do Cabo, da mesma freguesia.

(6) Francisco L. Pereira de Sousa, *O Terramoto de 1.º de Dezembro de 1755 em Portugal*, vol. III, «Districto de Lisboa», Lisboa, 1928, págs. 754.

(7) «Tem todo este povo Christão muyta devoção a este Santo pelos beneficios, que por sua intercessão continuamente recebida da mão do Senhor, especial-



mente em tempo de peste, mostrando-se piedoso aos que se lhe encommendão, & pedem favor. O q̄ teve principio, & origem do que em tempo de Agaton Papa succedeo em Roma, em a qual sendo tocada de peste, por ordenação divina se fez hum Altar de S. Sebastião, & logo cessou a peste, & depois outros povos, & Cidades em semelhâtes apertos sentião o mesmo favor, & beneficio, como o nosso Reyno de Portugal, em cujos povos por obrigação das Cameras se fazem no seu dia, em todos os annos, solennes procissões pelos favores, que neste particular recebeo de Deos por intercessão deste glorioso Martyr». Pedro de Ribadeneyra, *Flo<sup>s</sup> Sanctorum*, Lisboa, 1704, Primeira Parte, págs. 212.

(8) Agost.<sup>o</sup> de Santa Maria, *Sant.<sup>o</sup> Mariano*, Lisboa, 1707, Liv.<sup>o</sup> II, Tit.<sup>o</sup> LXIX, págs. 459 e ss.: «—Da Imagem de N. Senhora da Saude do lugar de Montemor em a Freguedia de Loures». Cfr. Pinho Leal, *Port. Antigo e Moderno*, vol. V, págs. 485.

(9) Verg.<sup>o</sup> Correia, *Azulejos Datados*, Lisboa, 1922, págs. 13 e ss.

(10) Em Lisboa há também muitos «registos» de azulejos com a imagem de N. Senhora da Atalaia (e «Talaia»); quando em 1507 grassava peste em Lisboa e havia fome, os officiaes maiores da Alfândega fizeram o voto de irem descalços e penitentes ao templo de N. S. da Atalaia, na Outra Banda. Formaram depois uma Confraria; durou até quase metade do século da sua instituição; no entanto, as romagens continuavam, e a Senhora foi considerada padroeira das alfândegas. Os «registos» terão origem nessa antiga invocação, em favor da peste e da fome.



# A BEMPOSTA

—O «PAÇO DA RAINHA»

Por LUÍS MOITA

Carlos II de Inglaterra morria em 1685 deixando viuva D. Catarina de Bragança, filha do nosso Rei D. João IV. O que foram os vinte anos de casada dessa «Princesa feia» sabe-o quem conheceu os amores do Rei inglês com miss Palmer, que foi duquesa de Cleveland. A Rainha infeliz viu-se obrigada pelo marido a suportar a rival como dama de companhia, a receber o insulto da sua beleza provocante, lado a lado, dia a dia, nos seus próprios aposentos. Personificou assim, na corte inglesa, o duplo sacrifício do amor, — que a sua desgraçada figura não provocara no marido, e o da dignidade real, — só desagradada do brutal insulto depois da morte do Rei frívolo, violento e sensual, pois D. Catarina conservou-se em Hampton Court, estimada e considerada pelos ingleses, até fins de 1692, data em que, sem qualquer ligação incisiva à corte britânica, sem descendência, saudosa, decerto, do seu país natal, — pôe-se a caminho de Lisboa.

Acompanham-na alguns familiares, mas poucos. Faz a sua viagem por terra, atravessando a França, a Espanha e Portugal. Sabe Deus como terá decorrido o regresso da Rainha da Grã-Bretanha a estes reinos. Do que fora a partida para a corte inglesa ficou apontamento iconográfico nas duas esplêndidas gravuras de R. Stoop, pintor e gravador holandês que acompanhou a Rainha para Inglaterra. Numa se vê o cortejo real no Terreiro do Paço, precedendo o luzidíssimo embarque, e noutra a copiosa esquadra de naus e galeões de alto bordo pejando o Tejo, no momento em que D. Catarina e o seu séquito se transferem para uma das embarcações.

O certo é que, por meados do áspero Janeiro de 1693 a Rainha da Grã-Bretanha estava às portas da serra do Buçaco, local ocupado por um convento de carmelitas e sua cerca. Teixeira de Carvalho (Quim Martins), respigou duma crónica de fr. João do Sacramento, frade carmelita e cronista particular da província de S. Filipe Nery do Reino de Portugal, & suas conquistas, o texto que trancrevo e derrama preciosa luz sobre este momento, casualmente fixado, da viagem de D. Catarina: «Avisado seu irmão El-Rei D. Pedro II da sua derrota, mandou a Henrique de Sousa Tavares, seu Conselheiro de Estado & Marquês de Arronches, que a fosse conduzir para a côrte de Lisboa. O



Marquês, ou de ordem da mesma Senhora, ou pela querer servir com este particular obséquio, intentou conduzi-la por dentro da clausura do Bussaco, afim de que visitasse naquela Serra hũ dos mais célebres Santuários deste Reyno. Na conformidade deste intento, insinuou ao Padre Prior Frey Paulo do Espirito Santo, que mandasse abrir a porta que chamam da Sula; mas informados dos inconvenientes que a isso obstava, dispoz se hospedasse na quinta do Padre Agostinho da Vacarissa & que dali subiria a visitar Bussaco, distante da mesma quinta uma légua.»

Foi um reboliço no convento, pois os frades trapistas todos se horrorizavam com a presença de mulher dentro do recinto sagrado. E a crónica insinua: «Confrangiam-se os Ermitães da eminente devassidão do sítio: & muito mais, de considerarem o santo lugar pisado de pés, onde semelhantes o não haviam ainda posto».

A Providência Divina revelou-se então, favorecendo os desconsolados e aflitos frades. E pelo espaço de três dias desencadeou sobre a serra do Buçaco medonha tempestade: a chuva, o trovão e o vento submeteram tudo ao seu poder alucinante. E quando, três dias passados a Rainha, saindo da Vacariça, tentou aproximar-se da serra, «renovou-lhe o Ceo os mesmos embargos; dos quais o marquês, dando-se por entendido, tomou o acordo de mandar seguir a estrada de Coimbra, persuadido, que a visita não era agradável a Deus». A alegria dos frades não se descreve. Pois viam eles, assim, afastadas as «primeiras pessoas do proibido sexo, às quais, sem resistência tinham de o fazer patente».

Afastado o precalço, vem a comitiva, estrada em fora, até à capital, aqui chegando em 20 do mesmo mês de Janeiro do ano da graça de 1693. Lisboa recebeu então com grandes festas e demonstrações de alegria a Rainha da Grã-Bretanha. Seu irmão, El-Rei D. Pedro II, foi esperá-la ao Lumiar; e dali a conduziu, em luzido séquito, até o Palácio de Alcântara, onde D. Catarina ficou instalada.



Pouco tempo se demorou a Rainha em Alcântara. E durante um período de oito anos não houve fixá-la em qualquer palácio da capital. Primeiramente foi para Santa Marta, para o Palácio dos Condes de Redondo, ainda hoje ali existente. Depois para o dos Condes de Soure, ao Bairro Alto; em 1699 instala-se no dos Condes de Aveiras, em Belém, mais tarde comprado por seu sobrinho D. João V e que, tendo sido palácio real, serve hoje à Presidência da República.

Estas deslocações sucessivas parecem demonstrar que D. Catarina de Bragança em parte alguma encontrou instalação que lhe



agradasse, fosse por atenção à sua jerarquia, por irrequieto espírito de independência ou por outro motivo qualquer. O certo é que Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha, não solicitava para si o luxo, a pragmática ou o estilo com que vivera em Hampton Court ou White-Hall, a despeito de receber de Inglaterra a renda de 10.000 libras anuais. Castilho, num livro escrito em 1699 e que em 1700 se publicou em Londres, encontrou o seguinte:

«As circunstâncias do viver de Sua Majestade diferem hoje bastante do que eram em Inglaterra. Acha-se a sua Côrte reduzida à condição de uma família particular, pois que as poucas pessoas que de Inglaterra a acompanharam estão hoje pela maior parte licenciadas, com os seus ordenados por inteiro. Não há aparato nem ostentação de grandeza no seu paço; tudo ali respira sossego e paz, a não ser nos dias de gala, quando as pessoas mais qualificadas comparecem a saudar a Rainha; nessas ocasiões há tanta frequência quanta comporta a fidalguia portuguesa».

Qual fosse o paço a que este texto se refere não é fácil sabê-lo. O provável é que respeitasse a todos os palácios habitados por D. Catarina até esse ano de 1699, nos quais a Rainha certamente levou vida semelhante.



Em 14 de Fevereiro de 1699 lavrou a Rainha o seu testamento, pelo qual instituiu herdeiro de todos os seus bens seu irmão El-Rei D. Pedro II. Encontrava-se ainda, ao tempo, habitando o palácio dos Condes de Soure, ou dos «Moinhos de Vento». Em seguida e ainda no mês de Fevereiro vai de jornada até Vila Viçosa, onde «esteve com gosto», diz o autor da *História Genealógica*, durante Março e Abril. A 4 de Maio, e de regresso à Côrte, faz a sua entrada pública em Évora; «e sendo recebida com magníficas festas, ricos arcos, e com todas as cerimónias devidas à Majestade», (diz ainda aquele autor), voltou para Lisboa, onde chegou a 8 do referido mês.



É muito provável que fosse então, e não mais tarde, que D. Catarina se destinasse ao Palácio dos Aveiras, em Belém, e que tais andanças e incómodos lhe sugerissem o desejo, por esse tempo, duma instalação definitiva, que fosse propriedade sua. Presa a esse desejo, deve a Rainha ter vindo visitar, no Campo da Bemposta, junto ao Campo do Curral e Carreira de Cavalos, em sítio aprazível e lavado de ares, no termo da cidade, um conjunto de casas nobres e outras



mais pequenas, uma horta, uma grande quinta que se estendia bom pedaço para norte, o que tudo lhe pareceu a seu inteiro e real contento. Pertenciam tais propriedades a uma Senhora Dona Francisca Pereira Teles, viúva do Contador-Mor do Reino, Plácido de Castanhede de Moura, e filha do doutor Luiz Pereira de Barros, ao tempo já falecido. A parte vinculada desses bens tinham-lhe vindo em terça do testamento feito por seu citado Pai, — justamente as referidas casas nobres. O resto adquirira-o o seu falecido marido com o esforço de engenhosa administração.

Depois das voltas de uso, ao tempo, em transacções desta importância, foram os bens vinculados subrogados por um Padrão de 16.466\$666 com o juro de 658\$666. Pelos bens livres pagou D. Catarina 12.967\$547 reis. Do Padrão citado consta, entre outros pormenores, um caso pitoresco, de que vale a pena trazer aqui apontamento. Camilo Castelo Branco serviu-se da anedocta para com ela formar o seu romance «O demónio do ouro». Foi o caso de D. Francisca Pereira Teles haver declarado, no acto da venda, das casas da Bemposta, que seu pai lhe dissera haver nelas recolhido uma grande porção de dinheiro, o que fizera por ocasião duns tumultos ocorridos na cidade de Lisboa. O local aonde o tesouro estava oculto constava dum anel de seu uso, o qual ele, Dr. Luiz Pereira de Barros, ordenara lhe fosse tirado à hora da morte. E havendo o anel desaparecido e permanecendo ignorado o local onde se abrigara tanta fortuna, desejava a vendedora garantir-se, ou a seus herdeiros, da posse do dinheiro quando quer que aparecesse.

Este relato, transcrito de fólios 24 do Tombo do Almojarifado da Bemposta, é toda uma fantasia lendária. Não se diz quando desapareceu o anel, se antes se depois da morte do seu possuidor, o dr. Pereira de Barros. Parece-nos que, se fora antes, o dono do anel reorganizaria a chave do seu segredo; e se depois, já este, por apetecido, deveria estar desvendado. O caso é que, hoje ainda, segundo me contaram no local, há quem ande por ali a bater com os nós dos dedos nas inúmeras paredes da Escola Militar, suspeitando da existência do misterioso esconderijo e gritando, com a imaginação aos pulos:

— «Soa a oco!».



O decreto que autoriza a subrogação dos bens vinculados, ou seja, das casas nobres pertença de D. Francisca Pereira Teles, tem a data de 10 de Junho de 1701. D. Catarina mandou pagar o montante dessa transacção ao Tesoureiro Mor do Reino, Froilo de Vasconcelos da Cunha, em 30 de Julho do mesmo ano. Não é crível, nem seria ló-



gico, que as obras de adaptação ao futuro «Paço da Rainha» se iniciassem antes da data daquele decreto, que dava a D. Catarina a posse legal das propriedades. Menos de admitir é ainda a asserção, de que Castilho se faz eco, de que a construção deste palácio tivesse começado, de conta da Rainha, em 1694, isto é, logo um ano depois do seu regresso a Portugal. Não. O que houve, segundo todas as probabilidades, foi uma adaptação, não muito profunda, daquelas paredes, à vida simples da Majestade que dentro delas veio viver o resto dos seus dias. As poucas bemfeitorias provam-se não apenas com o facto de D. Catarina de Bragança ter morrido em 1705, portanto cerca de três anos depois de fechada a transacção que lhe deu a posse dos prédios, mas ainda vendo a planta do palácio, de divisões mesquinhas e irregulares; nela avulta o pormenor pouco elegante da entrada nobre, praticada num extremo do edifício. É de admitir que o architecto, cujo nome é hoje desconhecido, e que recebeu da Rainha o encargo de restaurar as casas nobres que haviam pertencido à viúva de Plácido Castanhede de Moura, — tenha concebido o projecto de construir um segundo corpo do palácio, na continuação do primeiro, corpo esse que fosse até à esquina que deita para o Cabeço de Bola. A ser assim, como parece admissível, já o átrio de duas portas, que certamente serviam para a entrada e saída dos coches, ganharia a nobreza que não tem, a despeito dos frontões interrompidos, ladeados de leões e unicórnios, ornados de braços bipartidos, sobre o escudo em lisonja, da infanta-Rainha, com as armas da Inglaterra e Portugal.



D. Catarina de Bragança adquiriu aind aquanto pôde à volta das suas compras iniciais nestes antigos campos de Santa Bárbara, com o fim evidente de melhorar a sua instalação, efectuada em data imprecisa, mas em todo o caso anterior a 1704. Do mobiliário do seu Real Palácio da Bemposta notícia alguma se fixou, a não ser um riquíssimo relicário, cujo elemento principal é um quadro de João Mabuse (séc. XVI), representando o Redentor, sentado, meio nu, coroado de espinhos, e escarnecido por três judeus. Tem a data de 1527. Castilho encontrou-o no leilão «de extraordinária mobília do snr. Marquês da Foz».



No edificio irregular e feio, onde com o rolar dos tempos os homens foram modificando, derrubando, acrescentando a seu talante, talvez por não lhes impor respeito a traça alheia a uma bela planta original, — existem ainda hoje três salas que, sem serem bonitas,



mantêm talvez a sua primitiva expressão. São elas, com a fachada do palácio, o que ainda aqui existe verdadeiramente relacionado com o século XVII.

Nas salas em questão iremos ver curiosos e belos panos de azulejos, de moldura regular e motivo isoladô. Nesses panos, lá estão os graciosos açafates de flores, provindos da Renascença, e que, abandonada a policromia pelos nossos ceramistas da segunda metade de seiscentos, mantêm na sóbria côr do azul escuro uma graciosidade particular, acrescentada em alguns destes panos com outro motivo também oriundo da Renascença: os pássaros.

Se outros indícios e documentos não bastassem para atestar que o «Paço da Rainha» foi uma adaptação de casas anteriores e não consequência duma planta original, estes panos denunciariam essa particularidade.

Certas imperfeições que têm, como alguns arranjos e substituições, são o efeito, já tão conhecido em Lisboa, do terramoto de 1755.



Sirvam-nos estas três salas de azulejos para a evocação do primeiro grande acontecimento ocorrido neste «paço de Rainha». Elas, que hoje são desgraciosas e vazias de significado, imaginai-as ataviadas de sedas e brocados, tendo as paredes e sobrados revestidos de tapeçarias valiosas, como era uso nos nossos antigos paços reais.

Não é ousadia pensar que, assim compostas, tenham sido teatro da cena curiosa que, se não fora por mero apontamento histórico, surgiria aqui como um espécime de pragmática desse dealbar do século XVIII.

Estamos no ano de 1704, data em que, como disse, D. Catarina se encontrava já habitando o seu palácio, onde as obras é de presumir continuassem. No dia 7 de Março chega ao Tejo o Arquiduque Carlos, pretendente ao trono de Espanha, onde aspirava a subir com o nome de Carlos III. D. Pedro II manda-o cumprimentar a bordo, não apenas em seu nome, mas ainda no de S. M. a Rainha de Inglaterra, sua Irmã, e nos do Príncipe do Brasil e Infantes.

A vinda do Arquiduque a Lisboa era efeito da posição política de D. Pedro II em face do trono espanhol. Por morte de Carlos II de Espanha sucedera-lhe o Duque de Anjou, que, subindo ao trono com o nome de Filipe V, tomou posse pacífica do reino em 1700. Foi reconhecido pela côrte portuguesa. D. Pedro II muda, porém, de parecer, e entra na Grande Aliança contra aquele príncipe. Assim lho sugere o conselho de Estado, aonde apenas o Duque de Cadaval foi de parecer contrário.



Pouco havia ainda que o Arquiduque Carlos era chegado a Lisboa, quando D. Catarina de Bragança cai de cama com uma erisipela, que a fez guardar o leito algum tempo. O Arquiduque mandou um gentil-homem a este paço saber da Majestade, ao mesmo tempo que por ele expressava à Rainha da Grã-Bretanha o seu desejo de a visitar. Manifestou a Rainha a sua satisfação com tal notícia, declarando deixar ao arbítrio e escolha do Arquiduque o dia e a hora em que tal visita deveria efectuar-se. Mas é melhor dar aqui a vez aos termos em que se expressa D. António Caetano de Sousa, na sua admirável «História Genealógica da Caza Real Portugueza».

«Dous dias depois avisou o Almirante de Castela ao Duque (do Cadaval), que no Domingo 13 de Abril havia El Rey Catholico de hir cumprimentar a Rainha da Grã Bretanha. Avizou-se pela secretaria do Estado aos Grandes, e Officiaes da Casa de El Rey, para que se achassem no Paço da Rainha de Inglaterra, e por parte da Rainha se avisarão todas as Senhoras para que se achassem no seu Paço, com o que esteve numeroso e luzidissimo o concurso da Côrte. O Conde de Vianna, Estribeiro Mor, teve ordem para mandar os coches, que fossem necessarios para El Rey Catholico (o Arquiduque Carlos), que foy em um coche de pessoa del Rey de Portugal, com outro de respeito. Entrarão no coche, na cadeira de deante, o Principe de Lichtenstein, Ayo e Mordomo Mor, à mão direita, e da esquerda o Principe de Darmstadt: hia o cocheiro coberto com a sua guarda de Corpo, e a mais comitiva se meteo nos coches, e o Conde de Assumar se adeantou no seu, não indo no acompanhamento, como nunca fez quando era em coche, pelo seu não ser precedido pelos dos Camaristas del Rey Catholico.

«A forma como se observou nesta visita foy, que na porta da salla estava Rodrigo de Almeida, Guarda das Damas do Paço del'Rey de Portugal, seguia-se a primeira e segunda casa, em que ficou toda a Côrte, e á porta da terceira casa estava André Mendes, Porteiro da Camara da Rainha, com ordem de não deixar entrar dalli para dentro nenhum Fidalgo.»

Tão importante protocolo foi assombrado por ligeiro senão. Mas as boas maneiras, que tudo conquistam, evitaram outras complicações. A guerra de Espanha não ia ser agravada com o ligeiríssimo pormenor. Mas D. António Caetano de Sousa continua:

«... estão nesta terceira casa todas as Senhoras. Á porta da Camera da Rainha estava João Carneiro Brùm, tambem seu Porteiro de Camera. Tanto, que El Rey Catholico chegou, toda a Côrte o foi buscar abaixo, e o tornou a acompanhar até o coche. El Rey ia descoberto, e por esta causa o forão tambem os Grandes de Portugal, e sómente o acompanhou até á Camera da Rainha o Principe de Licht-



enstein, seu Ayo, e Mordomo Mór, que lhe chegou a cadeira, e sahio para fóra, a esperar á porta da casa de fora, disse ao Porteiro João Carneiro, que deixasse entrar o Almirante, ou o deixasse sahir; porrem elle, observante da ordem, que tinha, respondeo, que Sua Excellencia tinha ali, que fazer, e o Almirante não, que se quizesse sahir o podia fazer, mas que o Almirante não podia entrar; porque aquella casa era reservada ás Senhoras e elle não tinha alli occupação. Entrou El Rey na Camera da Rainha, onde estava posta uma cadeira de veludo negro, em distancia competente da cama, e chegando-lhe a cadeira o seu Ayo se sentou. Na Camera estava só D. Ignez Antónia de Távora, Camarista de Semana, assistindo aos pés da cama da Rainha, e tanto, que El Rey Catholico chegou para se sentar, se affastou até chegar á parede. Acabada a visita se levantou El Rey Catholico sem esperar, que lhe afastassem a cadeira, e se despedio da Rainha em grande cortezia, que foi muyto bem correspondida, tendo-se observado huma singular ordem, e advertencia naquelle Paço, que dava a reconhecer, que era habitação de huma Rainha tão prudente e de tantas virtudes, como foy a Rainha D. Catharina».

Como se vê, o «Paço da Rainha» iniciava a sua vida palaciana com cenas dignas de passarem à história...



No mês de Maio seguinte, declarada a guerra com a Espanha, D. Pedro II parte para a Beira, à frente do exército português. Acompanha-o o Arquiduque Carlos, pretendente ao trono daquele país. D. Catarina, sempre a viver na Bemposta, assume a regência do Reino. Mantém essa qualidade quando, a 14 de Agôsto, recebe, em visita official, o Conde de Galloway, General Comandante das forças inglesas vindas a Portugal em consequência da Guerra da Sucessão, de Espanha. Nessa visita é o general inglês acompanhado pelo Embaixador de Inglaterra.

D. Pedro regressa da guerra e chega a Lisboa a 17 de Novembro. O Príncipe e os Infantes vão esperá-lo ao Campo Grande, donde todos seguem, logo, a rezar à Madre de Deus. Cumprida a sua piedade, vem o Rei, sempre acompanhado por Suas Altezas, ao Paço da Rainha, em visita de cumprimentos a sua Irmã, que fôra, até esse instante, Regente do Reino. Só depois recolhe D. Pedro ao seu Paço da Côrte Real.

Mas D. Pedro, ao findar esse ano de 1704, cai de cama gravemente doente. Um sono profundo, irresistível, é a característica da moléstia. Ao começar o ano de 1705 o Rei está em artigos de morte: recebe os sacramentos e toma a unção. A 3 de Janeiro «vendo-se El Rei



tão prostrado, nomeou a Regência do Reino na Rainha sua Irmã, na mesma forma que quando fôra para a Campanha».

D. Pedro melhora, retomando as suas funções reais. E nada se passa de notável no decorrer desse ano de 1705, ao findar o qual D. Catarina adoece gravemente de uma cólica, vindo a falecer no seu palácio às 10 horas da noite do dia 31 de Dezembro, «havendo cumprido sessenta e sete anos, hum mez e seis dias». D. Pedro aqui estivera uma hora antes de sua Irmã dar o último suspiro, deixando no Palácio o seu Conselho de Estado, «para o que fôsse necessário».

Morta D. Catarina, aqui se fez o ofício de corpo presente, em que celebrou pontifical o Bispo de Portalegre, eleito da Guarda, D. António de Saldanha, assistido dos Bispos do Algarve, do Maranhão, de Bona e de Hyponia, cada um dos quais resou o seu responso.

O enterro de D. Catarina de Bragança foi feito com o cerimonial devido às pessoas reais. Todo o clero de Lisboa, monacal e secular, foi distribuído desde o Paço da Bemposta, pelas ruas de Santo António dos Capuchos, S. José, Anunciada, Rossio, até à Esperança. El-Rei, doente já dos achaques de que veio a falecer nesse ano de 1706, não assistiu ao enterro. Mas compareceram o Príncipe do Brasil, futuro D. João V, e os Infantes D. Francisco e D. António, que vieram à Bemposta deitar água benta no caixão e acompanharam o corpo até ser metido na liteira, o que foi feito pelos Conselheiros de Estado. Seguiu o préstito, acompanhado de toda a Casa de El-Rei até Belém, em cujo adro os mesmos Conselheiros de Estado, retirando o caixão, o entregaram à Irmandade da Misericórdia, como era de uso fazer com os féretros reais.

No Real Mosteiro de Belém ficou o cadáver de D. Catarina junto ao do Príncipe D. Teodósio, seu irmão. Mais tarde seguiu para o Panteão da dinastia de Bragança, em S. Vicente de Fora.

Assim findou este primeiro acto da vida do Real Palácio da Bemposta. Assim viveu, no seu regresso a Portugal, e se passou a melhor vida a Rainha da Grã-Bretanha, D. Catarina de Bragança, a «Princeza feia», que na côrte inglesa — o que é pouco sabido — introduziu o hábito do «chá das cinco», esse hábito que regressou a Portugal como essência do mesmo país britânico. O Paço, depois da Rainha ter morrido, ainda ficou com vida própria durante mais dum século. E dois séculos depois, o povo que passa na ilharga do longo casarão, sabe ainda designá-lo pelo nome de «Paço da Rainha».



# A IGREJA DA GRAÇA

## JAZIDA DE QUATRO GOVERNADORES DA ÍNDIA

pelo P.<sup>e</sup> ERNESTO SALES

*Quando, em Abril de 1938, os jornais deram noticia de o Grupo «Amigos de Lisboa» visitar, dentro de poucos dias, sob a minha direcção, a igreja e o antigo convento de Nossa Senhora da Graça, uma tarde o illustre director do Arquivo Histórico Militar, Senhor Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, entregou-me, da parte do Rev.<sup>do</sup> Padre Ernesto Sales, valiosos apontamentos subsidiários da acidentada história daquele vetusto casarão.*

*Não conhecia, nem sequer de vista, o ilustrado sacerdote, por isso quis agradecer pessoalmente a sua gentileza.*

*Qual não foi, porém, a minha surpresa quando, ao readizar-se o encontro (prèviamente aprezado por correspondência), o Rev.<sup>do</sup> Padre Sales me ofereceu o exemplar, que possuía, de seu trabalho A igreja da Graça jazida de três Governadores da Índia, separata (de 30 ex.) do 11.<sup>o</sup> volume da «Revista de História», de tal modo enriquecido de novas notícias e apontamentos, que dir-se-ia segunda edição.*

*Recusei-me a aceitar a dádiva e, até, a utilizá-la no trabalho que ia publicar sobre a Graça (depois vindo a lume em Olisipo, n.<sup>os</sup> 5, 6 e 7, de que se fez separata), mas a modéstia do bondoso adjunto da Biblioteca do Exército opôs firme resistência à minha relutância e foi ao ponto de exigir total sigilo sobre a proveniência dos novos dados.*

*Quando me precatei de que a minha recusa estava paredes meias da indelicadeza e ameaçava magoar a natural bondade de quem se empenhava em me obsequiar, cedi e aceitei a oferta preciosa, mas sem me conformar em absoluto com a exigência de segredo. E quem ler as notas daquele meu trabalho tem a prova de que não tirei barretadas com alheio chapéu.*



*A 20 de Novembro de 1946, quando lhe faltavam três dias para completar 82 anos, foi-se da vida presente, na sua casa da Rua do Sol, à Graça (n.<sup>o</sup> 24-III-direito) o Rev.<sup>do</sup> Padre Ernesto Augusto Ferreira de Sales, antigo capelão da Escola do Exército.*

*Em meu entender, a sua morte fez cessar a razão que me impedia de pôr no conhecimento de todos o que me fora dado em usufruto exclusivo. Por isso, obedecendo a imperioso ditame de consciência, logo pensei em preparar a segunda edição do primoroso trabalho do paciente e benemérito investigador, a quem a nossa cultura ficou devendo obras de real mérito.*

*Só agora me foi possível levá-la a cabo e, por feliz casualidade, a Ex.<sup>ma</sup> Direcção do Grupo «Amigos de Lisboa» proporciona-lhe o ensejo de vir a lume mais depressa do que pensava.*

*Ainda bem que assim é e ainda bem que é em Olisipo que tenho ocasião de preitear a memória veneranda do Rev.<sup>do</sup> Padre Ernesto Sales, mediante a publicação da sua «obra póstuma», A igreja da Graça jazida de quatro governadores da Índia.*

Julho de 1947.

MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO



Quatro foram os governadores da Índia portuguesa cujos ossos vieram acolher-se, no sono da morte, à igreja do convento da Graça, dos eremitas de Santo Agostinho, em Lisboa: Afonso de Albuquerque, Lopo Soares de Albergaria, D. Henrique de Meneses, o «Roxo», e André Furtado de Mendonça.

Afonso de Albuquerque, o *terribil*, segundo governador da Índia onde durante dez anos tornou respeitado e temido o nome português, consciente da grande obra que o seu génio realizara no Oriente, escreveu na última carta por ele dirigida a D. Manuel: *E quanto às cousas da Índia, não digo nada, porque ela falará por si e por mim.* O tempo encarregou-se de confirmar o asserto do fundador de Goa.

Ao entrar pela derradeira vez a barra de Goa, vindo de Ormuz já muito doente, teve confirmação de que havia sido substituído no governo por um dos seus inimigos, e tão inimigo que nem o cadáver lhe respeitaria. Vencido pelos desalentos da enfermidade e pela mágoa das ingratidões, faleceu em frente da sua querida cidade, de 15 para 16 de Dezembro de 1515, deixando determinado no testamento que fizera nos últimos dias da sua vida <sup>(1)</sup> que os seus ossos, depois de consumida a carne, os trouxessem a Portugal.

Amortalhado no hábito de Sant'Iago, foi levado a sepultar, diz o autor dos *Comentários*, à capela de Nossa Senhora da Conceição, mais conhecida pela designação de *Nossa Senhora da Serra*, que ele mandara edificar em cumprimento de um voto, e ali mais tarde recolhidos seus ossos numa urna de pedra, onde se guardaram até à trasladação para o Reino <sup>(2)</sup>.

<sup>(1)</sup> O último testamento de Afonso de Albuquerque foi feito a 1 de Novembro, depois acrescido de um codicilo a 23, e por fim encerrado a 30 do dito mês, no ano de 1515. Veja-se o *Testamento de Afonso de Albuquerque*, por Cristóvão Aires, nas «Memórias da Academia», parte 2.<sup>a</sup>, do vol. 8.<sup>o</sup>.

<sup>(2)</sup> A urna onde, até 1565, estiveram recolhidos os ossos de Afonso de Albuquerque, e que estava na capela de Nossa Senhora da Serra, foi, ao ser esta destruída, deixada ao abandono no adro da Sé de Goa, a velha; daqui a fez remover, em 1895, o governador geral da Índia, Rafael de Andrade, enviando-a, a bordo do cruzador *Vasco da Gama*, para a Sociedade de Geografia de Lisboa, em cujo museu se guarda actualmente. É de pedra de um azul-escuro, como basalto, medindo aproximadamente 1<sup>m</sup> × 0<sup>m</sup>,60, e tem em volta, em sete linhas seguidas, a seguinte inscrição em capitais romanas: *Aqui jaz o mvito magnifico senhor Afonso Da Albuquerque, filho de Gonçalo de Alboquerque e de Dona Lianor de Meneses, segvndo capitam moor da India, esforçado caualero que nestas partes fez asinados serviços a elrei Dom Manvel sev senhor que o ca mandov. Sam estes — ganhov esta cidade aos movros duas vezes por força darmas e da segvnda sousteue e defendeo, ganhov o reino dormvz, ganhov o reino de Malaca, foí em ajvda do fazimento da fortaleza de Cochim, dev em Caleqv chegov as casas delrei dev combate em Adem, foi o primeiro capitam que entroo o Mar Roxo te Camaram pelejov ovtras vezes por serviço de sev rei como leal vasalo que era. Morreo de idade de sesenta e cinqvo anos era de 1515 no mes de Dezembro a 15 do dito mes.*



Decorridos cinquenta anos depois da sua morte, só então, e ainda com inúmeras dificuldades, é que seu filho Brás conseguiu que se cumprisse a vontade paterna de serem removidos para Portugal os seus restos mortais, que chegaram ao Tejo em 6 de Abril de 1566. Da nau que os trouxe foram, com grande acompanhamento fúnebre, levados à igreja da Misericórdia, onde se conservaram até serem ultimadas, na capela-mor da igreja da Graça, as obras indispensáveis para a jazida de tamanho vulto.

Brás de Albuquerque, ou por indicação testamentária, ou por julgar assim interpretar bem a vontade paterna, escolhera para jazida dos ossos do seu progenitor a igreja da Graça, onde haviam sido sepultados o pai e o bisavô de Afonso de Albuquerque, e onde pelo testamento de 24 de Março de 1506 <sup>(3)</sup> este instituíra uma capela, como consta da verba: «... de minha vontade he que se digão e cantem todos os dias missa na capela onde jaz meu vizavô e meu Pay... <sup>(4)</sup>. a qual se dirá pela alma de meu Pay que na dita capela

<sup>(3)</sup> Aprovado pelo tabelião Álvaro Fernandes (Veja-se o Cartório das capelas da comarca de Lisboa, autos da capela de Afonso de Albuquerque, no Hospital de S. José).

<sup>(4)</sup> O túmulo dos Gomides, onde jaz Gonçalo Lourenço, bisavô de Afonso de Albuquerque, julgou-se perdido de há muito, até que, em Outubro de 1900, numas demolições efectuadas em parte do extinto convento; se encontrou oculto sob um arco do claustro grande, no local correspondente à antiga casa do capítulo; ali estaria provavelmente desde as grandes obras de ampliação a que os frades procederam, em 1674-1675, naquela casa; actualmente está no baptistério da igreja, para onde o transferiram na ocasião da descoberta. O túmulo é uma avantajada arca de mármore, de 2<sup>m</sup>,25 × 1<sup>m</sup>, com 0<sup>m</sup>,67 de altura até à tampa; ornamento, na frente e na cobertura, escudos com as armas dos Gomides, senhores de Vila Verde, e tem na face exterior da cabeceira uma inscrição em caracteres góticos, cuja leitura, desfeitas as abreviaturas, é assim:

*Os frades. deste. moesteiro. an. de. cantar. sempre.  
por: este: gonçalo: lourenço. e. por: gil: stevez: fariseu: e: sua:  
mulher: duas: misas: cadadia: rezadas. en.  
esta: capela: e: tres: oficiadas: com tres: porcico  
es: por ano: e deu. ao. moesteiro: hūas: casas: e hūa tenda.  
em: esta: cidade: e hūu: casal: em casainhos. e outro. na  
louriceira: e os: frades: an. de dar. certo: foro, por  
pascoa. gonçalo lourenço: e a seus: erdeiros: segundo: se: con  
tem: em. scritura. do morgado. de vila. verde. e en  
hūu liuro: que. esta. na sancristia: deste moesteiro.*

No códice C1/16, da Secção dos Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, a fls. 260, se diz: que no jazigo de Gonçalo Lourenço havia a seguinte inscrição: *Aqui jaz Gil Esteves Fariseu e sua mulher Sancha Anes da Cunha, os quaes receberam por filho Gonçalo Lourenço Gomide, escrivão delrei. Fizeram levantar em este cabido uma capela para sempre. Seria assim? Dificil será averiguá-lo (Veja-se o vol. III, pág. 87, do *Arquivo pitoresco*).*

As três procissões (citadas na inscrição tumular acima reproduzida) eram



(na Casa do Capítulo) *jaz e minha May e por mim, e por todos tres dirá a dita missa... e sahirá com responso sobre a cova de meu pai* <sup>(5)</sup> e nos encomendará a nós todos tres... <sup>(6)</sup>.

A 18 de Maio de 1566, um domingo, saiu da Misericórdia o ataúde com os ossos de Albuquerque para o convento da Graça, indo à frente a bandeira da Santa Casa; no préstito fúnebre encorporou-se enorme assistência de clero e fidalguia; *a gente do povo era tanta que não cabia pelas ruas*; à passagem dos restos mortais do heróico governador da Índia os sinos das freguesias e dos mosteiros dobravam prestando-lhe a derradeira homenagem. Chegado o acompanhamento ao templo, foi o ataúde colocado no catafalco erguido na capela-mor, onde tiveram lugar as encomendações religiosas, e findas elas prègou o Padre Mestre Fr. Sebastião Toscano das virtudes do português que fundara o vasto império luso-oriental <sup>(7)</sup>.

Sobre o túmulo «estavam dependuradas tres bandeiras das cores e divisas dos tres reinos que o grande Afonso de Albuquerque ganhou aos Mouros na Índia. Em riba destas estava a bandeira real que Elrei D. Manuel entregou,... muito rôta e velha» <sup>(8)</sup>. Diz-se que nele havia este singelo epitáfio: *Aqui está o Grande Afonso de Albuquerque* <sup>(9)</sup>.

---

nos seguintes dias: de S. João Baptista, de Santo Antão, e de S. Brás. As três missas oficiadas eram dia de Santa Maria de Candelária (2 de Fevereiro), dia de S. Vicente e parece que no dia do aniversário do falecimento de Gonçalo Lourenço.

<sup>(5)</sup> Parece que o pai e o bisavô não jaziam na mesma sepultura ou túmulo, segundo o texto desta verba.

<sup>(6)</sup> Segundo informa um rol existente no maço dos Papeis da Graça (Torre do Tombo) quem, em 1790, pagava a despesa desta capela, na importância de 43\$550 réis anuais, era o conde de Sant'Iago.

<sup>(7)</sup> Este religioso agostinho, ao tempo prègador de el-rei D. João 3.º, e anteriormente do imperador Carlos V, foi provincial da sua ordem, que acrescentou com a fundação do convento de Torres Vedras. O sermão corre impresso.

<sup>(8)</sup> *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, IV, cap. 49.

<sup>(9)</sup> *Arquivo Pitoresco*, III, pág. 392.

No manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa «*Relação de alguns letreiros notáveis de sepulturas... de Lisboa*» (B. 5-21 da marcação antiga, e 426 da marcação moderna) que é escrito em letra dos séculos XVII e XVIII, lê-se; a fls. 11 vº.:

«O grande A.º de Albuquerque capitão geral e governador da india estribeiro mor del Rej D. João 2.º depois de tão raros e soberbos feitos faleseo em guoa e de laa forão trazidos seus osos, a capela mor de nosa Sr.ª da grasa de lisboa onde ias hũ tão valeroso e esforsado capitão».

Uma nota lançada à margem com tinta igual e de letra também semelhante à do texto, letra certamente do século XVII, diz:

*Ja estes ossos não estão nesta capella entregarãose a D. Jorge Manoel f.º de D. Jeronimo manoel o bacalháo de alcunha q dizem os leuou pª azeitão e ahi.....*

A nota não foi terminada, pois nem ponto final tem, e nada mais acrescenta. D. Jorge Manuel, «irrequieto e não liso nos seus procedimentos», segundo



Na capela-mor, onde Brás de Albuquerque, com grande despesa, conseguira que ficassem em jazigo especial, descansaram os ossos de seu pai até 1635, ano em que pelos frades agostinhos foram de lá removidos. Para onde? Para o sarcófago dos Gomides, seus antecessores? Se assim foi, não os trasladaram e depositaram por forma a poderem ser, mais tarde, identificados<sup>(10)</sup>.

Desde 1900, ano em que se encontrou o jazigo dos Gomides<sup>(11)</sup>, tem o sr. Júlio Mardel, arqueólogo e investigador, empregado repeti-

---

o dizer da *História Genealógica* (XI, 445), foi por alguns crimes degradado para Mazagão, onde esteve preso por ordem do governador D. Gonçalo Coutinho. (Veja-se *Quinta da Bacalhoa*, por J. Rasteiro, pág. 60).

D. Jerónimo Manuel (de Albuquerque) — o *Bacalhau* — era casado com D. Maria de Mendonça, neta de Fernão de Albuquerque, senhor de Vila Verde, irmão do grande Afonso de Albuquerque, já residia em Azeitão, na casa de Afonso de Albuquerque (filho) em 1610 (ano em que seu filho, D. Jorge Manuel, já existia) e faleceu na sua quinta a 16 de Janeiro de 1620.

Parece que foi de sua viuva que a quinta do Paraíso tomou o nome de quinta da Bacalhoa — Bacalhoa = mulher do Bacalhau.

D. Jorge Manuel estava em Madrid por ocasião da proclamação da independência, em 1640, e recebeu de Filipe 4.<sup>o</sup>, de Espanha, o título de conde do Lavradio, que em Portugal lhe não foi reconhecido. Faleceu na sua casa de Azeitão, em 1 de Outubro de 1651.

Revertendo à nota incompleta, acima transcrita, é de admitir a hipótese dos ossos de Afonso Albuquerque terem ido para a igreja de S. Simão, de Azeitão, fundada por seu filho.

(10) Na Casa do Capitulo, além do jazigo dos Gomides, havia também, ignoro desde quando, o dos marqueses de Angeja, continuadores daqueles no senhorio de Vila Verde. Já em Outubro de 1689, o conde de Vila Verde, julgando-se com direitos à Casa do Capitulo, lá fizera enterrar um seu filho, embora contra vontade dos frades, que lavraram um protesto (Torre do Tombo, *Papeis da Graça*, Maço 20) alegando nenhum direito de posse ali ter aquele titular.

Um termo de enterramento, lançado a fls. 121 do *Registo dos cozais da Graça* (1681-1826), livro ainda existente no cartório da freguesia de Santo André, diz: — *A 12 de Março de 1788 veyo a sepultar a este convento o sr. Marquez de Angeja D. Pedro [de Noronha] o qual se depositou na casa do Capitulo, em hum carneiro que de novo se lhe fez, diante da capela que está na mesma casa.* — Este carneiro tinha por campa a pedra de mármore que hoje se conserva no baptistério da Graça, embutida ao alto na parede, à direita da entrada; é enorme, pois mede 2<sup>m</sup>,58 × 1<sup>m</sup>,26; nel se vêem em relevo as armas dos marqueses de Angeja encimando uma longa inscrição latina em capitais romanas.

Em 1857, o vereador municipal da Câmara de Lisboa, Dr. Levy Maria Jordão, propôs que se fizesse um jazigo condigno para as cinzas de Afonso de Albuquerque, que deviam jazer na casa do capitulo da Graça. Procedendo ele às respectivas buscas, nada encontrou.

(11) Num artigo publicado no «Diário de Notícias» (de Lisboa) de 29 de Outubro de 1900, vem o seguinte inventário dos ossos achados no túmulo dos Gomides:

«Seis fémures, seis tíbias e seis húmeros com rádios e cúbitos correspondentes; quatro sacros, três e meio pares de bacias; três crâneos; quarenta e duas vértebras, e quatro fragmentos de outras; três maxilares inferiores, sendo um



dos esforços para se cuidar da identificação dos ossos de Afonso de Albuquerque que, em sua opinião, estariam no aparecido jazigo. Foi talvez devido à sua persistência que, em 15 de Dezembro de 1915, o ministro da instrução Francisco A. Ferreira de Simas nomeou, para proceder à dita identificação, uma comissão, composta dos srs. dr. Baltasar Osório, médico e antropologista, dr. A. Aurélio da Costa Ferreira, médico e antropologista, dr. Jardim de Vilhena, professor de anatomia da Escola de Belas Artes, Anselmo Braancamp Freire, erudito escritor, dr. António Baião, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e Júlio Mardel, acima citado. Tendo, logo depois, o sr. Braancamp Freire pedido escusa de vogal da comissão, foi, em

incompleto; cinco clavículas; três esternos, um dos quais incompleto; três pares de omoplatas, e fragmentos de outra; quatro calcâneos; três astragalos; dois cuneiformes; dois culaoides; nove metacarpos, nove matatarsos; três vértebras (axis) e duas atlas; grande quantidade de costelas, algumas fragmentadas.

Procurando-se harmonizar e coleccionar ppr esqueletos estes ossos, chegou-se à conclusão de que, dos três indivíduos de que se pôde coligir maior número, cada um era de época diferente, porque a respectiva ossada estava relativamente mais friável e quebradiça, sendo a mais moderna de gigantescas proporções: a imediatamente mais antiga, de homem forte, mas menos alto; e a mais remota, de estatura regular.

Acresce que a ossada mais moderna parece ter sido cuidadosamente lavada e limpa.

Desta ossada, a de maiores proporções, encontraram-se o crâneo, os ossos dos membros inferiores e superiores, omoplatas, bacia, ainda alguns do metatarso e a parte do esterno incompleto e várias costelas e vértebras, compreendendo o axis e o atlas e algumas da região lombar e cervical, sendo, enfim, o esqueleto mais completo.

Terminado o inventário foram os ossos depositos no sarcófago, ficando separadas as ossadas, e sendo de novo colocada a tampa.

O túmulo vai ser retirado do local onde se acha, aguardando-se ordem superior quanto ao destino a dar-lhe e às ossadas que contém.»

Este inventário foi feito pelo, então, capitão médico Salvador de Brito. O sarcófago estava entaipado na parede que se fizera para tapar uma das janelas grandes da casa do Capitulo, que davam para o claustro nobre (o outro claustro era o da província).

No sarcófago deviam jazer Gil Esteves Fariseu e sua mulher Sancha Anes da Cunha e Gonçalo Lourenço de Gomide. É duvidoso que lá tenha sido sepultado Gonçalo de Albuquerque (pai do grande Afonso).

Gil Esteves Fariseu foi patrão de uma galé na batalha naval de Saltes, em 1381, e ficou prisioneiro (Veja-se *Cronica delrei D. Fernando*, por Fernão Lopes, Cap. 124.\*).

João Gonçalves de Gomide, filho de Gonçalo Lourenço, foi escrivão da puridade de D. João 1.º e de D. Duarte e casou com D. Leonor de Albuquerque, a quem matou aleivosamente antes de 24 de Março de 1437. Foi degolado pela culpa e por essa razão os filhos e mais descendentes se chamaram ou apelidaram de Albuquerque, tomando o apelido e usando as armas da linhagem de D. Leonor.

D. João I deu por armas a Gonçalo Lourenço Gomide, «cinco gomis de ouro em campo azul e por timbre um dos gomis do escudo». (Veja-se *Elucidário*, de iVterbo, *sub verbo* «agomia».



8 de Janeiro de 1916, nomeado para o substituir o dr. Alberto Osório de Castro <sup>(12)</sup>.

A comissão, por proposta de um dos membros, desdobrou-se em duas sub-comissões, uma de informação histórica subsidiária da outra, de trabalho puramente antropológico. Conquanto o relatório final dos trabalhos da comissão não esteja ainda publicado, por obsequiosa comunicação do seu relator, dr. Costa Ferreira, podemos informar que no túmulo dos Gomides se acharam três ossadas de adultos, incompletas, e, juntamente, alguns ossos de criança, não podendo afirmar-se peremptoriamente que alguma delas seja a de Afonso de Albuquerque, *o homem de bom corpo, sequo de carnes, o rosto comprido corado*, segundo Gaspar Correia <sup>(13)</sup>.

\*  
\*       \*  
\*

Lopo Soares de Alvarenga, ou de Albergaria, como mais usualmente é apelidado, foi o terceiro governador da Índia, sucedendo assim em tal cargo, e com pouca sorte, ao histórico vulto de que acabamos de falar. Apenas chegado a Goa, em 18 de Setembro de 1515, tomou

<sup>(12)</sup> O exame, feito às ossadas contidas no túmulo dos Gomides, realizou-se em 2 de Abril de 1916.

Em 29 de Outubro de 1922, essas ossadas, que se guardavam nas gavetas de uma mesa da irmandade dos Passos, foram metidas em uma urna que a mesma irmandade mandara fazer. Os ossos conservavam-se separados em lotes, como os deixou o Dr. Aurélio da Costa Ferreira, falecido em África neste ano de 1922.

O Dr. Alberto Osório de Castro publicara, no «Diário de Notícias» de 26 de Abril de 1914, um artigo intitulado *A ossada de Afonso de Albuquerque*.

<sup>(13)</sup> Segundo informação do mesmo sr. dr. Costa Ferreira, a qual lhe sugeriu o sr. Júlio Mardel, seria de presumir que do esqueleto de Afonso de Albuquerque façam parte os ossos coloridos de cor avermelhada, a qual lhes proviria de terem estado enterrados em Goa, onde a terra tem aquela cor. Pelas suas dimensões tais ossos deviam ter pertencido a pessoa de estatura avantajada, como era Afonso de Albuquerque.

Por ocasião do encerramento, no jazigo dos Gomides, dos ossos que de lá haviam sido retirados, a fim de serem examinados pela «Comissão de identificação dos ossos do grande Afonso de Albuquerque», lavrou-se o seguinte auto:

«Aos 22 de Janeiro de 1923, na igreja da Graça, compareceram dum lado o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Henrique Lopes de Mendonça, como presidente da comissão encarregada pelo Governo de identificar os ossos do grande Afonso de Albuquerque, e por outro o Rev.<sup>do</sup> Padre Ernesto Sales, como representante da Irmandade do Senhor dos Passos da Graça. Pelo primeiro foram restituídos, com destino ao sarcófago dos Gomides, os ossos e mais restos ali exumados para a referida Comissão se desempenhar do seu mandato, dos quais o segundo tomou posse, lavrando-se esta acta em duplicado, sendo assinada pelos dois e subscrita por mim, António Baião, secretário da referida comissão, que a lavrei — *Henrique Lopes de Mendonça* — *P.<sup>o</sup> Ernesto Sales* — *António Baião*».



imediatamente posse do governo, sem consideração alguma pelo seu antecessor, que estava em Ormuz, e começou logo, por ódio ou por vaidade, a contrariar quanto pôde a obra gigantesca de cuja continuação mal seria capaz. Algum tempo depois, Pero de Albuquerque, informado dos avexamentos que Lopo Soares fazia às coisas de seu tio Afonso de Albuquerque, se queixava a D. Aleixo de Meneses: *Senhor, disse ao Governador vosso tio que lhe peço por mercê que deixe estar em paz os ossos de meu tio Afonso de Albuquerque que estão na cova.*

De Lopo Soares diz Gaspar Correia que «era homem sequo de conversação, de pouca palavra, muy aspero na justiça». A sua administração, se foi honesta, não teve, infelizmente, o espírito de continuidade que exigia a política colonial seguida pelo seu antecessor.

Terminado o seu governo, regressou a Lisboa em 1519; e logo que desembarcou dirigiu-se ao Paço a beijar a mão do soberano que o recebeu *com honra e não com bom gasalhado, pelos desgostos que tinha*; a rainha velha, D. Leonor, essa, porém, escusou-se e não quis recebê-lo. Reconhecendo que não estava nas boas graças da côrte, retirou-se para junto de Torres Vedras a viver com suas filhas, e «assi esteve em sua quintan, sem nunca mais tornar á corte, inda que o elrei muitas vezes mandou chamar pera a demanda que lhe armaram os procuradores delrei, em que era autor Fernão de Alcaceva». Às chamadas do monarca respondeu com despeitada altivez.

É muito provável que, falecidos D. Manuel e sua irmã, a rainha D. Leonor, Lopo Soares resolvesse ou o resolvessem a quebrar o seu exílio de Torres Vedras e regressasse à côrte, demais a mais fazendo parte do conselho de Sua Majestade; o que é certo é ter ele, em Julho de 1530, a residência nas suas casas ao Chão de Alcamim<sup>(14)</sup>, freguesia de S. Cristóvão, de Lisboa, pois a 18 daquele mês e ano confirmou na dita sua morada a escritura de concôrto e contrato que o seu pro-

(14) A confrontação das casas é feita assim num documento de 1530 existente no arquivo da casa Almada: «...estavã na dita cidade na freguesia de são xpuã homde chamã ho chão de alcami q̄ tem a frontaria e ha rua e chão de alcamim, q̄ parte da banda do sull com casas de p.º fernandes de serpa e com casas de são xpuã que hora tras halexandre lopes beneficiado e ha dita Igreja, capellão del Rey noso sn̄r e cõ casas q̄ traz johão vaaz, e da banda do levãte com casas de d.º fernandes carpynteiro de casas e com chão do loureyro e q̄ esta hũ poço de servidão, e cõ casas de Isabell alvares, molher de p.º a.º bombardeiro, e da banda do norte com casas de c.ª figueira, molher do L.º martim mendes e com pardieyros foreyros ao espitall que foy e outro tempo Igreja da evocação de santa m.ª do Alcamim que elle dito snr. lopo soares tras aforado...»

Numa carta de Agosto de 1256 pela qual Andreu Perez e sua mulher venderam a D. João de Portel uma adega que tinham em Lisboa, na freguesia de S. Nicolau, figura como testemunha *Didacus fernandi capellanus de Alcamim* (*Arq. Hist. Português*, V, 462), provavelmente capelão da igreja que existiu no



curador João Dias, cavaleiro da casa delrei, fizera com os frades da Graça dois dias antes <sup>(15)</sup>.

A fls. 40 v.<sup>o</sup> do «Livro 8 do Convento da Graça de Lisboa», existente na Torre do Tombo, lê-se: — «Lopo Soares no anno de 1530 fes com o Conv.<sup>to</sup> hum contrato de missa quotidiana, e obteve licença do S.<sup>or</sup> Rey D. João o 3.<sup>o</sup> p.<sup>o</sup> o conv.<sup>to</sup> pessuir esta capp.<sup>a</sup>, tirando a hipoteca de huas cazas a S. Cristovão, compondose a obrigação das missas na Quinta dos Lagares de El Rey no anno de 1590. He administrador agora D. Antão José de Almada, e paga 12:000 ao conv.<sup>to</sup>» <sup>(16)</sup>.

Vivendo ainda D. Joana de Albuquerque, mulher de Lopo Soares, ambos por sua devoção *determinaram fazer uma capela no dito moesteiro, na sancristia de nosa senhora que soya de estar à mão esquerda entrando pela porta principal da igreja*; efectivamente, Lopo Soares, tendo enviuvado, mandou construir a projectada capela, *abobada, com suas armas, para ele, mulher e herdeiros*, diz a escritura, sendo a cedência legalizada e autenticada por este documento feito a 16 de Julho de 1530, como dito é, pelo tabelião Jerónimo Afonso Bocarro, no qual Lopo Soares se obrigava a pagar aos frades do convento, além de 20\$000 rs. que já lhes havia dado de esmola pelo terreno do corredor, 10\$000 rs. cada ano, uma vez que cumprissem a obrigação de uma missa cotidiana com responso sobre a sepultura dele, Lopo Soares, e de Dona Joana, sua mulher.

Nesta capela estava já sepultada, em 1530, D. Joana de Albuquerque; depois lá se sepultaram o marido e a filha, D. Catarina, esta casada com D. Fernando de Almada, filho de D. Antão de Almada, capitão-mor do mar destes reinos, da qual nascera D. Antão Soares de Almada, que foi senhor da casa de seus pais. É em razão desta descendência que a administração da capela e jazigo de Lopo Soares, capela usualmente chamada de S. Fulgêncio, passou à casa dos Almadás, que a tiveram pago em dia até ao ano de 1834.

Junto desta capela, hoje adaptada a baptistério da igreja paroquial, existem dois túmulos de pedra branca, artisticamente trabalhados, onde jazem Rui Gomes de Alvarenga, chanceler-mor e conde palatino no reinado de D. Afonso 5.<sup>o</sup>, e D. Melícia de Melo, sua esposa,

---

Chão de Alcamim até ao tempo delrei D. Afonso 3.<sup>o</sup>, predecessora da actual freguesia de S. Cristóvão.

Em 1590 já o Chão de Alcamim se chamava *terreiro de João Nunes da Cunha*; neste ano as casas que ali possuiu Lopo Soares foram vendidas a Tomás Ximenes, e no princípio do século XVIII pertenciam a Francisco Inácio Ximenes.

<sup>(15)</sup> Nesta escritura figura como uma das testemunhas *Johã rodrigues pedreiro morador na batalha que handa nas obras do dito moesteiro*.

<sup>(16)</sup> O alvará de D. João 3.<sup>o</sup> a que se faz referência no texto é datado de Lisboa, a 5 de Abril de 1530, feito por Fernão da Costa e subscrito por António Marques.



pais de Lopo Soares, os quais por escritura de 1 de Junho de 1472 haviam instituído também capela neste convento <sup>(17)</sup>.

Por cima destes dois túmulos, no espaço de parede que fica entre eles e o arco sob que estão, há uma lápide de lousa, rectangular, cercada de caixilho de mármore branco, a qual tem uma inscrição parecendo indicar que ali existiriam recolhidos os ossos de Lopo Soares e de sua mulher, o que pode não ser verdadeiro. O mais provável é que esta lápide estivesse na capela-jazigo de Lopo Soares e que por ocasião de algumas obras no século XIX fosse transferida para o local onde hoje se vê. Facto semelhante se deu com a lápide de Diogo de Paiva de Andrade, que estava na antiga capela de S. Nicolau Tolen-

(17) O actual baptistério e a parede contígua, em cujo vão se anicham os túmulos de Rui Gomes e de sua mulher, é tudo quanto resta do antigo templo demolido para a nova reedificação de 1556-1565. Esses túmulos, que são na frente ornamentados cada um com três escudos heráldicos, têm um e outro sua inscrição em caracteres góticos minúsculos; ambas elas foram transcritas com erros por Fr. António da Purificação, na parte 2.<sup>a</sup> da *Cronica da provincia de Portugal* (Lx.<sup>a</sup>, 1656), e quase com as mesmas incorrecções por A. J. Moreira (*Boletim bibliog. da Academia das Sciências de Lisboa*, vol. I), pois um e outro leram *duquesa de Bragança* onde está *duquesa de uregonha*, etc.

A inscrição do túmulo de Rui Gomes, disposta em três linhas, como a outra também, diz assim:

*Aq<sup>i</sup> jaz o muy prezado sôr Ruy Gomez Daluarenga presidente e chanceler mor do côselho dos muy eycelêtes principes e<sup>o</sup> rey dô Duarte el rey / dô Afonso o quito f.<sup>o</sup> do m.<sup>to</sup> honraão sôr Gomez Myz de Uascôcelos chanceler mor e do côselho do muy / poderoso rey dô J. o primeiro f.<sup>o</sup> da muy noble virtuosa sra C.<sup>a</sup> Teix.<sup>ra</sup> camareyra mor de a muy eycelête princesa a ifante dona Isabel duquesa de Uregonha. Finou se e Sâtarê a xxviiij dagosto / de 1473.*

A do túmulo de D. Melicia diz:

*Aquí jaz a muy noble e muy virtuosa sra dona Melicia de Melo molher do sôr Ruy Gomez Daluarenga filha dos muy honrrados senhores Estevã Soares / de Meio e de dona Tareza Dãdrade fundador desta capela neta dos muy onrrados sres Marty Af.<sup>o</sup> de Melo sôr de Sea Gouuea Lynhars Celerico Pena / mocor e de do Ruy Freire Dãdrade q̄ foy m.<sup>o</sup> de Sãtiago e cõ ela jaz a cõdesa dona Britys Soares sua filha molher do cõde dô P.<sup>o</sup> de Meneses e finou se xx dout.<sup>o</sup> era de 1479.*

Como esclarecimento diremos que Rui Freire de Andrade, de que fala a segunda inscrição, não foi mestre de Santiago, embora chegasse a ser eleito, mas apenas comendador.

Como Gil Esteves Fariseu, Rui Freire de Andrade foi patrão de uma galé na batalha naval de Saltes, em 1381, e foi feito prisioneiro pelos Castelhanos. (Veja-se *Cronica delrei D. Fernando*, por Fernão Lopes, Cap. 124.<sup>o</sup>).

O conde de Cantanhede, D. Pedro de Meneses, marido de D. Brites Soares, foi pai do célebre aio de D. Sebastião, D. Aleixo de Meneses, que com seu tio, Lopo Soares, foi para a Índia como capitão mór do mar, e do qual, no texto, fizemos ligeira menção ao falar de Albuquerque; dele nasceu outro D. Aleixo de Meneses, eremita de Santo Agostinho, no convento de Graça de Lisboa, e que mais tarde foi Arcebispo-primaz e Vice-rei de Portugal, depois de haver sido Arcebispo de Goa.



tino e agora se encontra na parede de uma pequena casa do cruzeiro, contígua à capela do Santíssimo. Pode ser mesmo que o deslocamento daqueloutra lápide se efectuasse quando a antiga capela de S. Fulgêncio se adaptou a baptistério, depois de, em 1835, a igreja da Graça ter sido feita sede da freguesia de Santo André e Santa Marinha. Examinando de perto a lápide e a parede onde está embutida, reconhece-se que a sua colocação ali não é de longa data.

Eis a inscrição em capitais romanas, douradas, que nela se vê:

ESTA . CAPELA . FEZ . LOPO . SOARES  
 PERA . DONA . IOANA . DALBV  
 QERQVE . SVA . MOLHER . OMDE  
 AMBOS . IAZEM . EMTERADOS  
 E . PERA . TODOS . SEVS . ERDEI  
 ROS . PERA . A QVAL . CAPELA  
 LEIXAM . HÛA . MISA . COTIDI  
 ANA . NESTE . MOSTEIRO . COM  
 DEZ . MIL . RÊS . DE . REMDA . (18)

\*  
 \*      \*

André Furtado de Mendonça, 37.º governador da Índia, onde lhe chamavam o *grande capitão*, serviu por mais de trinta anos no Oriente, como general das armadas e capitão de várias fortalezas, tornando-se celebrado pelas suas façanhas, que lhe conquistaram renome e admiração. O seu valor, aniquilando o terrível pirata Cunhale, libertando Malaca dos holandeses e praticando tantas outras proezas épicas, fez relembrar o período heróico em que as armas portuguesas assombravam o mundo com as suas vitórias.

No fim da sua longa carreira de batalhador ocupou por poucos meses o supremo cargo de governador da Índia, tomando posse dele a 27 de Maio de 1609. Grandiosos planos tencionava pôr em prática, mas a inesperada vinda do sucessor, Rui Lourenço de Távora, que o foi encontrar animando com a sua presença os preparativos para as futuras empresas, não lhe deu tempo para mais, pois deixou o governo a 5 de Setembro do mesmo ano de 1609.

Regressando à pátria que ele tanto soubera honrar, faleceu em viagem a 15 de Abril de 1610, depois de passado já o cabo da Boa

(18) Nesta inscrição há várias letras inclusas, que não se representaram assim por impossibilidade tipográfica.



Esperança<sup>(19)</sup>; os companheiros e amigos, que com ele vinham, fizeram embalsamar o cadáver para que descansasse no seio da terra que lhe fôra berço. No dia 3 de Julho chegava a Cascais, vinda da Índia, a nau de viagem *Nossa Senhora da Penha de França*; e no dia imediato, estando ancorada no Tejo, dela foi desembarcada, ao sol posto, a tumba que encerrava o cadáver do valoroso defensor de Malaca.

Na praia da Ribeira, junto ao Terreiro do Trigo, se organizou um fúnebre cortejo acompanhando os restos mortais, que seguiu em direcção à igreja da Misericórdia, precedido pela cruz desta irmandade; nele se incorporaram, com imenso povo, muitos religiosos e fidalgos, entre os quais se viam Cristóvão de Almada, provedor da Casa da Índia, Fr. António de Moura, D. Fr. Lourenço de Távora, Bispo do Funchal, Garcia de Melo, monteiro-mor, D. Álvaro de Sousa, capitão da guarda, Francisco de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, João Gomes da Silva, Fernão de Sousa, D. Francisco de Almeida, etc.

Chegado o préstito à igreja da Misericórdia, foi a tumba depositada na capela de D. Simôa<sup>(20)</sup>, dobrando por essa ocasião os sinos em quase todas as torres da cidade. Ali permaneceu o cadáver, velado por parentes e amigos do finado, até ao dia seguinte, em que muitas missas foram celebradas no templo da Santa Casa sufragando a alma do *Grande Capitão*; pelas quatro horas da tarde desse dia 5 começou a afluir gente de todas as categorias, parentes, amigos, companheiros da Índia, e muito povo, que tudo se incorporou no religioso e patriótico acompanhamento; à frente iam quarenta pobres com tochas acesas, logo depois sessenta e seis cruces de diversas irmandades, a que se seguiam os Meninos Órfãos, os frades terceiros, os de Enxobregas e da cidade, os do Carmo, da Trindade, da Graça, e de Santo Elói; oito freguesias com suas cruces e clérigos, seguindo-se-lhes a cruz da Misericórdia acompanhada de seus capelães; ia por fim a tumba com os restos mortais de André Furtado de Mendonça levada por fidalgos e precedida de doze criados do finado com tochas acesas.

(19) Um códice manuscrito, intitulado *Memorias desta provincia*, existente na Torre do Tombo (Livreria, n.º 673), diz a fls. 69, referindo-se a André Furtado de Mendonça: «... o qual faleceu em o primeiro de Abril, quinze dias depois de terem passado o Cabo da Boa Esperança». A. C. Teixeira de Aragão, no vol. III da *Descrição geral das moedas*, falando deste governador diz que ele falecera em fins de Junho de 1610. A maioria dos escritores diz, porém, que a sua morte succedeu a 15 de Abril.

(20) Esta capela, erecta no corpo da igreja do lado do Evangelho, havia sido fundada por D. Simôa Godinho, dama de côr preta mas de origem nobre, natural de S. Tomé, viuva de um fidalgo português; tendo sido poupada pelo terramoto de 1755, o seu altar ficou, depois, sendo o altar-mór da igreja chamada Conceição Velha.



Entrando o acompanhamento na igreja da Graça, ali ficou a tumba depositada, sob a tribuna do altar-mor, até ao dia 16 de Outubro, em que tiveram lugar solenes exéquias dirigidas por Fr. Lourenço de Távora, irmão da mulher de João Furtado de Mendonça; e findas elas prêgou o P.<sup>o</sup> Fr. António de Gouveia, companheiro do desditoso governador, com quem viera da Índia <sup>(21)</sup>.

E na igreja da Graça ficou jazendo o cadáver de mais um governador da Índia. Em que jazigo? Em que capela?

\*  
\*      \*

D. Henrique de Meneses, o *Roxo*, 7.<sup>o</sup> governador da Índia, faleceu em Cananor a 21 de Fevereiro de 1526, depois de um governo de catorze meses. Foi sepultado no altar-mor da igreja de Sant'Iago, à parte do Evangelho, abrindo-se-lhe depois o seguinte epitáfio: — «O mais alto cavalleiro, / mais romano governador, / mais homano e mais parceiro, / em tudo de mor primor. / Foi aqvelle que aqvi jaz, / Dom Anrique de Menezes. / Pera a guerra, e pera a paz, / e viveo tão poucos mezes!»

Sucedera no governo da Índia, em 1524, a D. Vasco da Gama, 2.<sup>o</sup> vice-rei daquele estado.

Os seus ossos vieram para Portugal e foram sepultados na capela-mor da igreja da Graça, no mausoléu do conde da Ericeira, D. Diogo de Meneses, construído ali em 1639. Mais tarde o terremoto de 1755 fez com que os ossos deste governador da Índia tivessem o mesmo ignorado (?) destino, que haviam tido os de Afonso de Albuquerque, que primeiro tinham jazido na referida capela-mor da Graça até final do pleito havido entre os graciosos e os herdeiros de Albuquerque.

O códice manuscrito n.<sup>o</sup> 673 da Livraria da Torre do Tombo diz, a fls. 3 e v.: — «No presbiterio da capela mór da parte do evangelho se acha um arco de pedra e dentro dele hum tumolo de pao velho e tosco e nele se lê este epitáfio: *Esta capella he de Dom Diogo de Menezes, conde da Iriceira, do cons.<sup>o</sup> de estado delrei Felippe terceiro e seu Mordomo. Dotarão na seos testamenteiros em 25(8)ºzdos para seu jazigo e de D. Henrique de Menezes seu auoo q̄ foi governador da India. tem tres missas quotidianas, e dous anniversarios como*

---

(21) Fr. António de Gouveia, religioso de Santo Agostinho, sagrado bispo de Sirene em 1612, foi encarregado de várias missões diplomáticas em África e Ásia, e escreveu diversas obras, entre elas a *Jornada do Arcebispo D. Fr. Aleixo de Meneses* (Coimbra, 1606), e o *Sermão nas exéquias de André Furtado de Mendonça* (Lisboa, 1611).



consta das escripturas que estão no cartorio deste convento. Faleceu em Madrid em Março de 1635 e foi trasladado seu corpo para esta sepultura em 4 de 8.bro de 1639». — Sobre o tumolo estão as armas dos Menezes pintadas na parede; por cima do escudo das armas está outro escudo com huma espada de Santiago, e no remate do arco da capella mór se achão as armas dos Menezes, e nos dois ultimos pedestais embutidos das grades da capella-mor se achão embutidas as armas dos Bottados.»

Por escriptura feita nas notas de Gaspar Pereira, a 26 de Agosto de 1633, distrataram os religiosos da Graça o contrato que haviam feito com o filho de Afonso de Albuquerque (Brás de Albuquerque), acerca da cedência da capella mór da sua igreja para jazida do Grande Capitão da Índia. Representava o morgado a este tempo D. Jorge Manuel e em 22 de Junho de 1637 faziam os mesmos religiosos contrato de cedência do padroado da capella-mor com os testamenteiros do conde da Ericeira, D. Diogo de Meneses, para sepultura deste e de seus successores. Os frades receberam vinte e cinco mil cruzados em dinheiro (para serem convertidos em juros) e duas tapeçarias («hũa tapeçaria que tem dos nove da fama», diz o testamento).

\*  
\*   \*  
\*

Dos quatro governadores da Índia sepultados neste templo, de nenhum se sabe ao certo onde param os seus ossos!



# CHAFARIZ DO LORETO E A ESTÁTUA DO CHIADO

pelo Eng. A. VIEIRA DA SILVA

Há terras que conservam com carinho as suas obras de arte e monumentos arqueológicos, mesmo quando aparentemente causem prejuízos à circulação. Em Berna, por exemplo, existe pelo meio duma rua principal uma série de chafarizes, coroados com suas estátuas, e com tanques onde se conservam peixes alimentares vivos, para venda ao público. Ninguém pensa em remover d'ali esses pequenos e interessantes monumentos.

Em Lisboa começaram lentamente a construir-se chafarizes alimentados com água do Aqueduto das Águas Livres, logo depois do terremoto de 1755.

Um dos primeiros que se construiu, por 1771, foi no Largo das Duas Igrejas ou do Loreto, actual Largo do Chiado, em frente do Palácio onde funciona a Associação Central da Agricultura Portuguesa, e no sítio exacto onde hoje se vê a estátua do poeta Chiado.

Este chafariz era chamado *do Neptuno*, por estar encimado por uma estátua deste deus das Águas, com o seu tridente, de pé sobre dois golfinhos, grupo escultórico da autoria, nada menos, que do grande escultor Joaquim Machado de Castro, o modelador da estátua do rei D. José, que está no Terreiro do Paço.

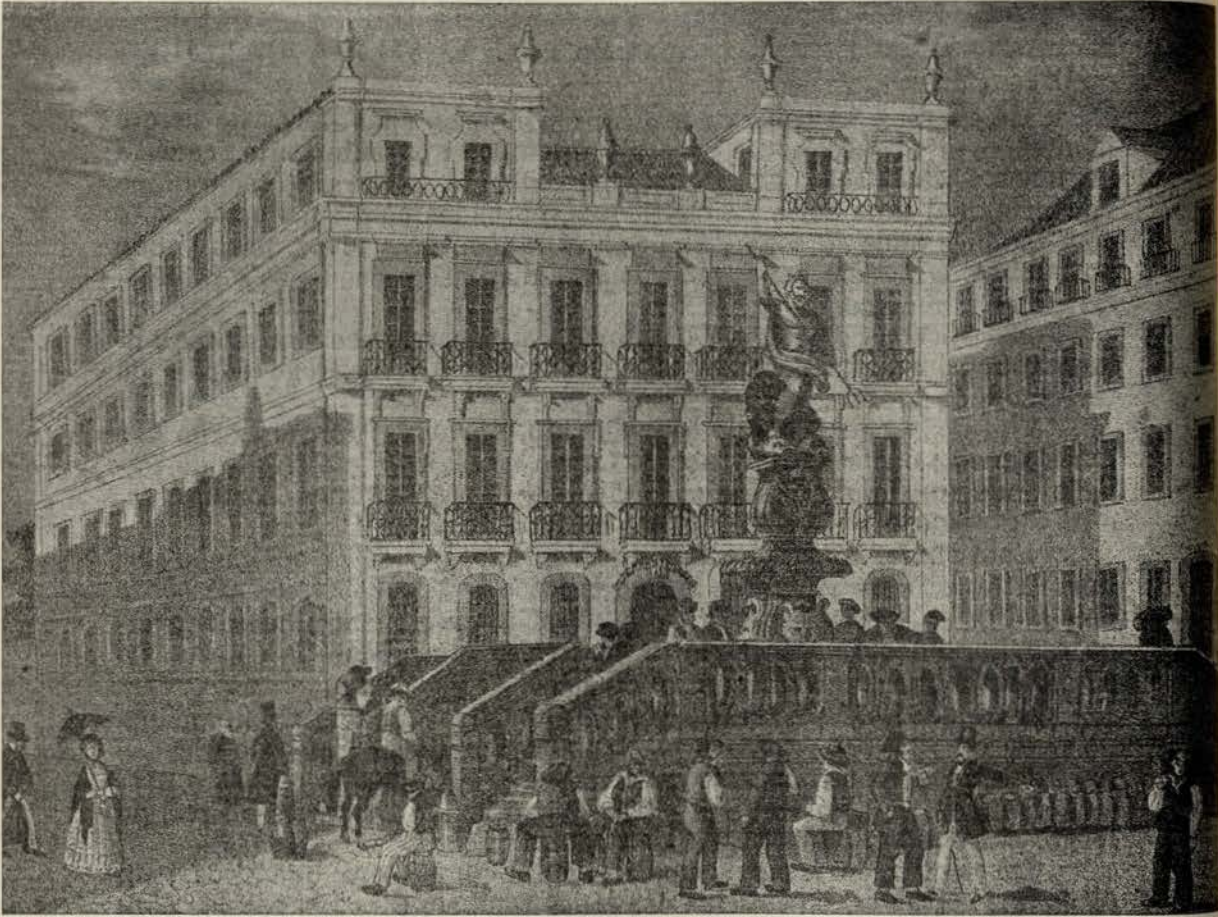
O tanque do chafariz ficava num tabuleiro ou envasamento acima do nível da rua, e o acesso a ele fazia-se por dois grupos de escadas paralelas, com 7 ou 8 degraus, orientadas para o poente e para o nascente, entre os quais ficavam outras duas pias ou tanques, ao nível do largo, para onde a água corria de duas carrancas.

Do centro do tanque superior, cuja planta era quadrada com os cantos côncavos, e os meios dos lados também com um recorte côncavo, levantava-se um alto pedestal, em cuja frente norte, voltada para a Rua Garrett, que então se chamava Rua Direita das Portas de Santa Catarina, se ostentava o braço de armas de Portugal, estando na frente oposta, ou sul, pintado o letreiro XAFARIS N° 1. Em cada uma das quatro faces do pedestal havia uma carranca, por cuja boca corria a água para o tanque.

Este chafariz teve a efémera duração de pouco mais de 80 anos, pois foi demolido, por motivos certamente ponderosos, no ano 1853 ou 1854.



Quais fossem esses motivos, ignoramos, mas é de presumir que ou fossem o pretexto de que dificultava a circulação no local, conquanto o chafariz estivesse fora do alinhamento da rua, ou fosse o de



CHAFARIZ DO LORETO

afastar daquele sítio, que começava a classificar-se uma artéria de luxo da cidade, a vizinhança e companhia dos odoríferos e bem falantes aguadeiros cidadãos de Tuy, que constituíam a guarnição de honra daquele monumento.

O chafariz desapareceu, e a estátua de Neptuno foi desterrada



para o recinto do Reservatório dos Barbadinhos, onde dão entrada as águas do Alviela.

A vereação de 1925, achando certamente que o local era amplo de mais para a circulação, e que esta não ficava prejudicada com um



ESTÁTUA DE NEPTUNO  
DO CHAFARIZ DO LORETO

(Autor J. MACHADO DE CASTRO)



ESTÁTUA DO POETA CHIADO

(Autor A. A. DA COSTA MOTA)

macisso de cantaria no centro do Largo, resolveu mandar erigir aí uma estátua.

De quem havia de ser essa estátua? — De Garrett, que dava o nome à rua? — De algum escritor, dos que enobreceram a língua ou a literatura portuguesa? — De algum descobridor ou explorador das terras de África? — De algum artista, sábio ou herói nacional?...

Não, senhores.

Como uma parte da via pública que antecedeu a rua que actual-



mente, desde 1889, se chama Rua Garrett, se denominava, na sua parte oriental, Rua do Chiado, deliberou-se que fosse duma pessoa chamada *Chiado* a estátua a erigir.

Ora houve, no século de quinhentos, um frade franciscano, por nome António Ribeiro Chiado, arruaceiro e devasso, mas com algum talento poético, que faleceu em 1591.

Foi, pois, a este homem que, por ser Chiado, coube a sorte de ser escolhido pela vereação de Lisboa, em sessão de 14 de Abril de 1925, para a sua estátua ornamentar o devoluto Largo das Duas Igrejas, e para chamar a atenção do povo para a figura imoral dum poeta de mui secundária categoria!

A estátua, mandada construir pela Câmara, é obra do escultor António Augusto da Costa Mota, e foi inaugurada no dia 18 de Dezembro de 1925.

A estátua, de bronze, assenta sobre um pedestal de cantaria, e representa o frade sentado num tamborete, numa posição equívoca, com o braço direito estendido, como que a pedir alguma coisa aos transeuntes.

O poeta, porém, não tinha relação alguma com a rua do Chiado, pois que o *Chiado* que deu o nome à rua era simplesmente um vinhateiro ou estalajadeiro, por nome Gaspar Dias, e por alcunha o *Chiado*, que também viveu no século de quinhentos, e cujo estabelecimento ficava situado, na Lisboa actual, aproximadamente no local da esquina oriental da Calçada do Sacramento para a Rua Garrett, ou, por outras palavras, no primeiro troço, o mais oriental, da via pública que ia para as Portas de Santa Catarina, o qual, antes do terremoto de 1755, e depois deste cataclismo, se chamava Rua do Chiado.

Não há, portanto, justificação alguma para se ter colocado ali a estátua do poeta Chiado. Não era pessoa que se recomendasse pelo seu talento poético, nem pelo seu procedimento moral. Não foi ele quem deu o nome à rua, nem o sítio da rua que tinha esse nome era aquele em que se acha erigida a estátua.

E se compararmos, sob o ponto de vista estético, o chafariz com a estátua, obra de Machado de Castro, que estava no centro do Largo, com a estátua do poeta Chiado, que hoje o ocupa, não é lícito reconhecer que muito se perdeu com a troca?

Setembro de 1947.



# ALGUNAS TRADICIONES LISBOETAS

(Recogidas al margen de un Congreso Médico)

Por el Dr. CASTILLO DE LUCAS. — Madrid

Los avances científicos y el progreso moderno de una ciudad, no están reñidos con el estudio y veneración de cuanto bueno contenga su pasado; quizá por ese regusto de evocar lo antañón, se estime más lo presente, que es, sin duda el producto del esfuerzo y experiencia de las generaciones que nos precedieron.

Un pueblo que no estima su historia y tradiciones — pues, la verdad comprobada y la acción fabulosa se entrelazan — demuestra una gran ingratitud hacia antepasados y tendrá su justo castigo de no interesar a los extraños y atenuar el amor de los propios, hacia su tierra nativa.

Mucho admiramos en la noble y hospitalaria nación Portuguesa sus progresos de toda orden que la sitúan en la vanguardia de la civilización, pero aún acrece más nuestro afecto al contemplar como se enorgullece de su pasado y sabe conservar las tradiciones, usos y costumbres que tanta fuerza emotiva y sentimental — *saudade* — tienen en los naturales para mantener con cálida añoranza ese amor regional indispensable para hacer grande espiritualmente a su patria.

Este año rememórase con júbilo Nacional el octavo centenario de la liberación de Lisboa del poder sarraceno. El Castillo de San Jorge es todo un símbolo de la gloriosa independencia Portuguesa desde la época de su conquistador, el gran Rey Afonso Henriques en 1.147 al implantar la cruz en lo más alto de aquella alcazaba morisca.

Hemos recorrido de día y de noche este castillo y sus contornos solo así puede juzgarse con emoción tan magno acontecimiento que a través de los siglos mantiene vivo el fuego patriótico. Un guía magnífico, el Dr. Amaro d' Almeida como buen Lisboaeta nos refirió la epopeya con tal fuerza expresiva que parecía revivirla y desde un mirador — el de Santa Luzia, por ejemplo —, puede reproducirse en una noche serena tal evocación histórica, imaginándose a los cruzados de diversos tercios aprestándose a la lucha para adentrarse en el fuerte y de como está constituido el barrio de la *mouraria* en las faldas del cerro del castillo con sus callejas estrechísimas (*becos*), en que las casas casi



se topan por su parte alta, las placitas recoletas y sus ruas que recuerdan tanto las costaneras calles de nuestro Toledo.

Típico es también el barrio de la Alfama, nombre que equivale a nuestra Alhama, que como sabemos designa en árabe a todo lugar que tenga aguas calientes, y del mismo modo que en España hay varias localidades que llevan este nombre (Alhama de Aragón, Granada, etc.) por sus baños termales, así este barrio de Lisboa quedó perpetuado con tal denominación en recuerdo de los manantiales calientes que existen y que se utilizaban antiguamente para bebidas y baños y en la actualidad exclusivamente y en edificio adecuado para Balneario, utilizando sus aguas mesotermiales, oligometálicas, de tipo cálcico en afecciones neurálgicas y reumatoideas. Tiene este barrio con sus callejas igualmente morunas la mayor gloria de Lisboa: el haber nacido en él San António.

San António de Lisboa debe denominarse al santo taumaturgo, y no de Padua que fué donde murió, ya que la regla franciscana dá el apellido en religión al lugar de nacimiento, aquí en Madrid designamos a la iglesia principal de las dos que hay consagrados al santo Lisboaeta, con el nombre de San Antonio de los Portugueses. Magnífica ha sido la idea de honrar al santo patrón con una exposición Antoniana en la Sé patriarcal en la que se reúnen cuantas esculturas, tablas, objetos y libros tienen relación con la vida y milagros de San Antonio; ella sola podría constituir materia para un extenso libro de folklore religioso por la inmensa cantidad de recuerdos y de tradiciones que de él existen por la universal devoción que se le tiene.

Estos antiguos barrios árabes conservan todo su carácter y en muchas casas véanse celosías, acá y allá escúchanse lamentos de guitarra y monorrítmico violín, acompañado de cantos que reflejan gran nostalgia, son los fados, la canción popular portuguesa que inmortalizó por su acento María la Severa muerta justamente hace 101 años y que nuestro buen amigo Amaro d'Almeida por documentales estudios ha colegido que fué por tuberculosis pulmonar; precisamente pasamos por la puerta de su casa, — rua do Capelão, — en lo más intrincado de la morería y no muy lejos del hospital de San José donde también estuvo la desgraciada ¿a que camposanto iré? pensaría la pobre al entrar bajo su arco, aludiendo a los dos ángeles que hay sobre él y que parecen indicar con las manos la dirección a los dos cementerios que a un lado y a otro existen...

La palabra fado, como indica su nombre — *fado*, hado, azar — es una canción nostálgica, los fados femeninos son más tristes y pesimistas, parecen un canto de cautiva de harem llorando por sua libertad perdida y amor verdadero jamás conseguido. El fado del marinero sin dejar de ser melancólico tiene por su desgaire unas veces mayor



rebeldía, contra la fortuna, pero siempre apunta la esperanza en el porvenir cuando rinda viaje o amaine el temporal.

El fado de Coimbra, que cantan los estudiantes es siempre canción amorosa estremezclando las tristezas de los desdenes con las alegrías de la conquista que sueña, y sobre todo recordando a su *capa negra* y a la guitarra cordiforme,, inseparables compañeros de la vida escolar, que es decir juventud, y olvidando siempre las bromas que los veteranos le gastaron cuando fué *caloiro* (alumno de primer año):

*A minha capa velhinha  
E' da cor da noite escura,  
Hei-de nela amortalhar-me  
Quando for para a sepultura.*

*Eu quero que o meu caixão  
Tenha uma forma bizarra  
A forma dum coração,  
A forma duma guitarra.*

Ocho siglos de civilización recórrense en breves momentos pasando del barrio de Alfama al Terreiro do Paço, o Praça do Comercio, — la magnífica sala de visitas de Lisboa — pasando por el arco triunfal de la rua Augusta a las avenidas deslumbrantes de lujo y actividad comercial. Toda la grandeza Portuguesa bien ganada por los antepasados se conserva y acrecienta por la laboriosidad de sus hijos; por conservar estas tradiciones, velan sociedades de Etnografía y múltiples revistas de tradiciones regionales. Este amor al pasado es sin duda el respeto al presente y el progreso para el porvenir, ello les permite mantener incólume el secular refrán: QUIEN NO VIO LISBOA, NO VIO COISA BOA.



## PRAÇA DA FIGUEIRA

Pejadas ruas  
da madrugada —  
e o lisboeta  
não sabe nada

do que nas horas  
da noite grada  
vem nas carroças  
por cada estrada...

Só escolhe à mesa  
o que lhe agrada.

De quem lho trouxe  
não sabe nada...

## MARÇANO DE LISBOA

Respeita  
o marçano,  
na loja,  
que varre  
os lixos  
do chão.

É ele  
talvez  
da loja  
que varre  
futuro  
patrão...

## AMOR A LISBOA

Em Lisboa não nasceste  
e em Lisboa tens vivido.

Dás-lhe vida, teu labor,  
coração e sacramento.

Lisboeta não é só  
o que nela tem nascido:

Um amor do coração  
dá foral de nascimento.

*SIDÓNIO MIGUEL*



# QUADRAS ALFACINHAS



Lisboa à tarde, revela  
como a luz lhe doira a fronte.  
Quando o sol morre na Estrela  
ardem vidraças no Monte.

A bandeira de Lisboa  
do seu Santo traz a marca.  
Negra das penas dos Corvos,  
branca da vela da barca.

Cabem no Tejo, por arte  
do seu seio largo e fundo,  
corações de toda a parte  
e esquadras de todo o Mundo.

Caia o Carmo e a Trindade,  
não se abala a minha fé.  
Sou mais firme na vontade  
do que os terraços da Sé.

Entra a barra, olha a cidade,  
tanta luz a pôs em festa  
que ninguém viu claridade  
que se compare com esta.

Lisboa, solar roqueiro  
erguido à beira do rio!  
Que átrio tão nobre — o Terreiro.  
Que linda sala — o Rossio.

Nunca convenci Sereias,  
por mais blandícias que forge.  
São mais duras que as ameias  
do Castelo de S. Jorge.



Ah! se Lisboa soubesse  
este amor que me flagela,  
não deixava que eu morresse  
a não ser nos braços dela.

Lisboa, pátria de tantos;  
nela nasceu D. Diniz.  
Foi mãe de poetas e santos,  
berço do Mestre de Aviz.

Se da barra sopra o vento  
faz o Tejo estardalhaço,  
e vem ralhar, rabujento,  
contra o Terreiro do Paço.

Lisboa sonha aos serões,  
trabalha os dias cansados,  
deita-se com os pregões,  
acorda com os mercados.

Vista de Almada, a cidade  
retrata-se em corpo inteiro...  
Só vista de longe cabe  
nos olhos do forasteiro.

Marchas de Lisboa espantam,  
mas não por ser novidade.  
Os pardais bailam e cantam  
todo o ano na cidade.

Saia que Lisboa veste  
tem o Mar por bordadura,  
cobre-a um manto azul celeste  
e o corpete é de verdura.

Formosas Tágides minhas,  
se eu fosse um dia hortelão  
só semeava alfacinhas  
dentro do meu coração.



Nasce o sol no Mar da Palha,  
beija o Tejo e, de contente,  
logo toda a luz espalha  
nas torres de S. Vicente.

Faz anos Lisboa. Vá  
que é uma idade bem linda!  
Conta oito séculos já  
e não tem rugas ainda.

Bandeira de Afonso! O amor  
e a Fé, tornaram-na em luz.  
Até o Céu deu a côr  
para traçar uma Cruz.

Da sátira Tolentina  
há jarretas a bramar,  
vendo em Santa Catarina  
navios, com asas, no ar.

Nesta cidade tão bela  
as ruas são um tesoiro:  
ruas do Sol e da Estrela,  
ruas da Prata e do Oiro.

Há quem diga: Foi Ulisses  
quem fundou a capital.  
Nem mesmo que tu o visses  
acreditavas em tal.

D. Manuel quis guardar bem  
o Tejo, e pôs-lhe à entrada  
o castelo de Belém  
feito de pedra arrendada.

Não há moiras encantadas  
em Lisboa, infelizmente,  
mas há cristãs baptizadas  
e essas encantam a gente.



Deu Lisboa, em património,  
dois santos à sua gente:  
Por defensor, Santo António,  
por patrono, S. Vicente.

Sete montes, disse um louco,  
tem Lisboa em seu distrito.  
Sete montes? acho pouco  
para um sítio tão bonito.

Afonso Henriques ganhou-a  
entrando as portas do Mar.  
Foi por isso que Lisboa  
teve o fado de embarcar.

M. S.



# 1.ª CONFERÊNCIA BIENAL DOS AMIGOS DE LISBOA

## A MARCENARIA PORTUGUESA

Tese apresentada por HUGO RAPOSO

Em quase todas as terras de quase todos os países, há sempre uma arte ou indústria característica ou um produto marcadamente regional que notabiliza o nome de uma cidade, localidade ou região.

Pondo o caso em Portugal, a todos nos ocorre imediatamente a universalidade dentro dos nossos 89.000 Km<sup>2</sup>, dos Vinhos do Porto, do Pão de Ló de Ovar, das Queijadas de Sintra, das Laranjas de Setúbal, das Ameixas de Borba, dos enchidos de Castelo de Vide, assim como dos cristais da Marinha Grande, as porcelanas da Vista Alegre, os relógios de Famalicão, as rendas de Peniche, os tapetes de Arraiolos, e há reputações tão arreigadas na memória popular, que quando se fala nas Caldas da Rainha acode-nos numa súbita associação mental as suas faianças ou as suas cavacas, da mesma forma que sempre nos aparecem associadas em espírito a Covilhã com os lanifícios, Estremoz com a cerâmica, Aveiro com os ovos moles, Chaves com os presuntos, Elvas com as azeitonas, Valongo com a ardósia, Alcanena com os cabedais, Guimarães com as cutelarias, e se quiséssemos fazer uma pequena digressão pelo mundo, mesmo sem operosas pesquisas, mas recorrendo apenas a um insignificante esforço de memória, podia ocorrer-nos a celebridade de Sévres pelas suas delicadas porcelanas, Solingen pelas cutelarias, Alençon pelas rendas, Malaga pelas passas de uva, Lion pelas sedas, Manchester pelos textéis.

Porém, Lisboa, a nossa Lisboa, que devotadamente adoramos neste templo, não tem uma indústria característica com projecção universal. A cerâmica artística, ou melhor a faiança e o azulejo, será talvez a única, que vindo de recuadas eras, manteve até hoje um certo reflexo de velho prestígio.

Não que Lisboa não seja uma cidade bastante industrial, mas nenhuma das suas indústrias alcançou a notoriedade ou a originalidade ou o sabor típico ou a feição artística que lhe grangeasse a dádiva do renome universal, e daí, veja-se a pobreza qualitativa das exportações portuguesas.

Está porvado que o operário-artista Lisboeta é duma perfeição invulgar no trabalho que lhe sai das mãos, seja em que ramo for, porque Lisboa não é a terra do trabalho em série. Não temos consumo interno para a grande indústria-



lização, nem possibilidades externas para competir com colossos. E então, o operário conserva ingenuamente a característica técnica do cunho pessoal.

Não era difícil, nem inviável, nem sujeito a riscos perigosos, desenvolver em Lisboa uma indústria existente, e na qual os melhores artistas são precisamente os operários de Lisboa:

## A MARCENARIA ARTISTICA

Para tanto era necessário apenas que um organismo do Estado, o Secretariado Nacional da Informação ou a Câmara Municipal de Lisboa ou Ministério da Educação Nacional deliberassem criar a Oficina Normal de Marcenaria um corpo adjunto de técnicos estudiosos de desenhadores, uma secção de contrastaria e o arquivo ou museu.

A escola ou oficina seria um ponto intermédio de passagem e ascensão do meio-oficial ou mesmo do oficial para oficial diplomado, cuja arte, impregnada de técnica iria depois fertilizar e sanear as oficinas de particulares.

A Escola Normal seria a oficina de execução de modelos delineados sob as mais puras regras da marcenaria, para cujos modelos o prestígio e a autoridade do Estado posta como contraste num móvel de sublime engenho e abriria as portas dos países apreciadores, que a breve trecho se habituariam a vir procurar a Lisboa a marcenaria artística, a marcenaria clássica, a marcenaria pura.

Não é tentativa, me parece, para particulares, e por isso só o Estado pode reunir as reservas de madeiras velhas, criar e manter um escol de investigadores especializados e a autoridade para a contrastaria.

Os reflexos desta iniciativa teriam uma projecção incalculável. A indústria particular constantemente renovada na sua mão de obra pelos artistas formados na Escola Normal, havia de ganhar pouco a pouco alento e fama para levar os seus primores aos mercados estrangeiros, e uma vez reabilitada de certas monstruosidades que sob o título ou pretexto de «Arte Moderna» que aviltam o gosto, daria ao lar português novo espírito.

Há, evidentemente, um movimento em marcha no sentido do regresso ao estilo. A marcenaria volta, lentamente embora, a interessar-se por concepções D. João V, Renascença, Império, D. Maria, Luís XVI; acompanhando com a mesma timidez e em sentido paralelo o fenómeno semelhante que já se sente nitidamente vibrar nos domínios da arquitectura. Simplesmente o architecto vem portador de forte cabedal pedagógico, e orientado pelas correntes de influência artística da escola que o diplomou, enquanto que a marcenaria vive na mais descrecionária liberdade de acção.

Só o senso pessoal e o cunho artístico do operário, mantido através duma transmissão hereditária de técnica, de geração para geração, faz com que seja possível ainda hoje obter por milagre, móveis de evidente apreço.

,O Secretário Nacional de Informação, que conta no seu activo iniciativas



de indiscutível valor nacional, que tem financiado ou subsidiado «tournées» artísticas ao estrangeiro e promovido exposições de vários caracteres, teria no conjunto da sua actividade uma função absolutamente nacional, lançando e difundido no estrangeiro a Marcenaria Lisboeta.

Praticava-se simultaneamente obra de interesse artístico, económico e social, e este último não era decerto o menos importante como forma de criar novas fontes de trabalho.

O assunto não fica aqui esgotado, mas respeitando as estipulações regulamentares da conferência sobre o espaço, termino com as seguintes conclusões:

1.ª — que seja sugerida ao Ministério da Educação Nacional a criação da Escola Normal de Marcenaria em Lisboa, com repartições anexas de investigação artística, museu, arquivo e contrastaria.

2.ª — que sem prejuízo da iniciativa que couber ao Ministério da Educação Nacional, se faça igual comunicação deste alvitre a

Câmara Municipal de Lisboa

Secretariado Nacional da Informação e Cultura Popular

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Lisboa, 10 de Dezembro de 1945.

## DOS «AÇACAIS» À ESCADA «MAGYRUS»

Tese apresentada por FERREIRA DE ANDRADE

Até há bem poucos séculos, os fogos eram — como hoje ainda em muitas terras do país, distanciados lugares onde não existem corporações de bombeiros — extintos, ou melhor, atacados o mais primariamente possível.

Era a massa anónima do povo, os próprios moradores do imóvel, toda a vizinhança que acorria prestante, num gesto altruísta de humanidade cristã, mal tangiam sinistra e repetidamente os sinos das igrejas mais próximas, ao local do incêndio.

E o espectáculo era aflitivo, horrível, pavoroso. Toda aquela gente em gritos estridentes, lancinantes, corria apressadamente conduzindo cântaros, bilhas, baldes, toda uma variedade imensa de vasilhame contendo água, e ferramenta, desde os machados às gazuas, dos alviões às enxadas.

O trabalho, quase sempre infrutuoso, era sobre-humano: as mulheres, num vai-vem constante das bicas e dos poços mais próximos ao local do fogo; os homens, na tarefa ingente de combater a força indomável das labaredas, arriscando a própria vida para a salvação de outras vidas.

Homens e mulheres, velhos e crianças, fidalgos e plebeus, todos foram,



nesses tempos distantes, bombeiros denodados, uma força voluntária ao serviço da população.

Assim sucedeu no fogo da rua da Ferraria de 1369, no incêndio imenso do cêrco de Lisboa de 1373, no da rua da Judiaria do mesmo ano e no da rua Nova em 1396.

Catástrofes tremendas que cobriram de luto e de dor tantas e tantas famílias, pois muito raramente se podia evitar que os fogos tomassem proporções assustadoras, dadas as poucas medidas de extinção que o povo conhecia e os poucos elementos de combate que tinha às mãos.

O perigo que adivinha do deflagrar de um incêndio era, por isso, enorme.

A água, elemento primordial na vida de um povo, nunca abundou em Lisboa. E a sua falta, se nas horas normais do dia era já a preocupação dominante dos seus habitantes, constituía, nos momentos terríveis dos fogos, um mal ainda maior.

Assim a cidade viveu durante longos anos.



Já entre nós os serviços de socorros e as medidas preventivas ensaiavam os primeiros passos, a capital foi alvo de incêndios calamitosos. Recordamos, entre tantos, o do Hospital de Todos-os-Santos, em 1601, da igreja do Loreto e do Convento de Santos cinquenta anos depois, os do Mosteiro de Santa Maria, do Arco dos Pregos, das Portas da Alfafa, do Alto da Cotovia e do Teatro do pátio da rua das Arcas, estes ainda no século XVII; e, depois, na primeira metade da centúria seguinte, os da Casa do Linho, do Real Convento de São Francisco, do Mosteiro da Trindade, da rua do Corpo Santo, do Palácio do Marquês de Angeja, do Arsenal do Exército, da Casa do Marquês de Valença e do Estanco Real do Tabaco, da rua das Flores e do Paço da Ribeira.

Mas já então, como dissemos, o Senado de Lisboa havia tomado algumas medidas, preventivas umas, de combate outras.

Remontam ao ano de 1395 as primeiras que nesta cidade foram promulgadas. E, entre outras determinações, consta esta do respectivo despacho régio:

*q̄ os pregoeiros p<sup>o</sup> fregisias e cada hũa noutra, depois do signo da cohença, andem pela dita cidade apregoando q̄ cada hũa guarde e ponha guarda ao fogo em suas casas E q̄ em caso q̄ se algũ fosse levantasse, o q̄ ds nõ queira, q̄ todos os carpinteiros e calafates venham aaquel lugar, cada hũa cõ seu machado, p<sup>o</sup> averẽ de atañhar o dito fogo: E q̄ out<sup>o</sup> ssi, todas as molheres q̄ ao dito fogo acodirem, tragam cada hũa seu cantaro ou pote p<sup>o</sup> acarretar auga p<sup>o</sup> apagar o dito fogo.*

Natural é que, depois, pelos anos fora, estas medidas fossem melhorando; outras se tomassem mesmo. Da sua existência, porém, não chegou até nós rasto algum.



Lisboa continuava a ser pèssimamente abastecida de água, torturada sempre pelo perigo eminente de um incêndio avassalador.

Assoriado e entulhado o esteiro do Tejo que penetrava pelo vale da Baixa, originou-se um lençol de água subterrânea de onde os habitantes da cidade, por meio de poços, se foram abastecendo.

A situação não satisfez, contudo, a necessidade da urbe.

No fim do século XVI e durante toda a centúria seguinte o problema atinge maior acuidade.

Idealizam-se, é certo, alguns projectos... mas projectos sòmente.

Só na primeira metade do século de setecentos, com a construção do Aque-  
duto das Águas Livres, a situação consegue melhorar. Lisboa começa a ser satisfatòriamente abastecida.

Já cruzam, então, as ruas da cidade os típicos *acaçais* com os seus jumentos carregados com barris, mas os simpáticos aguadeiros que Lisboa popularizara.

Os tempos eram já outros... Só os fogos não diminuíam, nem em número, nem em intensidade.



Mais de dois séculos volveram após D. João I ter promulgado as primeiras medidas preventivas e de extinção. Mais de dois séculos!

Que providências se haviam tomado, entretanto, para minorar tão grande mal? Nenhumas...

Sòmente após o domínio de Castela a cidade ergue-se da letargia em que quedara durante 60 anos e segue na esteira das outras capitais da Europa.

Paris, tinha já então cuidado do magno problema da extinção dos incêndios. E, sabedor do facto, resolve o Senado de Lisboa — ao qual nunca faleceu o desejo de melhorar as condições de vida e de segurança dos seus muncípes — introduzir na cidade um sistema análogo. Estuda uns projectos de escadas e uns *bicheiros* com duzentos calões de almude cada, organizando ao mesmo tempo um corpo remunerado de trabalhadores conveniente adextrados, como era mister para serviço tão especial como perigoso.

As providências tomadas seguem depois um rumo inteiramente diferente. Na segunda metade do 17.<sup>o</sup> século algo se melhorou no sistema até então corrente — precário ainda, quase primitivo.

Adquire-se algum material — escadas ferradas, hastes de pau, calões de couro, etc. —; contratam-se seis mestres de carpinteiros, seis de pedreiros e oito trabalhadores *para acudir em todos os incêndios, tendo cada um dos mestres seis mil réis de ordenado e quatro mil réis cada um dos trabalhadores*; e determina-se que os *oficiais da Ribeira das Naus acudam prontamente, nomeando-lhe oficial que à sua conta tenha saber os que acodem ou faltam, para se lhes dar algum castigo, e que as justiças, tanto que chegarem aos logares de incêndios, tomem as ruas e não deixem passar mais que os oficiais e trabalhadores e gente que possa ser útil, porque a de mais embaraça e muitas vezes furta.*



Por essa mesma altura instalaram-se na cidade mais três armazéns: um no meio do bairro Alto, outro no meio do bairro de Alfama, outro no meio do bairro intermédio a estes; e resolveu-se que cada um dos mestres das duas Ribeiras tenham à sua rdem tantos machados quantos forem os oficiais que tiverem domicilio nesta cidade, os quais o terão para que, tanto que se tocar a fogo, acudam à sua porta para com eles caminharem ao lugar do incêndio, sendo uma e outra quadrilha com reservas, para acudirem geralmente a todos os bairros e o damno das ferramentas se reformará pela minha fazenda.

A organização dos serviços entrara, de facto, numa fase activa.

Pelo decreto de 24 de Outubro de 1681 foi ainda a Câmara autorizada a adquirir na Holanda algum material — baldes de couro, machados, picaretas, enxadas, alavancas, bem como dois arpéos e dois esguichos, isto é, as nossas primitivas bombas — estabelecendo a obrigatoriedade do alistamento geral de todos os pedreiros e carpinteiros, aos quais impunha, no caso de não comparecerem aos incêndios, a pena de dois meses de prisão.

A cidade ficara, em obediência ainda a esta organização, dividida em dois bairros, competindo a cada um deles cinquenta baldes de couro.



Decorreram mais uns anos.

Alguns incêndios pèssimamente combatidos haviam alarmado a população, já descrente, há muito, da eficiência dos respectivos serviços.

O Senado sentia a gravidade da situação: não podia descurar por mais tempo tão magno problema. Num esforço financeiro digno de registo adquire em Inglaterra quatro bombas-tanques, cuja primeira actuação, no decorrer do ano de 1734, entusiasma a cidade.

Os serviços iam melhorar decerto. Confiante, segura do interesse e da decisão da edilidade, Lisboa aguarda que novas medidas preventivas fossem adoptadas, que uma nova orgânica remodelasse por completo todo o sistema de ataque.

Uma nova organização surgiu de facto, a qual, entre outras inovações, attribuía pela primeira vez o vocábulo *bombeiro* aos trabalhadores dos serviços de incêndios.

Mas estava a cidade em presença de uma remodelação de resultados práticos e plenamente satisfatórios, ou, muito simplesmente, de um novo arremedo, de mais uma «inspiração»?

Os factos posteriores vieram demonstrar a debilidade das medidas tomadas, diremos mais, a sua falência. E por quê? Muito simplesmente devido ao estado caótico das finanças municipais. A Câmara, onerada então com os impostos avultados que as obras levadas a efeito pelo *Magnânimo* impunham, estava absolutamente deficitária, depauperada ao máximo.

Sofre com este estado de coisas profundamente o serviço de extinção de



incêndios. Aos desgraçados bombeiros chegara a Câmara a dever no ano de 1746 cinco anos de salário.

Era o escândalo.

Que fazer então? Como resolver o problema?

Um só processo estava ao alcance do Senado da Câmara: lançar mão do inevitável *provisório* (infelizmente ainda por vezes usado entre nós), dos meios mais económicos... E assim foi. Aproveitaram-se todos os trabalhadores das várias capatazinas existentes na cidade às quais foi distribuído o material existente.

Pouco durou, como é natural, este improvisado corpo de bombeiros. Porque não eram remunerados, os trabalhadores furtavam-se a comparecer. Resultado: os fogos atingiam sempre proporções calamitosas.



Em 1750, o incêndio terrível, impressionante, do Hospital Real de Todos os Santos, arripiara toda a população de Lisboa, evidenciando nitidamente a inutilidade dos serviços de incêndios.

O clamor foi então geral. Impunha-se uma reorganização imediata e eficaz. O próprio Marquês de Pombal, que assistiu ao espectáculo da extinção do incêndio, é o primeiro a reconhecê-lo, ordenando as mais enérgicas providências para que casos idênticos se não repetissem e mandando punir os responsáveis por todo o mau serviço que presenciara.

Novas medidas foram promulgadas.

As bombas, ainda existentes, entregou-as o Senado aos cuidados dos juizes do povo — o que, se de algum modo melhorou o serviço, dada a responsabilidade atribuída a quem por dever do cargo tinha obrigação de vigiar os trabalhos, estava longe de atingir a perfeição.

Tal era, no ano em que Lisboa foi profundamente abalada pelo violento terremoto de 1755, o serviço de extinção dos incêndios. Precário e, sobretudo, confuso e desorganizado.

Falho de recursos financeiros, de disciplina, de amor profissional, de unidade de corporação, os serviços contavam no entanto com um elemento considerável: o auxílio prestado pelo povo.

Sempre que os sinos das igrejas tangiam, anunciando aterradoramente a proximidade de um incêndio, os soldados dos piquetes dos regimentos do Cais ou de Alcântara montavam a cavalo e seguiam para o Terreiro do Paço *dando pranchadas em quantos homens encontravam pelas ruas em véstia ou em capote mesmo bem trajados*, levando-os à sua frente para auxiliarem os trabalhos da extinção. No Terreiro do Paço — onde estavam arruadas as louceiras — tomavam conta de todo o vasilhame de barro, entregando-o depois ao povo que o conduzia para os chafarizes mais próximos.

É de calcular a confusão que em tal momento se espalhava pelas pobres



louceiras, ciosas dos seus artigos e que, de um instante para o outro, se viam desprovidas do seu ganha-pão.

Conta-nos Francisco Coelho de Figueiredo que elas se erguiam imediatamente *gritando que lhes não tirassem as quartas nem quebrassem a louça*. Nada mais natural. Mas o povo não as ouvia e, muito menos, lhes respeitava os clamores a soldadesca ignara. Depois, sob uma chuva de improperios e de choros convulsivos, lá iam todos, caminho das «bicas» mais próximas, e destas ao local do incêndio.

Relata-nos ainda o mesmo escritor que era vulgar suceder, então, um ou outro caso de suborno no momento em que os soldados obrigavam o povo a segui-los para trabalhos violentos da extinção das labaredas e da condução das quartas.

Alguns dos *apanhados*, os mais *snoobs* e comodistas, tentavam *escapular-se, fugindo ou escondendo-se, e aquele que o não podia conseguir procurava safar-se a troco de alguns vintens que oferecia aos soldados a quem se devia um ano de soldo e muitos de fardamento*.

A resposta era logo pronta: — *bota na bota*.

E, claro está, o comodista transeunte, após ter deitado a sua moeda num dos canos da bota do soldado que subornara, escapava-se surrateiramente, alheio ao mal que nesse instante afligia o seu semelhante.

Deste quadro ressalta nítido o estado precário, quase primário ainda, em que continuavam os serviços de incêndios na cidade de Lisboa.

Urgia, cada vez mais, que o Senado encarasse a gravidade do problema, que o resolvesse, fosse como fosse, desta ou daquela maneira, Mas a este desejo de toda a população opunham-se sempre as débeis finanças municipais. Os ordenados continuavam a ser pagos aos pobres servidores com atrasos inconcebíveis. O material deteriorava-se, falho de cuidados permanentes, sem os concertos necessários.

E os incêndios sucediam-se...

Ao do Palácio dos Cortes Reais, seguiram-se os das rua das Canastras, das Casas da Ribeira, dos casebres que ficavam junto da igreja de São Julião, da Calçada de Santana e o que reduziria a cinzas algumas casas do Bairro da Ribeira; e, ainda, os da rua do Jardim do Tabaco e do edifício da AMfândega, estes dois sucedidos já depois do calamitoso terramoto de 1755.

Uma das causas principais que motivavam, muitas vezes, aterradores incêndios, era a existência dentro do perímetro da cidade, de armazéns de pólvora. Foram, por isso, tomadas pelo Senado medidas violentas que coíbiram de algum modo a instalação dessas fábricas e armazéns.

No ano de 1766 todos os capatazes foram obrigados a comparecer nos fogos e foi nomeado o mestre dos calafates da Ribeira das Naus, um tal Domingos da Costa, para dirigir e organizar os serviços. Pouco tempo depois de assumir o encargo, Domingos da Costa é demitido e os serviços lá foram andando, mas



sempre de pior em pior. Muito embora os aguadeiros estivessem já obrigados a comparecer nos fogos, o povo continuava a ser o grande auxiliar do ataque, o melhor cooperador dos bombeiros no salvamento das vidas e dos bens alheios.

Com o ano de 1786 uma nova era surge em tão confusa e desordenada organização. Os serviços, graças à acção eficiente do célebre maquinista Mateus António da Costa, mais tarde nomeado inspector, melhorou um pouco, tendo atingida, em 1794, com a anexação dos serviços de incêndios aos chafarizes, um grau de nítido desenvolvimento, embora que ainda longe da perfeição. Contudo, esta medida do Senado, e muito principalmente a rigidez do regulamento dos aguadeiros, veio a ter, sem dúvida, larga projecção futura, constituindo um grande passo para o melhoramento há muito ambicionado.

Já então existiam nos depósitos de material as *bombas-suporte*, com baldes que eram transportados por populares, a *bomba-portuguesa*, idealizada por Mateus da Costa, e um carro de escada, mecânico, que pertencia à Alfândega, onde fora construído.

Em 1787, Luís António de Oliveira havia publicado a *Memória demonstrativa da máquina de dilatação e contracção* — contributo valioso para o progresso técnico do material de extinção. O número do pessoal adestrito aos Serviços de incêndios — patrões de bombas, aguadeiros e restantes trabalhadores — atingira com a organização de Mateus António da Costa a cifra já considerável de 3.000.

Os aguadeiros, organizados devidamente, formaram um corpo que se apelidou de *Companhia de Salvação Pública e de Aguadeiros*. Eram autorizados a cobrar por cada barril de água, transportada ao local do fogo, a quantia de um vintém, o que os levava, na mira da almejada recompensa, a cumprir a sua obrigação. Do edital publicado em 13 de Agosto de 1794 — ano em que Mateus da Costa foi nomeado inspector — consta esta medida que, por si só, evidencia o alto critério com que o regulamento foi elaborado: os aguadeiros eram obrigados a recolher a casa com os barris cheios e logo que tocasse a fogo deviam juntar-se ao capataz da respectiva companhia que lhes passava revista e os conduzia ao local do incêndio.



Durante os anos que Mateus da Costa superintendeu nestes serviços, deram-se em Lisboa alguns dos maiores incêndios que até ao presente se conhecem. Em 1769 ardeu por completo a nova Patriarcal de Lisboa; dois anos depois, no Mosteiro de S. Bento, um fogo pavoroso ameaça destruir todo o vetusto edificio, e desaparece totalmente destruído pelas labaredas um dos prédios da rua da Fábrica dos Pentes.

Ainda durante o último quartel do século XVIII foram pasto das chamas: o Convento de St.<sup>a</sup> Joana e algumas casas da Ribeira Velha; declararam-se fogos



de grande intensidade na Calçada de St.<sup>o</sup> André, na Calçada da Ajuda, na rua da Madalena, na rua Nova de El-Rei, no Arsenal do Exército, na Costa do Castelo, no Palácio da Ajuda e no Palácio do Conde de Valadares.



Lisboa, após ter sofrido os horrores imensos da invasão napoleónica, a fome e a miséria, é vítima de um mal ainda maior — a Guerra Civil — que profundamente a debilitara, quer política quer financeiramente. A cidade viveu horas de permanente sobressalto. Nos serviços públicos os dirigentes sucediam-se, consoante a *côr* do poder executivo.

Da instabilidade governamental caíra-se na desordem administrativa.

O serviço da extinção de incêndios, embora ferido, como não podia deixar de ser, por esse estado de coisas, continuava contudo servindo a população, graças ainda à acção inteligente e valiosa de Mateus da Costa e à dos sub-directores Francisco de Sales da Silva (1801) e António Joaquim dos Santos (1812).

A este último se ficou devendo a obrigatoriedade da aferição dos barris — que passaram a ter a capacidade de 25 litros — e o estabelecimento dos prémios de 4.000 réis e de um tostão em metal para as primiras bombas e para os cinco moços-aguadeiros (já em número considerável de 3.254, distribuídos por 19 companhias) que também primeiro chegassem ao local do fogo.

As bombas existentes por essa altura estavam divididas pelos seguintes locais: rua do Arsenal, Cruz do Taboado, Boa Vista, Estrela, Necessidades, St.<sup>o</sup> Apolónia, Praça da Alegria, Amoreiras, Junqueira, Loreto e Graça. Fora destes sítios existiam mais quatro bombas: três que pertenciam às Obras Públicas e uma ao Comércio *q̄ somente saia sendo precisa*.

A Câmara tinha também destinados aos serviços de incêndios 4 carros de trem, que estacionavam na rua do Arsenal, no Terreiro Velho, no Loreto e na Junqueira.

Alguns anos depois o número de viaturas aumentou: a Câmara dispunha de 13 bombas e 4 carros de escadas; a repartição de Obras Públicas de 4 bombas e de 1 carro; o Arsenal de 1 bomba e de 1 carro.

As bombas eram conduzidas por 560 moços-aguadeiros e tinham cada uma seu *patrão*.

De 1821 (ano em que toma posse do cargo de inspector o capitão de engenharia João Carlos Tam que reorganizou as companhias de aguadeiros dos 25 chafarizes existentes) até 1834 alteração alguma se introduziu nos respectivos serviços.

Só neste último ano publica a Câmara o «1.<sup>o</sup> Regulamento dos Bombeiros», extenso articulado, que cria uma companhia de bombeiros, a *Companhia do Caldo e Nabo*, como espiritualmente o povo a alcunhou, e, dois anos mais tarde, o primeiro mapa demarcando os quatro distritos em que a cidade se dividira com a indicação do número de badaladas que corresponderiam aos locais dos fogos.



No entanto, o material continuava a ser deficiente. Corolário: os incêndios eram pèssimamente combatidos.

O espectáculo desolador do ataque aos fogos ocorridos em 1805 num dos prédios da rua do Ouro e na Fábrica de Barcarena, na igreja da Graça e Ermida de Jesus em 1818 e 1820. repetira-se no incêndio horrível do Colégio dos Nobres, no ano de 1843.



Dobrada a primeira metade do século XIX a Câmara Municipal estuda, uma vez mais, a organização dos serviços de incêndios, Reforma-os; amplia os quadros do pessoal; impõe a este uma disciplina mais severa, ao mesmo tempo que adquire algum material de combate.

Os bombeiros municipais — como já então eram conhecidos esses dedicados servidores da cidade — impõem-se de novo ao respeito e à simpatia dos lisboetas. Justa recompensa, modesto galardão a premiar todo o seu esforço, a dedicação desinteressada, a coragem e espírito de bem servir, que os conduzia — quanta vez! — ao limite extremo das suas vidas.

Mas, com o rodar do tempo, os serviços foram a pouco e pouco caindo de novo numa desorganização incompreensível.

Escassos eram, cada vez mais, as possibilidades financeiras do Município. O material, dado o desenvolvimento que a técnica já impunha, começava a ser impróprio, insuficiente.

Não era, porém, só este o mal que afligia a população. Um outro se avolumava de dia para dia: a carência de água. — E este, como o podia sanar o Município?

Pródiga em projectos e em estudos, praticáveis uns, meras utopias outros, a Câmara ansiava por resolver o problema. A solução, todavia, nunca foi encontrada. Lisboa viveria ainda condenada à sede quase uma centuria mais.

A forma como foi combatido o incêndio do Palácio das Côrtes em 1862, que mais uma vez pôs em risco de se perder o edificio do antigo mosteiro dos frades beneditinos, lançara na população da cidade a antiga desconfiança pela eficiência dos respectivos serviços.

Era, de novo, o descrédito da corporação.

Havia que dignificá-la, que prestigiar a missão humanitária desses servidores. Para isso, tornava-se necessário que os serviços fossem novamente reorganizados. E assim se fez.

Lisboa já havia assistido, em 1852, à passagem da primeira bomba de sistema *Flaud*, com escadas de ganchos, sacos de salvação e mangueiras. Simples paliativos, porém.

Nas outras capitais da Europa o progresso havia desenvolvido consideravelmente o sistema de ataque aos fogos.

A técnica moderna exigia novos modelos de material de combate. Portugal



tinha, assim, de atingir a todo o custo a paridade com o que então já se praticava em outras cidades de além fronteiras.



Uma medida de grande importância havia sido promulgada: a vigilância às casas de espectáculo.

A acção exercida pelos inspectores Joaquim Júlio Pereira de Carvalho e José Augusto Correia de Barros na direcção dos serviços, foi digna de apreço. No entanto, é a Carlos José Barreiros que a cidade de Lisboa deve a organização dos serviços de incêndios de 1869, que, sem dúvida, os melhorou consideravelmente, disciplinando-os, fortalecendo e dignificando a sua acção, apetrechando-os de material novo — reconquistando, enfim, a indispensável confiança da população.

De então para cá os melhoramentos introduzidos são consideráveis. É com vivo regosijo que a cidade, que assistira impressionada ao incêndio dos Paços do Concelho, do Teatro de S. Carlos e de tantos outros, vê o aparecimento da escada de lanços executada nos serviços da Câmara — a célebre escada Fernandes, precursora da «*Magirus*» — como, anos antes, em 1867, quando pela primeira vez assistiu à passagem da bomba a vapor *Merry Weather*.

As melhorias e benefícios caminham de então para cá em linha ascensional. A obrigatoriedade dos proprietários collocarem nos prédios as bocas de incêndio marca, sem dúvida alguma, o início de uma época de nítido desenvolvimento das medidas preventivas contra os incêndios.

Em 1868 funda-se a primeira Associação de Bombeiros Voluntários e, nove anos depois, estabelecem-se as primeiras ligações telefónicas e executam-se os primeiros simuláculos de incêndio com a assistência de técnicos estrangeiros.

No decurso do ano de 1880 apparecem as célebres bombas *Noël*, e, dois anos volvidos, os carrinhos de mangueiras. Em 1886 organizam-se os primeiros «piquetes».



No dealbar do nosso século, roda nas ruas da capital a primeira escada «*Magirus*», adquirida pelo infante D. Afonso.

A inovação apresentada e o aprumo e compustura dos bombeiros, que apparecem já devidamente uniformizados, causaram o espanto dos lisboetas.

Por uma deliberação governamental de 17 de Agosto de 1901 os serviços de bombeiros, que até então estiveram sempre sob a alçada da Câmara Municipal de Lisboa, passaram a depender directamente do Ministério do Reino, medida que, por incongruente, foi revogada em 30 de Junho de 1913. A Câmara reivindicara, assim, um direito; reatara uma tradição.

É neste interregno — em que se deram os incêndios na rua da Madalena



com todo o desenrolar subsequente de tragédia e de pavor, na rua das Pedras Negras, na rua de S. Joaquim, no Rossio, na Avenida da Liberdade, do Asilo Maria Pia e em St.<sup>a</sup> Apolónia — que foram postos ao serviço os primeiros carros-mangueiras com escadas e o primeiro automóvel, *Richard-Brazier*, sòmente destinado ao transporte do pessoal superior.



Depois de Carlos José Barreiros, activo e competentíssimo comandante dos bombeiros municipais, passaram pela direcção desta prestante organização pública, António Marja Avelar, Emídio Luís da Silva, Francisco Carlos Parente e, já modernamente, Rodrigues Alves e Frederico Vilar.

Mas é, sem dúvida, a este último que o Batalhão de Sapadores Bombeiros — como hoje a corporação se denomina — e a cidade de Lisboa, ficaram devendo os mais altos e assinalados serviços, desde o apetrechamento do mais moderno e necessário material, à disciplina, ao aprumo e à aptidão técnica e física do pessoal.



Tudo os tempos mudaram.

A transformação operada nestas últimas décadas foi quase radical. O progresso desenvolveu, como é óbvio — repetimos — o sistema de ataque, a rápida comparência do material ao local do sinistro.

A mecânica, a electricidade, a química, são hoje elementos basilares da boa e perfeita actuação do bombeiro.

O perigo diminuiu. Encurtaram-se as distâncias. As escadas «*Magirus*» e os carros-tanques, acorrem ao menor alarme de fogo e prestam auxflio rápido e eficiente.

Sim, os tempos são outros.

Os cântaros, as quartas, deram o seu lugar às mangueiras; as bombas, primitivamente transportadas por moços e depois pelos populares galegos — os *bravos heróis da bomba*, como os alcunhou Garrett, foram substituídas pelos modernos auto-bombas; as escadas ferradas do século XVII e as de dobradiças foram-se aperfeiçoando, aparecendo mais tarde conduzidas por moços, e hoje nas elegantes *Magirus*; a ferramenta (picaretas, alviões, alavancas, machados, lanternas, etc.) que era transportada aos ombros dos calafates, pedreiros ou simples trabalhadores, tem actualmente sua condução em carros próprios; o sinal de alarme que outrora era o tanger sinistro dos sinos das igrejas e dos campanários é feito por simples chamadas telefónicas; a água (felizmente hoje abundante nesta cidade que outrora viveu horas aflitivas de sede) transportada pelos *açacaís*, pelos aguadeiros e pelo povo, é conduzida nas *auto-bombas-tanques* ou levadas directamente das *bocas de incêndio*.



Dos açacais à escada *Magirus* quanta evolução sofrida, quantos melhoramentos operados!



A mecânica substituiu o braço. O reinado dos moços de fretes e dos típicos aguadeiros entrara, com o fiador do século XIX, na mais completa obscuridade.

Uma nova era surgiu. A dos prontos-socorros, das «sid-cars», das auto-bombas e dos carros com projectores, que cruzam, numa vertigem impressionante, ao mínimo alarme, as ruas da capital.

E Lisboa, que se recorda ainda da *Flaud* e da *Jank's*, da *Merry Weather* e dos primeiros pronto-socorros, da bomba *Noël* que esses simpáticos cidadãos de Tui arrastavam a custo, à força única dos seis braços musculosos, pelas ruas tortuosas e estreitas — que tem presente esse quadro curioso e pitoresco da correria dos aguadeiros aos chafarizes mais próximos, na azáfama de encherem apressadamente os seus barris policromos, e que se recorda dos incêndios terríveis do Teatro República, do Depósito de Fardamentos, da Escola Naval, das Encomendas Postais, do Limoeiro e do Teatro do Ginásio, do Salão Foz e da Mãe de Água, assiste hoje, com maior confiança, mais segura do seu valor e da sua pronta actuação, à passagem estridente, veloz, do moderno e aperfeiçoado material do Batalhão de Sapadores Bombeiros que o seu actual comandante, o major Joaquim Gomes Marques, pelo seu saber, pela sua abnegação, pelas suas virtudes de chefe e de servidor e pela sua ansia de desejar sempre mais e melhor se tem esforçado por colocar a par das corporações que lá fora bem servem os interesses da humanidade.

E Lisboa já crê. Lisboa já acredita no carinho, na competência, no heroísmo, desses milhares de homens que velam dia e noite pela vida e pelos bens dos seus habitantes.

Reconhece-o... e sabe agradecer-lhes.



## INDICE DO 10.º VOLUME — 1947

A BEMPOSTA — D. Catarina de Bragança — (Trecho de um livro a sair) por LUÍS MOITA .....	Pág. 204
A CRISTIANIZAÇÃO DE LISBOA, pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA .....	» 167
A DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE LISBOA E CONCELHOS ADJACENTES, um discurso proferido na Assembleia Nacional, em 17 de Janeiro, pelo ENG. ARAÚJO CORREIA .....	» 126
A ESTRADA DE SACAVÉM É O PITORESCO DOS SEUS RETIROS, por JOÃO MONTEIRO .....	» 137
A IGREJA DA GRAÇA JAZIDA DE QUATRO GOVERNADORES DA ÍNDIA, pelo P.º ERNESTO SALES ...	» 213
A IGREJA PAROQUIAL DE S. CRISTÓVÃO DE LISBOA, por EUGÉNIO SOBREIRO DE FIGUEIREDO DA SILVA	» 97
ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» DURANTE O ANO DE 1946 .....	» 56
ALGUNAS TRADICIONES LISBOETAS (Recogidas al margen de un Congreso Médico), por el DR. CASTILLO DE LUCAS — Madrid .....	» 231
«AMIGOS DE LISBOA» — (Lista dos sócios aprovados nos anos de 1945 e 1946) .....	» 58
AS CASAS DE LISBOA, por MATOS SEQUEIRA .....	» 190



ASCENDENTES DE CAMILO, por LUÍS PASTOR DE MACEDO .....	Pág. 3 e 67
AS MALFEITORIAS DA SÉ DE LISBOA, pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA .....	» 118
CHAFARIZ DO LORETO E A ESTÁTUA DO CHIA-DO, pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA .....	» 227
DOIS TEATROS POPULARES DO MEU BAIRRO, por ACÚRCIO PEREIRA .....	» 196
FUNDAÇÃO DO CONVENTO DA ESTRELA, pelo CAPITÃO-CAPELÃO JOSÉ ANTÓNIO MARQUES JÚNIOR .....	» 146
HISTÓRIA DE UMA CASA POMBALINA, por JOSÉ DE CAMPOS E SOUSA — (Conclusão) .....	» 28
INSCRIÇÕES DE FOROS DE PROPRIEDADE NALGUMAS CASAS DE LISBOA, por J. M. CORDEIRO DE SOUSA .....	» 16
LUÍS PASTOR DE MACEDO, por H. R. ....	» 115
O CULTO DE S. SEBASTIÃO EM LISBOA, pelo PROF. LUÍS CHAVES .....	» 200
O MUSEU DA CIDADE DE LISBOA, pelo DR. JAIME LOPES DIAS .....	» 129
O «PASSO» DA MOURARIA E A LÁPIDE DA CÊRCA FERNANDINA, por NORBERTO DE ARAÚJO .....	» 193
PRAÇA DA FIGUEIRA — MARÇANO DE LISBOA — AMOR A LISBOA, por SIDÓNIO MIGUEL .....	» 234

1.ª CONFERÊNCIA BIENAL DOS «AMIGOS DE LISBOA»:

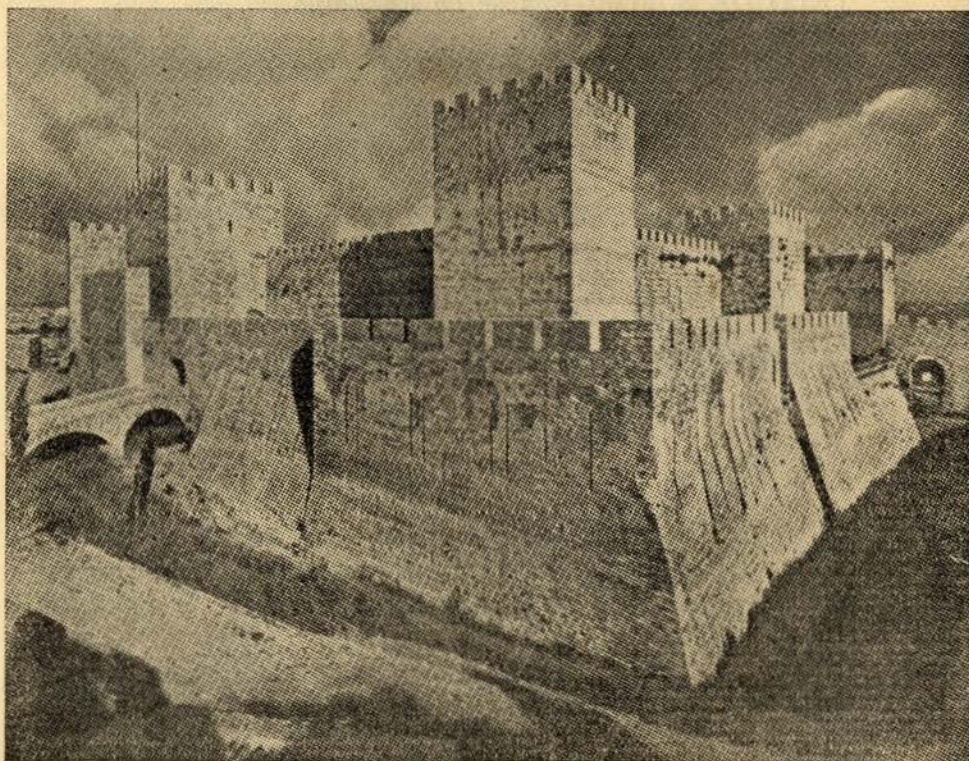
A MARCENARIA PORTUGUESA, tese apresentada por HUGO RAPOSÓ .....	» 239
ALCAIADARIO DO CASTELO DE LISBOA, tese de NORBERTO ARAÚJO .....	» 44
CRIANÇAS E ESCOLAS DE LISBOA, tese do DR. JOSÉ GONÇALVES SANTA RITA .....	» 153
DOS AÇACAIS À ESCADA «MAGYRUS», tese apresentada por FERREIRA DE ANDRADE .....	» 241



ESQUEMA DE UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DE LISBOA, tese do DR. LUÍS CHAVES .....	Pág.	108
LISBOA PRECISA DE UM BLOCO MODERNO PARA ESCRITÓRIOS, tese do DR. AMADEU FERREIRA DE ALMEIDA .....	»	158
O ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE E O CASTELO DE S. JORGE, tese de FERREIRA DE ANDRADE .....	»	47
O CENTRO SOCIAL DA RUA DA BEMPOSTINHA, tese de D. ADRIANA RODRIGUES .....	»	59
PULMÕES DA CIDADE, tese do DR. AMARO DE ALMEIDA .....	»	155
TEATROS DA NATUREZA, tese do PROF. ARMANDO DE LUCENA .....	»	106
QUADRAS ALFACINHAS, por M. S. ....	»	235
UMA FIGURA TRISTEMENTE CÉLEBRE, por LUÍS PASTOR DE MACEDO .....	»	187



1147



1947



**CIMENTO TEJO**

**CANTARIAS—MÁRMORES**

**ANTÓNIO MOREIRA RATO & F.<sup>os</sup>, L.<sup>da</sup>**

Telefone 60879

Telegramas — RATOFILHOS

**Avenida 24 de Julho, 54-F.**

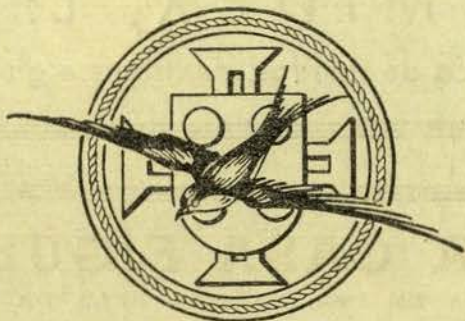
**LISBOA**

# **Dominguez & Lavadinho, L.<sup>da</sup>**

**PAPELARIAS**

nacionais  
e estrangeiras

**FABRICA** de  
sobrescritos, ma-  
nipulação de pa-  
péis de escrever  
e sacos de papel



**TINTAS DE  
ESCREVER**

nacionais  
e estrangeiras

**PAPÉIS QUÍMI-  
COS**, lápis, arti-  
gos de escritório  
e de desenho

**SEDE:** Rua da Assunção, 79 a 85 e Rua dos Sapateiros, 135 a 143

Telefones: **2 5201 / 02**

**FABRICA:** Av. Casal Ribeiro, 18 a 25 — **LISBOA**

**TODOS OS PRODUTOS DA**

**COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS**

**SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, AVIZ,  
PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.**

são fabricados, com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos  
para bem servir os fumadores



# Agência Colonial e Comercial, L.da

Sede: Rua do Comércio, 8

— LISBOA —

TELEFONES 20055-28840-23688

Filiais em: **Luanda, Lobito e Porto Amboim**

EXPORTAÇÃO DE TODOS OS PRODUTOS COLONIAIS

IMPORTAÇÃO GERAL

AGENTES DE NAVEGAÇÃO

DISTRIBUIDORES DA

« AMIDEX, L.<sup>DA</sup> »

(fábrica de amidos, dextrinas e glucoses)

## ANTIGA CASA FIGUEIREDO

FUNDADA EM 1864, NA RUA BELA DA RAINHA,

HOJE, RUA DA PRATA, 215-217

— EM LISBOA

TELEFONE 27606

CASA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE

COLCHÕES DE ARAME  
COLCHÕES DE SUMAUMA DE JAVA  
COLCHÕES DE LÃ  
COLCHÕES DE CRINA ANIMAL  
COLCHÕES DE LÃ E CRINA (MISTOS)  
COLCHÕES DE CORTIÇA  
COLCHÕES DE FOLHELHO

SÓMENTE FABRICAÇÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE,  
COM OS MELHORES PANOS PARA CAMAS DE  
TODOS OS ESTILOS E DIMENSÕES

DIVANS — CAMAS — ALMOFADAS DE PENAS.

TUDO PARA CAMPISMO: CAMAS, MESAS, CADEIRAS E BAN-  
COS ARTICULADOS — TENDAS — MOCHILAS — LAVATORIOS,  
BALDES, BANHEIRAS E CHUVEIROS DE LONA — COLCHÕES POR-  
TÁTEIS — SACOS DE DORMIR — BORNAIS — LANTERNAS — CANTIS  
Facas de mato, talheres e todo o material portátil para praticar campismo



# **AUTOMOBILES MIESSE, S. A.**

**BRUXELLES**



**MIESSE — GARDNER — DIESEL**

Autocars e Autobus — Camions para carga

**O melhor material automóvel - pesado  
belga desde 1894**

Mais de 50 anos de experiência e de reputação

**Material garantido por um ano contra defeitos  
de construção.**



Representante exclusivo para Portugal e Colónias:

**MARCELINO PELAYO**

Rua dos Anjos, 77 — LISBOA



# *Empresa Insulana de Navegação*

## CARREIRAS REGULARES ENTRE LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Saídas em 8 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Pico (Lages) e Faial.

Saídas em 23 de cada mês para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas), Pico (Cais), Faial, Corvo e Flores (Lagens e Santa Cruz).

A escala da Ilha do Corvo só se efectua nos meses de Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro, só para troca de correspondência e serviços de passageiros.

---

### A G E N T E S

#### EM LISBOA

#### GERMANO SERRÃO ARNAUD

Carga e passagens de 3.<sup>a</sup> classe

Avenida 24 de Julho, 2, 2.<sup>o</sup>

Telef. 20214/15

Passagens de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> classes

Rua Augusta, 152

Telef. 20216

#### NO PORTO

#### J. T. PINTO VASCONCELOS, LIMITADA

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.<sup>o</sup> L.<sup>da</sup>

Em Ponta Delgada

BENSAÚDE & C.<sup>a</sup>, L.<sup>da</sup>





Soalhos brilhantes, economia  
de tempo e de cera, só o consegue  
V. Ex.<sup>a</sup> se possuir uma

## ENCERADORA ELECTROLUX

Peça uma demonstração gratuita  
em sua casa  
ou um catálogo ilustrado à

# ELECTROLUX LIMITADA

LISBOA

Av. da Liberdade, 141  
Telef. 28246 e 29570

COIMBRA

R. Simões de Castro,  
158 - 2.º

PORTO

Pr. da Liberdade, 123  
Telef. 23023

Distribuidores também de:

ASPIRADORES DE PÓ, FRIGORÍFICOS DOMÉSTICOS  
E MOTORES PARA FORA DA BORDA

## Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

ESTABELECIMENTO AUTÓNOMO DO ESTADO

Serviços anexos { Caixa Nacional de Crédito  
Caixa Nacional de Previdência

Telefone (P. B. X.) 39181 a 39189

DEPÓSITOS À ORDEM E A PRAZO —  
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS E SO-  
BRE PENHOR DE TÍTULOS — OPE-  
RAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS E  
COBRANÇAS — EMPRÉSTIMOS SO-  
BRE PENHOR DE OURO JÓIAS E  
PRATAS PELA CASA DE CRÉDITO  
POPULAR — EMPRÉSTIMOS AGRÍCO-  
LAS E INDUSTRIAIS PELA CAIXA  
— NACIONAL DE CRÉDITO —

FILIAIS EM TODAS AS SEDES DO DISTRITO  
AGÊNCIAS E DELEGAÇÕES NAS SEDES DE CONCELHO



Edições da "PORTUGALIA"  
sobre Lisboa

**A CARAVELA E OS CORVOS**

por *SUSANNE CHANTAL*. — Os oito séculos da história da Capital, num encantador livro de 500 páginas **30\$00**

**A NOSSA LISBOA**

por *MATOS SEQUEIRA* e *PASTOR DE MACEDO*. — Prémio «Júlio de Castilho» da C. M. L. **40\$00**

**GUIA E PLANTA DE LISBOA**

por *NORBERTO DE ARAÚJO* e *ANTONIO SOARES*  
Edição portuguesa . . . . . **12\$00**  
Edição francesa . . . . . **15\$00**  
Edição inglesa . . . . . **15\$00**

A' venda em todas as livrarias

AO PEDIR  
ÁGUA MINERAL  
PEÇA



LEVE, ESTOMACAL, LÍMPIDA

*Efeitos imediatos na digestão*

— À venda em toda a parte —

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 62117-83178  
AVENIDA 24 DE JULHO 158 - LISBOA

LAMPADAS

**LUMIAR**

ABQUIRO NOSSO MATERIAL  
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES  
GERADORES

**ENAE**

*Fabrico nacional*

MÓVEIS DE MADEIRA  
PARA ESCRITÓRIO

SEMPRE EM EXPOSIÇÃO  
ORÇAMENTOS GRÁTIS

THE MODERN  
OFFICE, L.<sup>TD</sup>

Telef. 2 3465

Rua do Alecrim, 107 — LISBOA



UM BOM LIVRO  
UM BOM JORNAL

SÓ NA



MARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS  
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155 — LISBOA

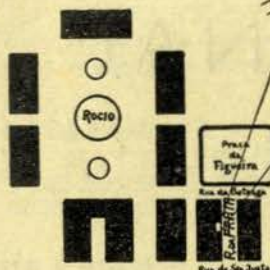
T E L E F O N E P B X 5 3 1 7 3 / 4



ONÚMERO QUE

**BRILHA...**

**279**



DA RUA  
da

**PRATA**

**GABARDINAS**

**ZAMBRENES**

**SOBRETUDOS**

**CASIMIRAS**

PARA HOMEM E SENHORA

**SEDAS**

NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

**CAMISAS — MEIAS — MALHAS, etc.**

**VENDEDORA DE TECIDOS, Limitada**

Rua da Prata, **279** - 1.º e 2.º

==== **LISBOA** ====

10% de desconto a todos os «AMIGOS DE LISBOA»  
e suas Ex.<sup>mas</sup> Famílias



# SOCIEDADES REUNIDAS REIS, LIMITADA

## ADUBOS

As melhores fórmulas para todas as culturas

FARINHAS PARA ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS — INSECTICIDAS  
DROGAS E PRODUTOS QUÍMICOS — ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS  
MÁQUINAS, FERRAGENS E FERRAMENTAS — CARNES E GADOS

## IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

Fábricas em : Sacavem, Setúbal, Porto e Pampilhosa do Botão

Agências em todas as regiões do País

SEDE EM LISBOA

Rossio, 102 e 108-1.º

Telefone 32521/2/3/4

# OCIDENTE

REVISTA MENSAL PORTUGUESA

Director: ÁLVARO PINTO



Preço das assinaturas por ano  
com direito aos números especiais

Portugal . . . . .	180\$00
Brasil . . . . .	180 cr.
Col. Portuguesas e Espanha. . . . .	190\$00
Estrangeiro . . . . .	9 dól



**Rua de S. Félix, 41, 1.º-D.**  
**Lisboa — PORTUGAL**

Secções de Tipografia, Encaderna-  
ção e Pautação. Trabalhos simples  
e de luxo

# PAPELARIA CAMÕES

DE

**AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,**  
**LIMITADA**

Pincéis, telas e tintas de óleo, para  
aguarela, desenho e guaches das  
marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan  
e Schmincke



**42 — Praça Luís de Camões — 43**  
Telef. 23063 — LISBOA



# AMIGOS DE LISBOA

## Edições do Grupo

Preços para  
sócios - público

Preços para  
sócios - públi

Olisipo. Dos n.ºs 3/14 e 16, 19, 21 e 23/4 c.	2\$50	7\$50
» N.ºs 25/40 .....	5\$00	10\$00
Noite de Evocação do Café Martinho ( <i>esgotado</i> )		
Noite de Evocação do Leão de Ouro .....	5\$00	7\$50
Urbanização de Lisboa .....	2\$00	3\$00

### A. VIEIRA DA SILVA

A Ponte de Alcantara e suas circunvisinhanças .....	5\$00	6\$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa .....	9\$00	10\$00

### ALFREDO DA CUNHA

«Olisipo» Berço do Periodismo Português	4\$00	5\$00
---	-------	-------

### Arq. ANTONIO DO COUTO

A Igreja do Menino de Deus .....	4\$00	5\$00
----------------------------------	-------	-------

### ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

(SIDONIO MIGUEL)

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão .....	4\$00	5\$00
Bagatelas do tempo vário .....	4\$00	5\$00
O Campo de Santa Clara .....	4\$00	5\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha .....	4\$00	5\$00

### EDUARDO NEVES

Faculdade de Medicina (*esgotado*)

Igreja da Penha de França (*esgotado*)

Ruínas do Carmo (*esgotado*)

### HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett .....	4\$00	5\$00
--	-------	-------

### F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas .....	5\$00	7\$50
-------------------------------	-------	-------

### JORDÃO DE FREITAS

Paço Real de Alcantara .....	9\$00	10\$00
------------------------------	-------	--------

### JOSÉ SEBASTIÃO DE SALDANHA OLIVEIRA E DUN

Relação Histórica (Resumida) das Cavalhadas no Torneio Real que se fez na Corte e cidade de Lisboa no ano de 1795 .....	9\$00	10\$00
---	-------	--------

### LUIZ CHAVES

Lisboa no Folclore .....	4\$00	5\$00
--------------------------	-------	-------

### LUIZ MOITA

Ermida de Santo Amaro .....	7\$00	8\$00
-----------------------------	-------	-------

### LUIZ PASTOR DE MACEDO

Ascendentes de Camilo .....	13\$50	15\$00
-----------------------------	--------	--------

### MARIA MADALENA DE MARTEL PATRÍCIO

A Nossa Amiga Lisboa .....	4\$00	5\$00
----------------------------	-------	-------

### MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Igreja e o Convento da Graça .....	5\$00	7\$50
Igreja da Conceição Velha .....	2\$00	3\$00

### NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia de S. Vicente.

Edição vulgar .....

Edição especial .....

## RUY DE ANDRADE

Alfredo de Andrade e alguns problemas de Edificia citadina .....	4\$00	5\$00
--	-------	-------

## Consignações

### ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

(SIDONIO MIGUEL)

A Festa do Adro .....	9\$00	10\$00
-----------------------	-------	--------

### CONDE DE ALMADA

Relação dos Feitos de D. Antão de Almada.		
Edição vulgar .....	10\$80	12\$00
Edição especial .....	18\$00	20\$00

### EDUARDO NEVES

Lisboa na Numismática e na Medalhística .....	4\$50	5\$00
Lisboa nos Ex-libris .....	6\$50	7\$00

### FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras em 1534, à Igreja de S. Cristóvão .....	13\$50	15\$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil .....	27\$00	30\$00

### JOÃO PINTO DE CARVALHO

(TINOP)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada .....	9\$00	10\$00
---	-------	--------

### JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa e o Comércio da Capital .....	10\$80	12\$00
---	--------	--------

### JOSÉ DIAS SANCHES

Aquarelas de Lisboa .....	6\$50	7\$00
---------------------------	-------	-------

### JULIETA FERRAO

Lisboa 1870 .....	9\$00	10\$00
-------------------	-------	--------

### LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina .....	6\$00	7\$00
A Rua das Canastras .....	6\$50	8\$00
Crítica, Correções e Aditamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado — do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário) .....	4\$00	6\$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé .....	6\$50	7\$00
Tempos que Passaram .....	18\$80	20\$00

### LUIZ TEIXEIRA

Figuras e episódios do Leão de Ouro .....	4\$50	5\$00
---	-------	-------

### MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Calçada da Ajuda.		
Edição vulgar .....	6\$50	7\$00
Edição especial .....	13\$50	15\$00
Luiza de Aguiar Todt .....	9\$00	10\$00

### NORBERTO DE ARAÚJO

Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 9 e 11 a 15, cada .....	7\$00	8\$00
Legendas de Lisboa .....	18\$00	20\$00

### ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa .....	7\$00	8\$00
--	-------	-------

E todas as edições culturais da Câmara Municipal de Lisboa



# Pastelaria **FERRARI**

( Fundada em 1821 )

91 - Rua Nova do Almada - 93

TELEF. 32741

L I S B O A

ACREDITADA E A MAIS ANTIGA PASTELARIA DE LISBOA E EM TODO O PAÍS

Sempre fiel à sua tradição, continua mantendo a excelência do seu fabrico privativo de dōces e um esmerado e escrupuloso serviço de **LANCHES E BANQUETES**, sempre confirmado pelos seus Excelentíssimos Clientes

DELICIOSOS VINHOS DE MESA // CHAMPANHES NACIONAIS E ESTRANGEIROS // VINHOS DO PORTO, LICORES, ETC.

CHÁ ELEGANTE ÀS 17 HORAS

# LATOARIA **MACIEL**

CASA CENTENÁRIA

Premiada em várias exposições

[ Completo sortido de loiças para cozinha, folha de flandres, ferro esmaltado e alumínio

Banheiras de todos os feitios e esquentadores  
Alambiques para destilações

Braseiras  
Bailarinas

Lanternas de todos os estilos em ferro ou metal

Rua da Misericórdia, 63-65

LISBOA

TELEFONE 22451





# Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

S. A. R. L.

CAPITAL: 80.000.000\$00 • FUNDOS DE RESERVA: 81.000.000\$00

SEDE: 95, RUA DO COMÉRCIO, 119 — LISBOA

Filiais — Porto, Coimbra, Braga, Faro, Covilhã,  
Ponta Delgada — (Açores)

Agências — Abrantes, Espinho, Estoril, Gouveia,  
S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Man-  
gualde, Torres Vedras, Tortozendo, Moura, Figueiró  
dos Vinhos, Guarda, Matosinhos, Olhão, Montijo,  
Montemor-o-Novo e Vila Franca de Xira

Dependências urbanas (LISBOA) — Alcântara, Al-  
mirante Reis, Benfica, Conde Barão e Poço do Bispo.

**EFFECTUA TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS**

TELE { FONES: 58135-58136  
GRAMAS: MALHAS



CÓDIGOS { ABC — 5.ª Edição  
R I B E I R O

MARCA REGISTRADA

## SIMÕES & C.ª, LIMITADA

AVENIDA GOMES PEREIRA — BENFICA

FUNDADA EM 1907

A mais importante Fábrica de artefactos de malha  
do País. Fabricação de meias, peúgas, camisolas e  
rouparia de malhas para homens, senhoras e crianças,  
em algodão, lã e seda

**CRIADORA DA BEM CONHECIDA E AGREDITADA MEIA «SUPERKALIO»  
E DAS ROUPAS «SUPREMA»**



EM PLENA ACTIVIDADE RENOVADORA

# COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

apresentou em Dezembro de 1946

o navio-motor **REVUMA**

e apresentará em 1947 **dois** paquetes, **três** cargueiros e **um** cargueiro grande e **dois** navios de cabotagem, **num total superior a 50 mil toneladas.**

A **C. N. N.** ao serviço do Império  
leva o nome de Lisboa a todos os mares do mundo

**LISBOA**

RUA DO COMÉRCIO, 85  
TELEF. 2 3021

**PORTO**

RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73  
TELEF. 1434

# ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES

PROJECTOS DE ESTABILIDADE

BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e —  
Rua Fonseca Cardoso, 20, 2.º

TEL. (provisório) 5150 — PORTO





A máquina  
**ELECTRICA**  
DE BARBEAR

*significa:*

**RAPIDEZ**  
**COMODIDADE**  
**ECONOMIA**

LISBOA  
PUBLICIDADE  
C. R. G. E.

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE



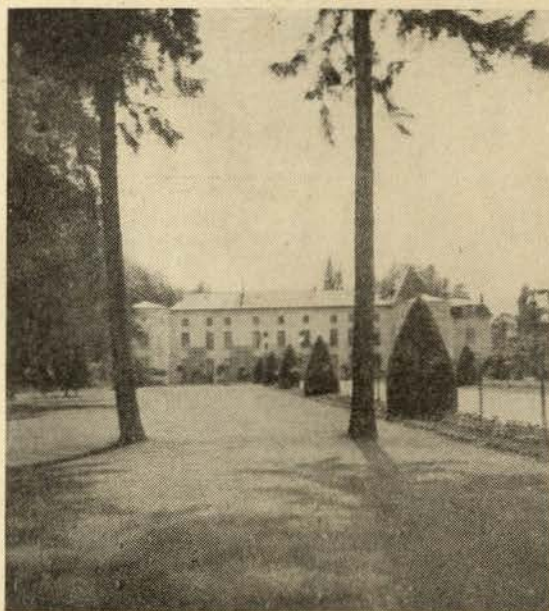
# FRANCE

MINISTÈRE DES TRAVAUX PUBLICS  
ET DES TRANSPORTS

COMMISSARIAT GÉNÉRAL AU TOURISME

**DIRECTION PORTUGAL**

68, Rua de S. Domingos, à Lapa — Lisboa



VISITE OS CASTELOS HISTÓRICOS

— DA —

LINDA «ILE DE FRANCE»



# Ouvivesaria da Guia

FUNDADA EM 1875

JOIAS — OURO — PRATAS — RELOGIOS

Rua Martim Moniz, 2-10 / Telefone 28336  
Rua da Mouraria, 7-11 LISBOA

# JOSÉ FRANCISCO D'OLIVEIRA

TELEFONE 29635

Rua do Amparo, 94-1.º, E.

LISBOA

Tem em depósito as edições de  
a EDITORA EDUCAÇÃO NACIONAL L.D.A.  
EDITORIAL DOMINGOS BARREIRA  
e outras do PORTO

## Romão & Comp.

Antiquários

47, R. D. Pedro V, 51  
Telefone 28441  
LISBOA

## TEODORO LOPES RAMOS



O MAIS ANTIGO  
FABRICANTE  
DE LANTERNAS  
estilos D. JOÃO V.  
RENASCENÇA.  
POMBALINO.  
D. MARIA I  
etc.

FORNECEDOR de LANTERNAS para MINISTÉRIOS,  
O. P. PALACIO DE QUELUZ, POUSADAS  
de TURISMO, S. P. N. PALACIOS e SOLARES  
PORTUGUESES, etc.

119 - RUA DO DIARIO DE NOTICIAS - 119  
(ESQUINA DA TRAVESSA DA QUEIMADA)

LISBOA

## Romão & Comp.

Fabricantes  
de Balanças

Fundada em 1778

13, Cruzes da Sé, 29  
Telefone 22305  
LISBOA



## CASA DOS PAPOS

A primeira casa  
da especialidade

Sortimento completo em  
papos brancos e de cor  
e em linhas de todas as  
larguras

45, R. DOS FANQUEIROS, 49  
(à esquina da Rua de S. Julião)

## Alberto Alves Natário

Encadernações simples e de luxo

Vivenda Yolanda  
Bairro da Mina  
AMADORA

Miguel A. Fraga, L.da R. da Palma, 26-28—LISBOA

TELEFONE 28503

Ouvivesaria, relojoaria e joalheria

Grande sortido em MONDRIANAS  
em ouro e prata para carteiras

Há sempre jóias em 2.º mão

Tudo mais barato

OURO só pelo peso

Compra-se Ouro, Prata  
e Brilhantes

Descontos especiais a todos  
os «Amigos de Lisboa»

Especialidade em Anéis, Meda-  
lhas, Alfinetes, etc., com retra-  
tos esmaltados  
em todos os formatos

## Bertrand (Irmãos),

Fotogravura

Tipografia

Fotólito

Desenho

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 21368 21227